



ANO: 1955

RELATÓRIO
DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



1955

APRESENTADO AO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR NEREU RAMOS.
VICE-PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL.
NO EXERCÍCIO DO CARGO DE
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

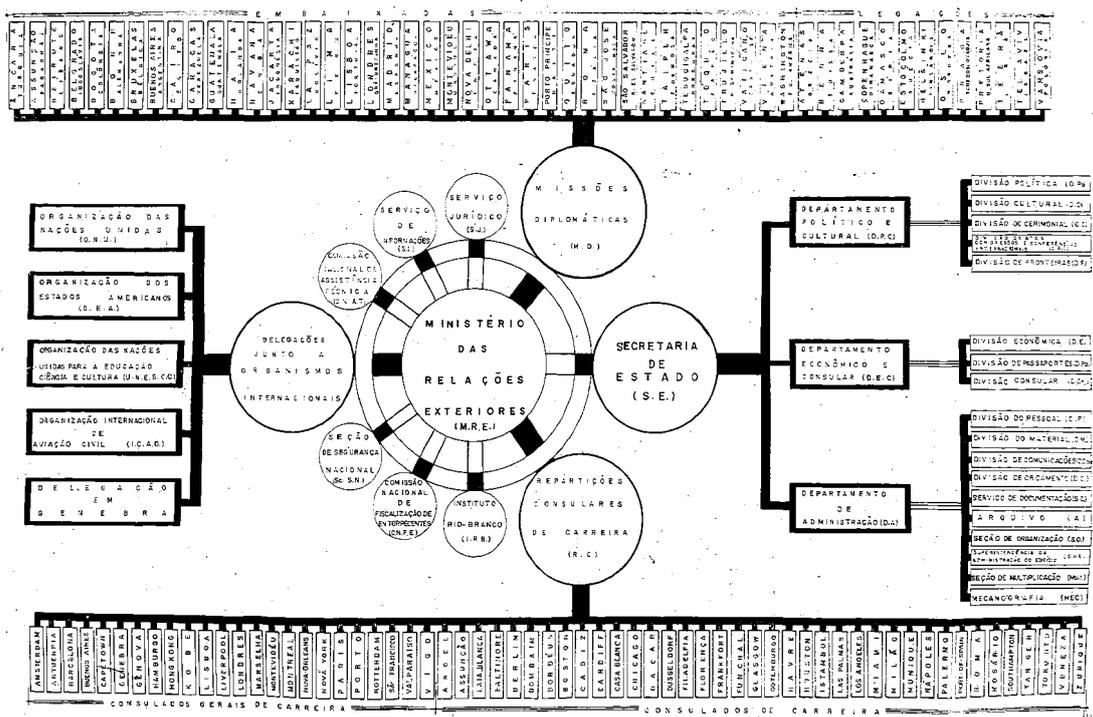
INDICE

	PÁG.
I — INTRODUÇÃO	1
II — EXPOSIÇÃO	13
ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS	15
X SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	17
<i>Desarmamento</i>	17
<i>Admissão de novos membros</i>	18
<i>Energia Atômica</i>	19
<i>Prisioneiros de Guerra Coreanos</i>	21
<i>Discriminação racial na África do Sul</i>	21
<i>Questão do Surinã e das Antilhas Neerlandesas</i> ..	22
<i>Questões Administrativas e Orçamentárias</i>	23
<i>Eleições para Organismos Internacionais</i>	23
ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	24
RECONHECIMENTO DO NOVO GOVÊRNO ARGENTINO	27
INCIDENTES NA FRONTEIRA BRASILEIRA-PERUANA	28
A QUESTÃO DE LIMITES PERU-EQUADOR	29
ESTRADA DE FERRO CORUMBÁ-SANTA CRUZ DE LA SIERRA ..	30
LIGAÇÃO RODOVIÁRIA BRASIL-PARAGUAI	31
NEUTRALIDADE PERPÉTUA DA ÁUSTRIA	32
NÃO RECONHECIMENTO DA CHAMADA REPÚBLICA DEMO- CRÁTICA ALEMÃ	33
PROTEÇÃO DOS INTERESSES PORTUGUESES NA ÍNDIA	34
ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS ..	35
<i>Atos Internacionais assinados pelo Brasil no ano</i> <i>de 1955</i>	37
<i>Acôrdos ratificados pelo Brasil em 1955</i>	46
<i>Atos internacionais promulgados no Brasil em 1955</i> ..	47

	Pág.
<i>Decretos executivos sobre Atos Internacionais em 1955</i>	50
<i>Decretos legislativos de 1955, relativos a Atos Internacionais</i>	53
<i>Atos Internacionais denunciados em 1955</i>	54
FRONTEIRAS	56
<i>Brasil-Uruguai</i>	56
<i>Brasil-Paraguai</i>	56
<i>Brasil-Bolivia</i>	57
<i>Brasil-Venezuela</i>	57
<i>Brasil-Guiana Francesa</i>	58
AÇÃO CULTURAL	60
<i>Convites a personalidades estrangeiras</i>	61
<i>Cadeiras de estudos brasileiros</i>	61
<i>Bolsas de estudo</i>	61
<i>Auxílio a bolsistas brasileiros</i>	62
<i>Missão Cultural em Assunção</i>	62
<i>Acôrdos culturais</i>	63
<i>Institutos de cultura do Rio da Prata</i>	63
<i>Prêmio Itamaraty</i>	64
<i>Licenciatura em língua e Literaturas Portuguezas e Brasileira</i>	64
<i>Colégio experimental Paraguai-Brasil</i>	64
<i>Material de difusão</i>	65
<i>Discos e partituras</i>	65
<i>Fotografias e diapositivos</i>	66
<i>Cinema</i>	66
<i>Subvenções diversas</i>	67
<i>Festivais e Exposições Artísticas</i>	68
CERIMONIAL	69
<i>Visitantes ilustres</i>	69
<i>Homenagens no Itamaraty</i>	73
<i>Credenciais e revocatórias</i>	75
<i>Cartas de Gabinete e de Chancelaria</i>	78

	PÁG.
<i>Plenos Poderes</i>	82
<i>Alterações nas chefias das Missões Diplomáticas acreditadas no Rio de Janeiro</i>	85
<i>Apresentação de credenciais</i>	86
<i>Cortesia Internacional</i>	88
PERSONALIDADES AGRACIADAS COM A ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL	89
ASSUNTOS ECONÔMICOS E CONSULARES	105
RELAÇÕES ECONÔMICAS	107
<i>República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha, Países-Baixos, União Econômica Belgo-Lu- xemburguesa</i>	108
<i>Austria</i>	109
<i>França</i>	110
<i>Itália</i>	111
<i>Outros países da Europa</i>	111
<i>Japão</i>	112
<i>Estados-Unidos da América</i>	112
a) <i>Intercâmbio</i>	112
b) <i>Acôrdo sobre Produtos Agrícolas</i>	113
c) <i>Energia Atômica</i>	114
d) <i>Aquisição de Leite em Pó</i>	115
<i>Argentina</i>	115
<i>Bolívia</i>	117
<i>Chile</i>	117
<i>Uruguai</i>	118
<i>Venezuela</i>	118
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E AGÊNCIAS ESPE- CIALIZADAS	119
ACÔRDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS (G. A. T.T.)	121
PRODUTOS DE BASE	124
COMITÉ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO	125

	Pág.
ACÓRDO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR	126
ACÓRDO INTERNACIONAL DO TRIGO	127
COMISSÃO ECONÓMICA PARA A AMÉRICA LA- TINA	128
ACÓRDOS SOBRE TRANSPORTES AÉREOS	129
SERVIÇO CONSULAR	130
<i>Consulados Brasileiros</i>	131
<i>Renda Consular</i>	133
<i>Consulados Estrangeiros</i>	133
<i>Serviço Militar e Atos de Registro Civil</i>	133
<i>Importações</i>	134
<i>Outras questões consulares</i>	136
PASSAPORTES	138
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	145
PESSOAL	147
MATERIAL	152
COMUNICAÇÕES	154
ORÇAMENTO	155
<i>Créditos Adicionais</i>	155
<i>Créditos Especiais</i>	156
<i>Abertura de Créditos Especiais Autorizados</i>	157
<i>Empenhos e Adiantamentos</i>	158
<i>Requisição de Adiantamentos</i>	158
<i>Prestação de Contas</i>	158
<i>Plano de Economia na execução do Orçamento para 1955</i>	158
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO	159
BIBLIOTECA	159
<i>Serviço de entrada</i>	159
<i>Classificação e Catalogação</i>	159
<i>Serviço de empréstimos</i>	160
<i>Periódicos</i>	160



ORGANIZADO E REVISADO POR ANTONIO CARLOS FERREIRA JUNIOR

	PÁG.
Encadernação	161
Restauração	161
Visitas	161
Colaboração	162
Estudantes	162
Biblioteca da O.N.U.	163
Movimento no ano de 1955	164
DISTRIBUIÇÃO DE IMPRESSOS	165
MAPOTECA	165
Catalogação	166
Movimento de Consultas e requisições	166
Exposições	165
Contribuição ao XVIII Congresso Internacional de Geografia	167
História da formação territorial do Brasil	168
PUBLICAÇÕES	168
ARQUIVO HISTÓRICO	172
GABINETE FOTOGRÁFICO E FOTOSTÁTICO	173
MECANOGRAFIA	174
ARQUIVO	178
Arquivo de mapas transferidos	178
Mudança da carteira de entradas	179
Máquina para cópias fotostáticas	179
Estatísticas	179
Índice decimal para a classificação da correspon- dência	180
Microfilmagem	182
O LIVRO BRASIL 1955	183
DIVERSOS	185
INSTITUTO RIO-BRANCO	187
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES	198

	Pág.
MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO	199
SERVIÇO JURÍDICO	200
COMISSÃO DE ESTUDO DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL	205
INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	206
A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO	207
ORGANOGRAMA	209

INTRODUÇÃO

Senhor Presidente,

Em obediência ao dispositivo constitucional, cabe-me apresentar a Vossa Excelência o relatório das atividades do Ministério das Relações Exteriores, no ano que hoje finda.

Honrado com a nomeação de Vossa Excelência, para gerir esta pasta, assumi o alto encargo a 14 de novembro último, volvendo, depois de dezoito anos, ao Itamaraty para servir na linha de suas nobres tradições. No trato dos negócios internacionais e na ação da política exterior arraiguei as minhas convicções de que cada vez mais os problemas de ordem interna se entrelaçam com os da diplomacia, na defesa dos interesses econômicos, nas trocas mercantis, na colaboração em organismos internacionais, na preservação dos ideais democráticos, na garantia dos princípios que norteiam a evolução nacional. A interrelação entre fenômenos internos e internacionais avulta e empresta a este Ministério uma importância crescente nas esferas política, social, econômica e cultural da vida brasileira.

Por isso mesmo, insisti no meu discurso de posse no caráter tradicional desta Chancelaria, de

governar-se pelas altas conveniências nacionais, repelindo os termos de falsos nacionalismos, confiando em nossa capacidade de nos defendermos contra todo tipo de penetração ou interferência na orientação de nossos próprios negócios. Não importa o curto prazo da minha gestão, exatamente porque a continuidade do Itamaraty está acima das contingências do tempo.

Durante quase todo o período que abrange este Relatório, estêve a pasta a cargo do eminente brasileiro Embaixador Raul Fernandes, que prestou relevantes serviços alguns dos quais, relativos a este ano, dou conta a Vossa Excelência. Logo depois de investido nas funções de Ministro das Relações Exteriores, coube-me firmar com os Estados Unidos da América o importante acôrdo para compra de meio milhão de toneladas de trigo e outras quantidades de produtos agrícolas americanos, mediante pagamento em cruzeiros, o que transformou uma operação comercial de rotina em realização de grande alcance financeiro, pois uma parte substancial dos recursos criados pela operação serão cedidos por empréstimo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a fim de incrementar os seus programas de indiscutível significação para o progresso do País. Com isso, o Governo brasileiro consegue recursos em cruzeiros não inflacionários para complementar investimentos feitos com utilização de equipamentos pagos em moeda estrangeira.

Assinei, respectivamente, com os Embaixadores da Bélgica e, em definitivo, com o dos Países-Baixos, Ajustes de Pagamento e Comércio, pelos quais a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo passaram a fazer parte do sistema de pagamentos multilaterais a que já pertencem o Brasil, a Alemanha e a Inglaterra. Constitui essa iniciativa uma etapa nova no comércio exterior e importa, na presente conjuntura internacional, na conveniência de se procurarem novos meios de regulamentar o intercâmbio comercial e de pagamentos entre o nosso e vários países da Europa. A forma bilateral se substitui pela dos pagamentos multilaterais. Os Ajustes firmados com os países acima mencionados prevêem o nosso comércio com eles em marcos alemães, libras esterlinas, florins holandeses e francos belgas, moedas essas livremente conversíveis entre si e transferíveis dentro de uma área de conversibilidade limitada. Com isso o Brasil obteve flexibilidade na utilização dos recursos provenientes de sua exportação para aquêles países e criou-se a possibilidade de escolher, nas melhores condições de preço e fornecimento, as importações provenientes daquela área.

Houve por bem Vossa Excelência, atendendo à ponderações que tive a honra de levar ao seu alto conhecimento, criar, pelo Decreto n.º 38.312, de 15 de dezembro d'este ano, o Museu Histórico e Diplomático, a fim de abrigar o importante acervo histórico e artístico que se conserva no Palácio Itamaraty, e que, juntamente com a Biblioteca, a Mapoteca e o

Arquivo Histórico, será um testemunho permanente das obras realizadas pela diplomacia nacional e pelos grandes brasileiros que a orientaram e conduziram.

Esse ato celebrou condignamente o centenário da construção do Palácio, que abriga há mais de meio século o Ministério das Relações Exteriores e cuja denominação, Itamaraty, se tornou, por metonímia, o nome pelo qual é conhecida a nossa diplomacia no país e no exterior.

Procuramos cumprir com o maior desvêlo tôdas as obrigações nos Organismos Internacionais, não apenas na defesa de nossos interesses, mas sobretudo no empenho em colaborar para a solução de quantas questões possam afetar à segurança internacional e em tôdas as iniciativas que visem à construção de uma paz justa e definitiva. E o melhor testemunho do aprêço em que é tida a ação do Brasil e do prestígio que lhe cerca o nome é a escolha, neste ano, para muitos cargos, dentre os quais para membro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, no período de 1956-1958; para o Conselho Executivo da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com sede em Roma, no biênio 1957-1959; para o Conselho de Administração do Fundo Internacional de Socorro à Infância, em 1956, e para o Conselho Executivo do Comité Intergovernamental de Imigrações Européias.

No cenário continental, a obra do Itamaraty continua a desenvolver-se com a preocupação constante de colaborar na grandeza americana, no plano

político como no setor econômico e nas esferas culturais. É justo assinalar a conclusão no mês de janeiro dêste ano da construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, cumprindo o Brasil as obrigações do Tratado firmado em 1938 com a Bolívia, para a vinculação ferroviária.

No mês de julho realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Foi uma grandiosa demonstração de fé cristã. A população carioca e os numerosos brasileiros que vieram de quase todos os Estados, para assistirem a tão majestosas cerimônias, tiveram oportunidade de afirmar a sinceridade dos seus sentimentos religiosos.

Por outro lado a Igreja Católica Apostólica Romana, pela presença de tantos eminentíssimos Cardeaes e de quase todos os Arcebispos, Bispos e Prelados vindos das Dioceses brasileiras, e de tantos Prelados vindos de numerosos países, demonstra a sua pujança espiritual e o valor de sua organização terrena.

Sua Santidade o Papa Pio XII houve por bem, em carinhosa manifestação de afeto pelos brasileiros, enviar como Legado a latere o antigo Nuncio no Rio de Janeiro, sua Eminencia o Senhor Cardeal Aloisi Masella, que havia deixado entre nós inesquecível lembrança. Recebido com honras de Chefe de Estado, foi cercado não só das demonstrações oficiais e eclesiásticas devidas à sua alta investidura, mas do carinho e do entusiasmo do povo brasileiro.

Como verá Vossa Excelência pela leitura d'êste Relatório, numerosas atividades do Ministério tiveram que ser restringidas e algumas mesmo suspensas, devido ao plano geral de economias que o Govêrno teve de executar, em virtude de dificuldades financeiras. A cooperação intelectual foi talvez o setor mais sacrificado, no entanto as linhas gerais de nossa política cultural foram mantidas, as bôlsas e auxílios a bolsistas continuaram a ser concedidos, funcionaram os centros de estudo no estrangeiro a que estamos ligados e asseguramos a nossa colaboração ativa com a UNESCO, que se faz pela ação governamental, assim como através do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, que é a sua comissão no Brasil e no qual estão representados o Govêrno e os grupos nacionais que se interessam pelos problemas da educação e da pesquisa científica e cultural.

Fiel à tradição vinda do Império, que aproveitou sempre do trabalho de diplomatas brasileiros para pesquisas nos arquivos históricos do estrangeiro, onde se encontram documentos relativos à História do Brasil e considerando que, a despeito dos levantamentos feitos até hoje, é ainda muito grande a soma de papéis de que não possuímos cópia, determinei que êsse serviço seja agora feito sistemáticamente, iniciando-se nos arquivos de Lisboa e Madrid. Serão designados brevemente dois funcionários das Embaixadas do Brasil em Lisboa e Madrid, que trabalharão com instruções especiais prèviamente

traçadas pela Comissão Nacional de Textos de História do Brasil, sediada no Itamaraty. Os documentos deverão ser copiados a mão e aquêles que tiverem raal valia serão microfilmados e encaminhados, pela referida Comissão, aos arquivos ou Museus especializados. Renova-se assim a útil iniciativa do velho Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela qual Varnhagen, Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa estudaram os arquivos portugêses e Joaquim Caetano da Silva recolheu documentos na Holanda.

Mandei pròceder ao estudo para um melhor aparelhamento dos serviços de documentação do Ministério, no atinente aos arquivos, com o emprêgo dos processos de microfilmagem, a fim de proteger o inestimável patrimônio histórico que nêles se contém, e de economizar pessoal, tempo de trabalho e sobretudo espaço, para a guarda de papéis, cujo volume cresce assustadoramente.

Em virtude da grave situação financeira do país, determinou a Presidência da República que fôssem estudadas as possibilidades de economizar, na execução do orçamento dêste ano, cerca de 20% de suas verbas, excluindo as despesas com pessoal. Depois de lento e consciencioso trabalho, que procurou atender àquelas exigências sem sacrificio do serviço, foi possível um corte de Cr\$ 54.432.705, importância que representou sôbre o montante do Orçamento do Ministério, excluidas as verbas de Pessoal, uma economia de 27,8%. Se considerarmos que o Itamaraty sempre dispôs de modestos recursos

para atender à soma crescente de serviços, podemos estimar devidamente como repercutiu uma economia tão grande que prejudicou o desenvolvimento de algumas de suas atividades, e nem poderia ser de outro modo. Aliás, o rigor na aplicação das verbas tem sido o apanágio constante da administração do Ministério, a despeito de suas necessidades e dos imperativos cada vez mais ponderáveis de alargar sua ação nos planos cultural e social, onde as tarefas se desdobram e repercutem tão poderosamente no prestígio internacional do país.

Não será nunca demais insistir na necessidade do aumento do pessoal do Ministério, sobretudo dos funcionários da Secretaria de Estado, de sorte a atender ao crescimento dos serviços que, em todos os setores, se multiplicam, exatamente pelo fato acima acentuado da vinculação cada vez maior entre os assuntos de ordem interna e a vida internacional, problemas que convergem para o Itamaraty, que os tem de considerar, seja para resolvê-los seja para encaminhá-los a outras esferas da administração. O Instituto Rio-Branco vem realizando a sua função de preparar os funcionários diplomáticos, muito embora tenha sido preciso, ainda neste ano, recorrer ao concurso de provas para prover o restante das vagas existentes, o que aliás não foi conseguido. Trata-se de assunto complexo que, por muito habituado à vida do Itamaraty, não me poderia passar despercebido, mas nas contingências de tão curta

gestão não me é dado considerar e dêle quero sòmente deixar constância.

Na parte expositiva dêste Relatório encontrará Vossa Excelência de forma circunstanciada a vida do Ministério, da qual referi aqui apenas alguns índices esclarecedores, a fim de mostrar as diretivas do seu trabalho, no constante empenho de bem servir a Pátria, assegurando fidelidade aos ideais da nossa política internacional, defendendo os interêsses econômicos nacionais e cooperando com o nosso melhor esforço, na esfera cultural e em quantos setores a ação da diplomacia brasileira possa contribuir para o bem-estar humano, para a defesa da civilização cristã e para assegurar a paz e a concórdia entre os povos.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1955.

José Carlos de Macedo Soares

EXPOSIÇÃO

ASSUNTOS POLÍTICOS E CULTURAIS

X SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

A Delegação do Brasil à X Assembléia Geral das Nações Unidas (reunida em Nova York de 20 de setembro a 16 de dezembro) foi assim constituída: Chefe, Embaixador Cyro de Freitas Valle; Delegados, Embaixador Gilberto Amado, Embaixador Mario de Pimentel Brandão, Ministro Henrique de Souza Gomes e Doutor José Ferreira de Souza; Delegados Substitutos, Ministro Jayme de Barros Gomes, Cônsul Henrique Valle, Senhor Octavio Gouvêa Bulhões e Senhor João Baptista Barreto Leite Filho; Assessôres, Cônsul José Sette Câmara Filho e Cônsul Octavio Luis de Berenguer Cesar.

Esta reunião da Assembléia Geral era aguardada com a mais viva expectativa, pois marca o primeiro decênio do estabelecimento das Nações Unidas. Os problemas fundamentais que afligem a humanidade foram incluídos na agenda. Infelizmente, nem em todos os pontos as resoluções acompanharam o desejo e a necessidade de obter uma solução imediata; mais freqüentemente apenas se adotaram medidas protelatórias, mostrando que os espíritos ainda não estão maduros para as decisões definitivas.

DESARMAMENTO

Na raiz das dificuldades ocorrentes no campo das relações internacionais encontra-se a questão do desarmamento e do relaxamento da tensão internacional. Problema que durante quase um decênio de estudos e considerações iludiu

as mais hábeis propostas, evoluiu rapidamente no último ano, principalmente graças a um projeto concreto e ousado dos soviéticos. Em 1955, o Governo russo apresentou ao Comitê de Desarmamento uma proposta completa na qual abandonou a tese da redução proporcional de armamentos convencionais, até aqui *sine qua non*, mantendo as mesmas disposições relativas à proibição da fabricação de armas termonucleares e a destruição dos estoques já existentes, a redução das forças armadas e armamentos convencionais, e o estabelecimento de um órgão de controle. A dificuldade reside exatamente em implementar o método de controle. A posição do Brasil na matéria é precisa: favorável à redução efetiva dos armamentos e à proibição do uso das armas atômicas e nucleares, sem deixar, contudo, de atentar para as necessidades de uma política realista que possa manter o mundo afastado da guerra e livre da ameaça da destruição do bloco ocidental que pode ser ocasionada pela fraqueza de seus componentes. Para esse fim, subordinar a proibição das armas nucleares ao concomitante entendimento para o controle internacional da observância dessa medida. Fiel a essa atitude, o Brasil votou a favor de um projeto de resolução do Canadá, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América, em que as Grandes Potências são vivamente instadas a continuar os esforços para a redução de armamentos e controle efetivo de informações pertinentes.

ADMISSÃO DE NOVOS MEMBROS

Nessa Sessão da Assembléia Geral, o Brasil colaborou ativamente na solução de um dos problemas mais debatidos e, por isso mesmo, complexos: a questão dos novos membros. Copatrocinou, outrossim, com a Nova Zelândia, na moção que foi o ponto de partida para a decisão final, favorável à admissão de dezesseis dos dezoito postulantes. Esse projeto, que dispõe sobre a entrada dos candidatos qualificados, e que não tenham problema de unificação por resolver,

especificava os dezoito Estados cuja admissão deveria ser discutida — a saber: Albânia, Áustria, Bulgária, Cambódia, Ceilão, Espanha, Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Jordânia, Laos, Líbia, Mongólia, Nepal, Portugal e Rumânia. Como é sabido, a moção foi amplamente aceita na Comissão *ad hoc* (52 × 2) e no Plenário; no Conselho de Segurança, entretanto, como retaliação pelo veto chinês à Mongólia, a Rússia vetou todos os demais interessados, exceto os da «Cortina de Ferro». Talvez consciente da reação de repúdio a esse abuso do direito de veto em todo o mundo, o Delegado soviético solicitou convocação do Conselho de Segurança na qual propôs o sacrifício do Japão como contrapartida à recusa da Mongólia, tendo ficado entendido que na XI Assembleia Geral a candidatura japonesa seria apreciada favoravelmente. Desta forma, o antigo quadro das Nações Unidas passa a constituir-se de setenta e seis países.

ENERGIA ATÔMICA

A participação do Brasil no campo das aplicações da energia atômica com finalidade pacífica assume dia a dia maior importância. Falando na 1.^a Comissão durante a discussão do item correspondente, lembrou o Ministro Henrique de Sousa Gomes que o Brasil tinha tido a honra de fazer parte do Comitê Consultivo encarregado de cooperar com o Secretário Geral na organização da Conferência de Genebra, onde cientistas atômicos de todo o mundo se reuniram num amplo e bem sucedido *simposium*. Depois de acentuar a importância fundamental dessas pesquisas para um país ainda pobre no aproveitamento das fontes costumeiras de energia (carvão, petróleo, quedas d'água), mas rico em zircônio, urânio, tório, disse o Ministro Sousa Gomes «que o Governo brasileiro está decidido a utilizar em benefício da cooperação internacional seus recursos de matérias-primas, de conhecimentos técnicos e de contribuições científicas.

Nós já firmamos com os Estados Unidos da América um acôrdo que versa sôbre certos aspectos do problema. Estamos dispostos a estender a mesma cooperação a outros países. Emprestamos uma importância primordial aos acôrdos bilaterais e estamos convencidos de que devem ser mantidos em pleno vigor qualquer que seja a organização internacional que conseguirmos fundar no domínio da energia atômica!» Acrescentou que ainda era cedo para expressar o ponto de vista oficial do Govêrno brasileiro sôbre a Agência Internacional, que será conhecido após minucioso estudo do projeto do respectivo Estatuto.

As discussões em tôrno do assunto mostraram uma considerável unidade de vista, resultando na aprovação do projeto submetido por vários países, entre os quais o Brasil. Pela Resolução aprovada, além de se recomendar a convocação de uma nova Conferência, nos moldes da de Genebra, sôbre os usos pacíficos da Energia atômica, incentiva-se o estabelecimento de uma Agência Internacional de Energia Atômica. Para êsse fim, são convidados os Governos do Brasil, Tchecoslováquia, Índia e União Soviética para colaborarem com os Patrocinadores nas negociações sôbre o projeto de Estatuto da aludida Agência.

Idêntica importância ganhou a participação do Brasil na discussão do item sôbre os efeitos da radiação atômica. Embora o Delegado brasileiro ressaltasse estar desajudado de assessor especializado, graças a uma atenção cuidadosa ao que se dissera na reunião, chegara à conclusão de que o mundo sabia ainda muito pouco sôbre os efeitos da radiação atômica. O problema, em si, é técnico, mas suas implicações humanitárias sobrepõem as demais; como tal deve ser abordado o interêsse político, sendo apenas uma consequência mais remota, não deve influir nas providências a tomar. Expressou a seguir a opinião de que o estudo dos efeitos da radiação atômica não deve ser confundido com o problema do desar-

mamento, que a seu tempo e no seu devido lugar seria apreciado. Outro ponto tocado pelo Delegado do Brasil foi a composição da Comissão Científica para o estudo dos efeitos das radiações atômicas, no que favoreceu a tese latino-americana de ampliar a Comissão, de maneira a permitir uma representação geográfica mais eqüitativa. Mais uma vez o Brasil foi distinguido com sua designação para um órgão internacional incumbido de estudos atômicos. Juntamente com Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, Egito, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Índia, Japão, México, Suécia, Tchecoslováquia e União Soviética, o Brasil comporá a já citada Comissão Científica para o estudo das radiações atômicas.

PRISIONEIROS DE GUERRA COREANOS

Causou a mais viva emoção na Assembléia Geral a declaração, feita pelo Chefe da Delegação brasileira, de que o seu país receberia com prazer os prisioneiros de guerra norte-coreanos que quisessem emigrar para o Brasil. Trata-se de uma solução que já tardava, tendo o problema surgido dos termos do armistício de Pam-mum-jom, pelos quais os prisioneiros teriam o direito de ser repatriados ou não, conforme o desejassem. Um grupo de 88 prisioneiros, que preferiram não voltar à sua pátria, foi enviado à Índia à espera do destino final; dêsse, a princípio 38, depois 59, revelaram desejo de iniciar vida nova em terras brasileiras. A oferta do Brasil, feita em ocasião muito oportuna, já que o problema parecia eternizar-se, mereceu calorosos elogios e foi vivamente comentada em diversas oportunidades.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ÁFRICA DO SUL

Durante o ano findo, dando execução a uma Resolução aprovada na IX Assembléia Geral, o Secretário Geral convi-

dou o diplomata brasileiro Embaixador Luís Pereira Ferreira de Faro Júnior para agir, na qualidade de Agente das Nações Unidas, com o fim de sondar as possibilidades de estabelecer entendimentos diretos entre as Delegações da África do Sul e da Índia sobre a questão da discriminação contra cidadãos hindus no território sul-africano. A posição de princípio que o Governo de Pretória adotou nesta matéria impediu ao Embaixador Faro Júnior realizar quanto se esperava do seu talento. Ainda assim, ao ser discutido o item respectivo, vários oradores, inclusive o Delegado sul-africano, referiram-se elogiosamente à atividade daquele diplomata para desincumbir-se de sua espinhosa missão.

QUESTÃO DO SURINÃ E DAS ANTILHAS NEERLANDESAS

Outra intervenção destacada da Delegação do Brasil foi obtida ao copatrocinar, com a dos Estados Unidos da América, um projeto de resolução no sentido de as Nações Unidas ratificarem a modificação do *status* do Surinã e das Antilhas Neerlandesas, de maneira a desobrigar os Países-Baixos de apresentar anualmente informações, de acordo com o artigo 73 (e) da Carta das Nações Unidas. É de lembrar-se que os Países-Baixos firmaram com aquelas unidades um instrumento, segundo o qual passaram a constituir o Reino Neerlandês, ficando a administração regional submetida aos Poderes constituídos em cada uma das unidades. A atuação do Brasil na Comissão de Informações sobre Territórios Não-Autônomos, eqüidistantes dos Estados colonialistas e anticolonialistas que não raro se extremam na apreciação dos problemas em foco, deu-lhe uma autoridade indubitável nesse terreno, razão por que o projeto que o Brasil patrocinou foi acolhido sem dificuldade.

QUESTÕES ADMINISTRATIVAS E ORÇAMENTÁRIAS

Nas questões administrativas e orçamentárias há a observar que com a admissão dos novos membros foi revista a tabela de contribuições. A antiga cota do Brasil foi diminuída, passando a ser de 1,2% do orçamento total.

ELEIÇÕES PARA ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O prestígio de que goza o país atualmente no exterior, pode ser medido pela receptividade dada, no ano findo, às candidaturas brasileiras em mais de um setor da vida internacional. Dentre os muitos cargos para os quais foi escolhido, vale destacar a eleição do Brasil para: — membro do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, para o período de 1956-1958; — para o Conselho Executivo da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), com sede em Roma, no período de 1957-1959; — para o Conselho de Administração do Fundo Internacional de Socorro à Infância, em 1956; — para o Conselho Executivo do Comitê Intergovernamental de Imigrações Européias.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Também na Organização dos Estados Americanos se fez sentir a presença do Brasil, seja no Conselho e respectivas Comissões, na União Panamericana, nos diversos Organismos Especializados, e ainda na Comissão Interamericana de Paz.

A 11 de janeiro deliberou o Conselho atender a uma solicitação do Governo de Costa Rica no sentido de ser convocada uma Reunião de Consulta, passando a funcionar provisoriamente como Órgão de Consulta, em obediência ao que estipula o artigo 52 da Carta da Organização dos Estados Americanos. Destinava-se a Reunião em aprêço a conhecer a acusação do Governo de Costa Rica de que o Governo da Nicarágua estaria fomentando o movimento sedicioso que se verificava naquele país. O Delegado do Brasil, Embaixador Fernando Lôbo, teve então oportunidade de participar de uma Comissão Investigadora, designada pelo Presidente do Conselho, e integrada também por representantes dos Estados Unidos da América, México, Equador e Paraguai, a qual muito contribuiu para a solução amistosa do problema, tornando mesmo desnecessária a efetivação da Reunião de Consulta.

O Conselho da Organização ocupou-se, igualmente, da elaboração dos novos Estatutos da Comissão Interamericana de Paz, em cumprimento do estipulado na Resolução CII da X Conferência Interamericana, havendo os respectivos estudos progredido de modo apreciável.

Foram também ultimados os trabalhos preparatórios da Conferência Especializada que se deverá reunir em Ciudad Trujillo em março próximo, a fim de executar o que lhe foi estabelecido pela Resolução LXXXIV da X Conferência Interamericana, ocupando-se dos problemas pertinentes ao Mar Territorial e à Plataforma Submarina.

Cuidou, finalmente, o Conselho, dos preparativos da III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, que deverá realizar-se, em janeiro vindouro, na cidade do México.

Foram eleitos pelo Conselho para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os representantes da Colômbia e do Chile, Embaixadores César Túlio Delgado e Alberto Sepulveda Contreras. Ambos êsses candidatos haviam merecido o apoio do Brasil.

Havendo falecido a 19 de outubro o Embaixador Carlos Dávila, Secretário-Geral da Organização, encontra-se vago o cargo que, de conformidade com o artigo 79 da Carta da Organização dos Estados Americanos, deverá ser preenchido dentro dos noventa dias subseqüentes à abertura da vaga. O Doutor Dávila, figura que marcou época na evolução do panamericanismo, deixa lacuna difícil de ser preenchida.

O Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana vem sendo chefiado, de modo eficiente e satisfatório, pelo Senhor Érico Veríssimo, que, havendo sucedido nessa importante tarefa ao Doutor Alceu Amoroso Lima, conservou para o Brasil o exercício do cargo.

Realizou-se na cidade do México, de 25 de julho a 6 de agosto último, a VI Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que abrangeu a VII Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia, a IV Reunião Pan-mericana de Consulta sobre Geografia e III Reunião

• Pan-Americana de Consulta sôbre História. O Professor brasileiro Fábio de Macedo Soares Guimarães foi eleito Presidente da Comissão de Geografia do Instituto, havendo a cidade do Rio de Janeiro sido escolhida para sede da próxima reunião, que deverá realizar-se em julho de 1956, como colaboração ao XVIII Congresso Internacional de Geografia, que ali ocorrerá na referida época.

RECONHECIMENTO DO NOVO GOVERNO ARGENTINO

O Govêrno brasileiro, ante o pedido de reconhecimento que lhe foi feito pelo Govêrno provisório da República Argentina, comunicou-lhe, através da Embaixada do Brasil em Buenos Aires, em 24 de novembro, que continuará a manter com a Argentina as suas tradicionais relações de amizade. Foi o Brasil a segunda nação do continente a reconhecer o novo Govêrno argentino, tendo sido antecipada apenas pelo Uruguai, que não aguardou a solicitação do Govêrno provisório, para tal fim.

INCIDENTES NA FRONTEIRA BRASILEIRO- PERUANA

Verificaram-se em março e abril incidentes na fronteira brasileiro-peruana, havendo índios não identificados, provavelmente mayorunas, atacado os seringais brasileiros do município de Benjamin Constant. A região dos rios Javari-Curuçá foi inspecionada por uma Comissão mista integrada por oficiais brasileiros e peruanos, que, atuando dentro de um espírito de perfeita harmonia, verificou não ser qualquer dos dois Governos responsável pelo ocorrido.

Os incidentes em aprêço não tiveram nenhuma repercussão sôbre as boas relações de amizade existentes entre o Brasil e o Peru.

A QUESTÃO DE LIMITES PERU-EQUADOR

Por solicitação do Govêrno equatoriano, reuniram-se no Palácio Itamaraty, a 8 e 14 de setembro, e a 26 de dezembro, os representantes dos Estados Garantes do Protocolo de Paz, Amizade e Limites entre o Equador e o Peru, assinado no Rio de Janeiro a 29 de janeiro de 1942. Durante as reuniões, presididas as duas primeiras pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, e a última pelo Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, prosseguiram os Garantes no exame dos problemas relativos à execução daquele instrumento diplomático.

O Govêrno brasileiro confia em que, com a cooperação dos demais Garantes — Argentina, Chile e Estados Unidos da América, se possa em futuro próximo dirimir as dúvidas que ainda perduram entre as partes.

ESTRADA DE FERRO CORUMBÁ-SANTA CRUZ DE LA SIERRA

Em janeiro de 1955 a Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana concluiu a construção da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, cumprindo o Brasil, dessa forma, com as obrigações assumidas pelo Tratado de vinculação ferroviária, assinado com a Bolívia em 1938.

Está em vias de conclusão a construção da ponte definitiva sobre o Rio Grande, última obra de vulto na ferrovia, para a qual o Ministério das Relações Exteriores solicitou crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00.

A conclusão dos trabalhos da ponte, cuja estrutura metálica já foi encomendada no estrangeiro, ligará definitivamente os sistemas ferroviários dos dois países, acarretando as melhores conseqüências, tanto políticas quanto econômicas e sociais.

LIGAÇÃO RODOVIÁRIA BRASIL-PARAGUAI

A Comissão Mista Brasil-Paraguai concluiu o estudo dos restantes 70 quilômetros da rodovia Pôrto Presidente Franco-Coronel Oviedo na zona de Pôrto Presidente Franco e efetuou a locação de 32 quilômetros na zona de Coronel Oviedo.

Os trabalhos são executados por duas turmas, uma em Coronel Oviedo, e outra em Pôrto Presidente Franco, ambas convergindo em direção a Caaguazú. A turma de Presidente Franco, além do referido estudo dos 70 quilômetros, iniciou a locação da estrada no seu setor, concluindo 40 quilômetros de serviço de campo. A turma de Coronel Oviedo, além da mencionada locação de 32 quilômetros, executou ainda a desmatação de 32 quilômetros em faixa de 30 metros ao longo do eixo, o destocamento de 18 quilômetros em faixa de 11 metros ao longo do eixo, 24 quilômetros de caminho de serviço e 3 quilômetros de terraplenagem.

Calcula a Comissão que uma primeira ligação, por caminho de serviço, poderá ser aberta ao tráfego de veículos até 10 toneladas em março ou abril do ano próximo, para o que já foram solicitados os necessários recursos financeiros.

NEUTRALIDADE PERPÉTUA DA ÁUSTRIA

Por nota dirigida pelo Ministério das Relações Exteriores à Embaixada da Áustria, o Govêrno brasileiro, a pedido do Govêrno austríaco, reconheceu a neutralidade perpétua da Áustria.

A neutralidade perpétua da Áustria foi definida na Lei Federal Constitucional aprovada pelo Parlamento austríaco em 26 de outubro.

NAO-RECONHECIMENTO DA CHAMADA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

O Governo brasileiro manteve perfeita fidelidade à declaração de não-reconhecimento da chamada República Democrática Alemã, constante da nota, de 12 de junho de 1954, dirigida ao Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha.

Na referida nota, o Governo brasileiro estabeleceu sua posição diante da proclamação de "soberania" da Alemanha Oriental, ao esclarecer que não reconhecia e nem tinha intenção de reconhecer, direta ou indiretamente, a chamada República Democrática Alemã, que reconhecia no Governo da República Federal da Alemanha o único e legal Governo do Estado Alemão.

O Governo da República Federal da Alemanha, baseado na declaração em aprêço, solicitou o apoio do Governo brasileiro na sua resistência às tentativas da Alemanha Oriental de ganhar acesso e fazer-se representar junto às organizações internacionais. O Governo brasileiro, em nota de 14 de novembro, prometeu agir dentro do espírito da aludida declaração e, conseqüentemente, o Ministério das Relações Exteriores tem instruído as Delegações brasileiras no sentido de votarem contra a admissão da chamada República Democrática Alemã em organismos e conferências internacionais.

PROTEÇÃO DOS INTERESSES PORTUGUESES NA ÍNDIA

As relações diplomáticas entre a Índia e Portugal desde 1954, quando houve um movimento para a incorporação dos territórios portugueses à Índia, tornaram-se precárias. Passado algum tempo, nova onda incorporadora registrou-se contra as possessões portuguesas naquela parte do globo, dessa vez com maiores e mais trágicas conseqüências, culminando com o rompimento de relações diplomáticas e, posteriormente, consulares, entre os dois países.

Convidado pelo Governo português, o Brasil comunicou, por nota, ao Governo da Índia, ter aceitado o encargo de proteger os interesses portugueses na Índia, tendo assumido, no dia 8 de agosto de 1955, tal investidura. No dia 22 do mesmo mês, o Governo da Índia comunicava à Embaixada do Brasil em Nova Delhi reconhecer o papel de protetor por parte do Brasil.

ATOS, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS

O Brasil compareceu, durante o ano de 1955, aos seguintes congressos internacionais:

1. X Congresso Pan-Americano da Criança. *Panamá* — janeiro.
2. XV Sessão do Conselho Executivo da O. M. S. (Organização Mundial da Saúde). *Genebra* — janeiro.
3. XXV Congresso Interamericano de Educação Secundária. *Santiago* — janeiro.
4. V Reunião da Conferência Interamericana de Seguridade Social. *Caracas* — março.
5. I Congresso Mundial de Prevenção de Acidentes de Trabalho. *Roma* — abril.
6. II Congresso Meteorológico Mundial. *Genebra* — abril.
7. V Congresso Interamericano de Radiologia, *Washington* — abril.
8. VIII Assembléia Geral da O. M. S. (Organização Mundial de Saúde). *México* — maio.
9. X Assembléia da Comissão Interamericana de Mulheres. *São João — Pôrto Rico* — maio.

10. IX Congresso do Conselho Internacional dos Pa-
drões de Comércio. *Dusseldorf* — maio.
11. XXXVIII Sessão da Conferência Internacional do
Trabalho (O. I. T.). *Genebra* — junho.
12. IV Congresso Mundial do Petróleo. *Roma* —
junho.
13. I Congresso Ibero-Americano de Municípios.
Madrid — junho.
14. IV Convênio Internacional para a Paz e a Civi-
lização Cristã. *Florença* — junho.
15. Congresso Cultural. *Washington* — junho.
16. XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. *Rio
de Janeiro* — julho.
17. XVIII Conferência Internacional de Instrução
Pública. *Genebra* — julho.
18. IV Congresso da União Internacional dos Arquit-
etos. *Haia* — julho.
19. VI Assembléia do Instituto Pan-Americano de
Geografia e História. *México* — julho.
20. IX Congresso Internacional do Frio. *Paris* —
agosto.
21. III Congresso Internacional de Bioquímica. *Bru-
xelas* — agosto.
22. I Congresso Internacional Rodoviário. *Istambul*
— setembro.
23. Conferência Internacional da Família. *Haia* —
setembro.
24. VII Congresso Postal das Américas e Espanha.
Bogotá — outubro.

25. IV Congresso Internacional de Bronco-Esofagologia. *Buenos Aires* — outubro.

26. II Congresso Internacional de Alergia. *Rio de Janeiro* — novembro.

27. I Congresso Pan-Americano de Medicina. *Rio de Janeiro* — novembro.

28. Seminário Latino-Americano de População. *Rio de Janeiro* — dezembro.

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS PELO BRASIL NO ANO DE 1955

1. BRASIL — DIVERSOS — Terceiro protocolo de retificações e modificações dos textos das listas anexas ao Acôrdio Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio. Adotado em Genebra a 24 de outubro de 1953. Assinado pelo Brasil a 7 de janeiro de 1955.

2. BRASIL — BÉLGICA — Convenção sôbre Assistência Judiciária Gratuita. Assinada no Rio de Janeiro a 10 de janeiro de 1955.

3. BRASIL — JAPÃO — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1955, prorrogando por um período de três meses, a partir de 1º de janeiro de 1955, o prazo de validade das listas de mercadorias anexas ao Ajuste Administrativo de Comércio, concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 12 de setembro de 1952.

4. BRASIL — R. F. DA ALEMANHA — Troca de notas datadas de Bonn, 8 de fevereiro de 1955, prorrogando até 9 de maio de 1955 o prazo de denúncia previsto no artigo XIV do Ajuste Comercial entre o Brasil e a R. F. da Alemanha e o prazo de denúncia previsto no artigo XVI do Convênio de Pagamentos celebrado entre o Banco do Brasil e o "Bank Deutscher Laender", ambos de 17 de agosto de 1950.

5. BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Acôrdo suplementar ao Acôrdo para a realização de um programa de cooperação em matéria de saúde, concluído por troca de notas no Rio de Janeiro a 27 de dezembro de 1950, e ao Acôrdo de 14 de março de 1942, entre o Govêrno do Brasil, representado pelo Ministério da Educação e Saúde, e o "Institute of Inter-American Affairs", órgão corporativo do Govêrno dos Estados Unidos da América. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas datadas de 7 de janeiro e 8 de fevereiro de 1955.

6. BRASIL — URUQUAI — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 4 de março de 1955, prorrogando por seis meses a vigência do Tratado de Comércio e Navegação de 25 de agosto de 1933.

7. BRASIL — ESPANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 31 de março de 1955, prorrogando até 30 de junho de 1955 a vigência do Ajuste Comercial de 24 de julho de 1952.

8. BRASIL — FRANÇA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 31 de março de 1955, prorrogando até 30 de junho de 1955 a vigência do Ajuste Comercial de 5 de agosto de 1953.

9. BRASIL — FRANÇA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 31 de março de 1955, pelas quais o Govêrno brasileiro comunicou desejar fazer cessar a validade do Acôrdo de Pagamentos de 8 de março de 1946 em 30 de junho de 1955. Convencionou-se, entretanto, que, na falta de progresso suficiente nas negociações para um novo ajuste até 31 de maio, se procederia, nessa data, a uma prorrogação provisória do Acôrdo, pelo prazo de três meses, até 30 de setembro de 1955.

10. BRASIL — GRÃ-BRETANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 31 de março de 1955, prorrogando

de 1.º de abril a 30 de junho de 1955 a vigência dos artigos 15, 19 (a) até (d) e 20 da Parte II do Acôrdo de Pagamentos de 21 de maio de 1948.

11. BRASIL — GRÃ-BRETANHA — Acôrdo sôbre serviço militar. Assinado no Rio de Janeiro a 5 de abril de 1955.

12. BRASIL — GRÃ-BRETANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 5 de abril de 1955, sôbre a aplicação administrativa do Acôrdo sôbre serviço militar até sua aprovação pelo Congresso Nacional.

13. BRASIL — JAPÃO — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 6 de abril de 1955, prorrogando por um período de três meses, a partir de 1º de abril de 1955, o prazo de validade das listas de mercadorias anexas ao Ajuste Administrativo de Comércio de 12 de setembro de 1952.

14. BRASIL — SUÉCIA — Acôrdo para a proteção de marcas comerciais e industriais. Concluído, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 29 de abril de 1955.

15. BRASIL — R. F. DA ALEMANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 9 de maio de 1955, prorrogando, até ulterior decisão de ambas as Partes, o prazo de denúncia do Ajuste Comercial e do Convênio de Pagamentos de 17 de agosto de 1950.

16. BRASIL — DIVERSOS — Prorrogação da validade do Protocolo de adesão provisória do Japão ao Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio. Assinado pelo Brasil em Genebra a 25 de maio de 1955.

17. BRASIL — FRANÇA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 31 de maio de 1955, prorrogando provisoriamente, até 30 de setembro de 1955, o Acôrdo de Pagamentos de 8 de março de 1946.

18. BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 3 e 13 de junho de 1955, prorrogando até 30 de junho de 1960 o Programa Coopera-

tivo de Educação Industrial acertado pela troca de notas assinadas no Rio de Janeiro em 14 de outubro de 1950, e o Acôrdio firmado em 14 de outubro de 1950 entre "The Institute of Inter-American Affairs" e o Govêrno do Brasil, através do seu antigo Ministério da Educação e Saúde.

19. BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Têrmo aditivo para alteração e prorrogação do Programa Cooperativo de Educação Industrial entre a República dos Estados Unidos do Brasil e "The Institute of Inter-American Affairs", agência corporativa dos Estados Unidos da América. Assinado no Rio de Janeiro a 16 de junho de 1955.

20. BRASIL — IUGOSLÁVIA -- Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 24 de junho de 1955, prorrogando por um período de três meses, até 24 de setembro de 1955, o regime estabelecido pela troca de notas de 24 de junho de 1954, complementar ao Acôrdio de Comércio da mesma data.

21. BRASIL — ESPANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 28 de junho de 1955, prorrogando até 30 de setembro de 1955 a vigência do Ajuste Comercial de 24 de julho de 1952.

22. BRASIL — FRANÇA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 30 de junho de 1955, prorrogando até 30 de setembro de 1955 o prazo de vigência do Ajuste Comercial de 5 de agosto de 1953.

23. BRASIL — JAPÃO — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 30 de junho de 1955, prorrogando, por um período de três meses, a partir de 1º de julho de 1955, o prazo de validade das listas de mercadorias anexas ao Ajuste Administrativo de Comércio de 12 de setembro de 1951.

24. BRASIL — GRÃ-BRETANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 30 de junho de 1955, prorrogando, de 1º de julho até 30 de setembro de 1955, a vigência dos artigos 15, 19 (a) até (d) e 20 da Parte II do Acôrdio de Pagamentos de 21 de maio de 1948.

25. BRASIL — DIVERSOS — Quarto protocolo de retificações e modificações das listas anexas ao Acôrdio Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio. Aberto à assinatura, em Genebra, a 7 de março de 1955. Assinado pelo Brasil a 1º de julho de 1955.
26. BRASIL — R. F. DA ALEMANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 1º de julho de 1955, sôbre a interpretação do artigo IV do Protocolo de 17 de agosto de 1950.
27. BRASIL — R. F. DA ALEMANHA — Ajuste de Pagamentos. Concluído, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 1º de julho de 1955.
28. BRASIL — R. F. DA ALEMANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 1º de julho de 1955, sôbre o Acôrdio de Investimentos e Financiamentos de 4 de setembro de 1953.
29. BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 30 de junho e 29 de julho de 1955, prorrogando por um período de ~~um~~ ano, a contar de 1º de julho de 1955, a vigência do Acôrdio relativo a um programa de assistência técnica no setor da aprendizagem industrial assinado no Rio de Janeiro a 30 de junho de 1952.
30. BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Acôrdio de Cooperação para Usos Cíveis de Energia Atômica. Concluído no Rio de Janeiro a 3 de agosto de 1955.
31. BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Acôrdio relativo a um programa conjunto de cooperação para o reconhecimento dos recursos de úrânio no Brasil. Concluído, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 3 de agosto de 1955.
32. BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 3 e 15 de agosto de

1955, sobre o Acôrdo de Cooperação para Usos Civis de Energia Atômica.

33. BRASIL — GRÃ-BRETANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1955, prorrogando, de 1.º de outubro de 1955 a 30 de setembro de 1957, a vigência dos artigos 15 e 19 (a) até (d) da Parte II do Acôrdo de Pagamentos de 21 de maio de 1948 e determinando que a Parte I do mesmo Acôrdo deixe de vigorar na data das notas.

34. BRASIL — GRÃ-BRETANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1955, determinando que deixem de vigorar, a partir dessa data, os itens IV e VI e o terceiro período das notas trocadas no Rio de Janeiro, a 1.º de outubro de 1953, sobre atrasados comerciais brasileiros.

35. BRASIL — GRÃ-BRETANHA — Acôrdo relativo aos atrasados comerciais brasileiros para com o Reino Unido: Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1955, modificando as notas trocadas no Rio de Janeiro, a 1.º de outubro de 1953, e em Londres, a 21 de dezembro do mesmo ano, sobre atrasados comerciais brasileiros.

36. BRASIL — PAÍSES-BAIXOS — Ajuste de Pagamentos e Comércio. Rubricado no Rio de Janeiro, a 16 de agosto de 1955, e assinado, na mesma cidade, a 29 de novembro de 1955.

37. BRASIL — PAÍSES-BAIXOS — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1955, relativa à aplicação provisória, por três meses, das disposições do Ajuste de Pagamentos e Comércio rubricado nessa data.

38. BRASIL — PAÍSES-BAIXOS — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1955, relativa à criação de uma "Comissão Mista Brasil-Holanda de Desenvolvimento Econômico".

39. BRASIL — CHILE — Troca de notas pelas quais se mantêm certos privilégios concedidos à importação de salitre

do Chile. Realizada no Rio de Janeiro a 27 de agosto de 1955.

40. BRASIL — PARAGUAI — Convênio adicional ao Convênio sobre radiodifusão celebrado no Rio de Janeiro, entre as Administrações brasileira e paraguaia, a 6 de dezembro de 1952. Concluído em Assunção, a 1º de setembro de 1955, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos do Brasil e a Administração Nacional de Telecomunicações do Paraguai.

41. BRASIL — URUQUAI — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1955, prorrogando por seis meses a vigência do Tratado de Comércio e Navegação de 25 de agosto de 1933.

42. BRASIL — IUGOSLÁVIA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1955, prorrogando por um período de três meses, até 24 de dezembro de 1955, o regime estabelecido pela troca de notas de 24 de junho de 1954, complementar ao Acôrdio de Comércio da mesma data.

43. BRASIL — DIVERSOS — Protocolo de emenda da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional firmada em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929. Assinado em Haia a 28 de setembro de 1955.

44. BRASIL — JAPÃO — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1955, prorrogando, por um período de três meses, a partir de 1º de outubro de 1955, a validade das listas anexas ao Ajuste Administrativo de Comércio de 12 de setembro de 1952.

45. BRASIL — ESPANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1955, prorrogando até 31 de dezembro de 1955 a vigência do Ajuste Comercial de 24 de julho de 1952.

46. BRASIL — FRANÇA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1955, prorrogando até 31 de dezembro de 1955 o prazo de vigência do Ajuste Comercial de 5 de agosto de 1953.

47. BRASIL — FRANÇA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1955, prorrogando, até 31 de dezembro de 1955, a vigência do Acôrdio de Pagamentos de 8 de março de 1946.

48. BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 1º de julho e 19 de outubro de 1955, prorrogando por dois anos, a partir de 1º de julho de 1955, a vigência do Acôrdio entre o "Conselho Nacional de Petróleo" e o "Bureau of Mines" para a pesquisa e o estudo das jazidas de xisto betuminoso no vale do Paraíba, Estado de São Paulo, concluído no Rio de Janeiro a 16 de agosto de 1950.

49. BRASIL — VENEZUELA — Troca de notas datadas de Caracas, 22 de agosto e 14 de setembro de 1955, prorrogando, pelo período de um ano, até 2 de outubro de 1956, a validade do *Modus Vivendi* comercial concluído por troca de notas no Rio de Janeiro, a 30 de setembro e 1º de outubro de 1936, e em Caracas, a 11 e 15 de junho de 1940.

50. BRASIL — ITÁLIA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1955, prorrogando, por um período de três meses, a partir de 1º de novembro de 1955, a validade das listas de mercadorias anexas ao Ajuste Administrativo de Comércio de 4 de junho de 1952.

51. BRASIL — ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA — Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas. Concluído no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1955.

52. BRASIL — BÉLGICA — LUXEMBURGO — Ajuste de Pagamentos e Comércio. Concluído no Rio de Janeiro a 17 de novembro de 1955.

53. BRASIL — BÉLGICA — LUXEMBURGO — Acôrdo para a criação de uma "Comissão Mista Brasil-União Econômica Belgo-Luxemburguesa de Desenvolvimento Econômico". Concluído no Rio de Janeiro por troca de notas datadas de 17 de novembro de 1955.

54. BRASIL — IUGOSLÁVIA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1955, prorrogando, por um período de três meses, até 24 de março de 1956, o regime estabelecido pela troca de notas de 24 de junho de 1954, complementar ao Acôrdo de Comércio da mesma data.

55. BRASIL — JAPÃO — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1955, prorrogando, por um período de três meses, a partir de 1º de janeiro de 1956, a validade das listas anexas ao Ajuste Administrativo de Comércio de 12 de setembro de 1952.

56. BRASIL — FRANÇA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1955, prorrogando provisoriamente, até 31 de março de 1956, a vigência do Acôrdo de Pagamentos de 8 de março de 1946.

57. BRASIL — FRANÇA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1955, prorrogando até 31 de março de 1956 o prazo de vigência do Ajuste Comercial de 5 de agosto de 1953.

58. BRASIL — ESPANHA — Troca de notas datadas do Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1955, prorrogando até 31 de março de 1956 a vigência do Ajuste Comercial de 24 de julho de 1952.

ACÓRDOS RATIFICADOS PELO BRASIL EM 1955

(Ratificações, depósitos de Instrumentos ou adesões a atos internacionais):

1. BRASIL — PORTUGAL — Tratado de Amizade e Consulta. Assinado no Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1953. Ratificado por Carta de 29 de novembro de 1954. Troca dos Instrumentos em Lisboa a 4 de janeiro de 1955.
2. BRASIL — DIVERSOS — Acôrdo relativo à concessão de facilidades aos marinheiros mercantes para o tratamento de doenças venêreas. Assinado em Bruxelas a 1º de dezembro de 1924. A adesão do Brasil foi notificada ao Govêrno belga pela Embaixada em Bruxelas a 20 de fevereiro de 1955.
3. BRASIL — DIVERSOS — Protocolo anexo ao Código Sanitário Pan-Americano. Assinado em Havana, a 24 de setembro de 1952, por ocasião da VI Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Pan-Americana. Ratificado por Carta de 3 de dezembro de 1954. Depositado o Instrumento junto à União Pan-Americana, em Washington, a 24 de fevereiro de 1955.
4. BRASIL — DIVERSOS — Acôrdo Sanitário Pan-Americano. Assinado em Montevideú, a 13 de março de 1948, entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Ratificado por Carta de 13 de dezembro de 1954. Depositado o Instrumento junto à Repartição Sanitária Pan-Americana, em Washington, a 24 de fevereiro de 1955.
5. BRASIL — PERU — Convênio Cultural. Assinado no Rio de Janeiro a 28 de julho de 1945. Ratificado por Carta de 29 de outubro de 1946. Troca dos Instrumentos de ratificação, em Lima, a 23 de setembro de 1955.
6. BRASIL — URUGUAI — Convênio sôbre marcas de indústria e de comércio e privilégios de invenção. Assinado no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1946. Ratificado por Carta

de 4 de agosto de 1955. Troca de Instrumentos de ratificação, em Montevideu, a 29 de setembro de 1955.

7. BRASIL — DIVERSOS — Instrumento de emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho. Adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua XXXVI sessão, em Genebra, a 25 de junho de 1953. De acordo com seu artigo 6, a aprovação foi comunicada por nota do Chefe da Delegação permanente do Brasil em Genebra ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, em 17 de agosto de 1955.

8. BRASIL — NICARÁGUA — Acordo Cultural. Assinado no Rio de Janeiro, a 12 de janeiro de 1953. Ratificado por Carta de 28 de julho de 1955.

9. BRASIL — URUGUAI — Tratado de Comércio e Navegação. Assinado no Rio de Janeiro, a 27 de maio de 1949. Ratificado por Carta de 29 de setembro de 1955.

10. BRASIL — DIVERSOS — Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Assinada em Londres a 10 de junho de 1948. Ratificada por Carta de 29 de dezembro de 1955.

ATOS INTERNACIONAIS PROMULGADOS NO BRASIL EM 1955:

1. BRASIL — PORTUGAL — Tratado de Amizade e Consulta. Assinado no Rio de Janeiro a 16 de dezembro de 1953. Promulgado pelo Decreto n.º 36.776, de 13 de janeiro de 1955, publicado no *Diário Oficial* de 19 de janeiro de 1955.

2. BRASIL — DIVERSOS — Convenção Internacional que modifica a Convenção do Metro, firmada em Paris, a 20 de maio de 1875, e seu Regulamento anexo. Assinada em Sèvres a 6 de outubro de 1921. A adesão do Brasil foi

registrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros da França em 14 de abril de 1954. Promulgada pelo Decreto número 36.878, de 4 de fevereiro de 1955. Publicada no *Diário Oficial* de 9 de fevereiro de 1955.

3. BRASIL — DIVERSOS — Acôrdo Sanitário Pan-Americano. Assinado em Montevideu, a 13 de março de 1948, entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Promulgado pelo Decreto n.º 37.019, de 12 de março de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 15 de março de 1955.

4. BRASIL — DIVERSOS — Protocolo anexo ao Código Sanitário Pan-Americano. Concluído em Havana, a 24 de setembro de 1952, por ocasião da VI Reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Pan-Americana. Promulgado pelo Decreto n.º 37.020, de 12 de março de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 15 de março de 1955.

5. BRASIL — DIVERSOS — Protocolo de Emenda da Convenção para a Supressão da Circulação e do Tráfico das Publicações Obscenas, firmada em Genebra a 12 de setembro de 1923. Concluído em Lake Success, Nova York, a 12 de novembro de 1947. Promulgado pelo Decreto n.º 37.100, de 25 de março de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 29 de março de 1955.

6. BRASIL — DIVERSOS — Acôrdo relativo à concessão de facilidades aos marinheiros mercantes para o tratamento de doenças venéreas. Concluído em Bruxelas a 1.º de dezembro de 1924. A adesão do Brasil foi notificada ao Governo belga pela Embaixada em Bruxelas a 20 de fevereiro de 1955. Promulgado pelo Decreto n.º 37.112, de 1.º de abril de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 2 de abril de 1955.

7. BRASIL — DIVERSOS — Protocolo de Emenda da Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, concluído em Genebra, a 30 de setembro de 1921, e da Con-

venção para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores, concluída em Genebra, a 11 de outubro de 1933. Adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1947, em Lake Success, Nova York, e firmado pelo Brasil a 17 de março de 1948. Promulgado pelo Decreto n.º 37.176, de 15 de abril de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 22 de abril de 1955, com retificações no de 27 de abril de 1955.

8. BRASIL — DIVERSOS — Convenção Interamericana de Telecomunicações e Regulamento Interno das Conferências Internamericanas anexo à mesma Convenção. Assinados por ocasião da III Conferência Interamericana de Radiocomunicações, no Rio de Janeiro, a 27 de setembro de 1945. Promulgados pelo Decreto n.º 37.428, de 3 de junho de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 20 de junho de 1955.

9. BRASIL — DIVERSOS — Acôrdio relativo à concessão de um título de viagem para refugiados que estejam sob a jurisdição do Comitê Intergovernamental de Refugiados. Assinado em Londres a 15 de outubro de 1946. Promulgado pelo Decreto n.º 38.018, de 7 de outubro de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 12 de outubro de 1955.

10. BRASIL — URUGUAI — Convênio sôbre marcas de indústria e de comércio e privilégios de invenção. Assinado no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1946. Promulgado pelo Decreto n.º 38.124, de 21 de outubro de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 26 de outubro de 1955.

11. BRASIL — PERU — Convênio Cultural. Assinado no Rio de Janeiro a 28 de julho de 1945. Promulgado pelo Decreto n.º 38.125, de 21 de outubro de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 25 de outubro de 1955.

12. BRASIL — DIVERSOS — Instrumento de emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho. Adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua

XXXVI sessão, em Genebra, a 25 de junho de 1953. Promulgado pelo Decreto n.º 38.314, de 16 de dezembro de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 20 de dezembro de 1955.

DECRETOS EXECUTIVOS SÔBRE ATOS INTERNACIONAIS EM 1955

1. DECRETO N.º 36.949, de 19 de fevereiro de 1955, que torna público que os Países-Baixos denunciaram a Convenção sôbre Trabalho Noturno das Crianças (Indústria), de 1919 (Convenção n.º 6), adotada a 28 de novembro de 1919 pela Conferência Internacional do Trabalho durante a sua 1.ª Sessão.
2. DECRETO N.º 37.175, de 15 de abril de 1955, que torna público que os Governos de quatro países denunciaram a Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.
3. DECRETO N.º 37.206, de 27 de abril de 1955, que torna pública a adesão, por parte do Govêrno do Viet-Nan, à Convenção da União Internacional para a Publicação das Tarifas Aduaneiras, firmada em Bruxelas, em 5 de julho de 1890.
4. DECRETO N.º 37.373, de 20 de maio de 1955, que torna público o depósito dos Instrumentos de adesão, por parte dos Governos da Áustria e do Viet-Nan, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.
5. DECRETO N.º 37.372, de 20 de maio de 1955, que torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte do Govêrno da Noruega, da Convenção sôbre o Direito de Organização e Negociação Coletiva (Convenção n.º 98).

adotada a 1.º de julho de 1949, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 32.ª Sessão.

6. DECRETO N.º 37.397, de 27 de maio de 1955, que torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Argentina, da Convenção relativa à idade mínima no trabalho marítimo (Convenção n.º 58), adotada a 24 de outubro de 1936, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 22.ª Sessão.

7. DECRETO N.º 37.677, de 29 de julho de 1955, que torna público o depósito dos Instrumentos de adesão, por parte dos Governos de El Salvador e de Laos, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.

8. DECRETO N.º 37.774, de 18 de agosto de 1955, que torna público o depósito dos Instrumentos de aceitação, por parte dos Governos do Paraguai e da Etiópia, da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, concluída em Londres, a 16 de novembro de 1945.

9. DECRETO N.º 37.806, de 26 de agosto de 1955, que torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação, por parte do Governo da República Francesa, da Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras Concernentes às Imunidades dos Navios de Estado, concluída em Bruxelas, em 10 de abril de 1926, e do Protocolo Adicional à mencionada Convenção, concluída em Bruxelãs, em 24 de maio de 1934.

10. DECRETO N.º 37.807, de 26 de agosto de 1955, que torna pública a adesão, por parte do Governo de Laos, à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.

11. DECRETO N.º 37.844, de 1.º de setembro de 1955, que torna pública a adesão, por parte do Governo da Turquia, à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de

abaloamento e à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e salvamento marítimos, assinadas em Bruxelas, a 23 de setembro de 1910.

12. DECRETO N.º 37.845, de 1 de setembro de 1955, que torna pública a aplicação, por parte da República Democrática Alemã, da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, na versão estabelecida em Roma, a 2 de junho de 1928.

13. DECRETO N.º 37.876, de 9 de setembro de 1955, que torna públicas as adesões, por parte dos Governos da Venezuela, da Turquia e da República das Tchecoslováquia, à Convenção Internacional sobre Linhas de Limite de Carga, assinada em Londres, a 5 de julho de 1930.

14. DECRETO N.º 37.901, de 16 de setembro de 1955, que torna público o novo texto do Regulamento Internacional para evitar abaloamento no mar.

15. DECRETO N.º 37.975, de 23 de setembro de 1955, que torna pública a denúncia, pelo Governo do Chile, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.

16. DECRETO N.º 38.019, de 7 de outubro de 1955, que torna público o depósito dos Instrumentos de ratificação, por parte do Equador, da Convenção sobre Asilo Político, assinada em Montevideu, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana.

17. DECRETO N.º 38.157, de 28 de outubro de 1955, que torna pública a adesão, por parte da Venezuela, à Convenção da uniformização de algumas regras concernentes ao transporte aéreo internacional, assinada em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929.

18. DECRETO N.º 38.249, de 18 de novembro de 1955, que torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Nicarágua, da Convenção sobre a Nacionalidade.

dade da Mulher, assinada em Montevideu, a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VII Conferência Internacional Americana.

19. DECRETO N.º 38.256, de 25 de novembro de 1955, que torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte de Cuba, da Convenção Interamericana sobre o Direito de Autor, em Obras Literárias, Científicas e Artísticas, firmada em Washington, a 22 de junho de 1946.

20. DECRETO N.º 38.277, de 10 de dezembro de 1955, que torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte de Honduras, da Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos da Mulher, e da Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher, assinadas em Bogotá, em 2 de maio de 1948, durante a IX Conferência Internacional Americana.

21. DECRETO N.º 38.400, de 23 de dezembro de 1955, que torna público o depósito do Instrumento de adesão, por parte do Governo da Cambódia, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.

22. DECRETO N.º 38.401, de 23 de dezembro de 1955, que torna pública a denúncia, pelo Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.

DECRETOS LEGISLATIVOS DE 1955, RELATIVOS A ATOS INTERNACIONAIS

1. BRASIL — DIVERSOS — Atos do VI Congresso da União Postal das Américas e Espanha. Assinados em Madrid a 9 de novembro de 1950. Aprovados pelo Decreto Legislativo n.º 3, de 9 de fevereiro de 1955. Publicado no *Diário do Congresso*, II, de 12 de fevereiro de 1955.

2. BRASIL — DIVERSOS — Instrumento de emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho. Adotado pela Conferência Internacional do Trabalho em sua XXXVI sessão, em Genebra, a 25 de junho de 1953. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 28, de 7 de junho de 1955. Publicado no *Diário do Congresso*, II, de 8 de junho de 1955.

3. BRASIL — URUGUAI — Convênio Comercial. Assinado em Montevideu a 18 de dezembro de 1953. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 45, de 16 de junho de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 17 de junho de 1955.

4. BRASIL — DIVERSOS — Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar. Assinada em Londres a 10 de junho de 1948. Aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 107, de 19 de setembro de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 20 de setembro de 1955.

5. BRASIL — BOLÍVIA — Convênio Comercial. Assinado em La Paz a 24 de dezembro de 1953. Aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 120, de 21 de novembro de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 23 de novembro de 1955.

6. BRASIL — ITÁLIA — Convenção de Conciliação e Solução Judiciária. Assinada no Rio de Janeiro a 24 de novembro de 1954. Aprovada pelo Decreto Legislativo número 129, de 15 de dezembro de 1955. Publicado no *Diário Oficial* de 16 de dezembro de 1955.

ATOS INTERNACIONAIS DENUNCIADOS EM 1955

1. BRASIL — AUSTRÁLIA — Entendimento Comercial. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 24 de outubro de 1950. Denunciado pelo Brasil por nota de 30 de setembro de 1954. A denúncia foi tornada pública pelo Decreto n.º 36.775, de 13 de janeiro de 1955, publicado no *Diário Oficial* de 17 de janeiro de 1955.

2. BRASIL — CHILE — Convênio de Cooperação Econômica. Concluído no Rio de Janeiro a 4 de julho de 1947. Denunciado pelo Brasil por nota de 28 de fevereiro de 1955. A denúncia foi tornada pública pelo Decreto n.º 37.273, de 29 de abril de 1955, publicado no *Diário Oficial* de 4 de maio de 1955.

3. BRASIL — ÁUSTRIA — Acôrdo Comercial. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 12 de maio de 1950. Denunciado pelo Brasil por nota de 30 de setembro de 1955. A denúncia foi tornada pública pelo Decreto n.º 38.123, de 21 de outubro de 1955, publicado no *Diário Oficial* de 24 de outubro de 1955.

4. BRASIL — R. F. DA ALEMANHA — Ajuste Comercial. Concluído em Bonn a 17 de agosto de 1950. Denunciado pelo Brasil por nota de 1.º de julho de 1955. A denúncia foi tornada pública pelo Decreto n.º 37.696, de 5 de agosto de 1955, publicado no *Diário Oficial* de 8 de agosto de 1955.

FRONTEIRAS

Em 1955, prosseguiram os trabalhos relativos à demarcação e caracterização de fronteiras.

FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI

A caracterização do arroio Chuí continua a ser objeto de estudo por parte do Govêrno uruguaio, que, atendendo a uma solicitação do Itamaraty, prometeu submeter ao Conselho Nacional de Govêrno a apreciação da Ata da XXXIV Conferência da Comissão Mista de Limites Brasil-Uruguai.

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

A fronteira entre o Brasil e o Paraguai, desde as cabeceiras do arroio Estrêla até o marco Jacareí, numa extensão aproximada de 370 km, acha-se inteiramente demarcada com 822 marcos. De Jacareí até a margem do rio Paraná — extensão de 55 km — o terreno está apenas preparado. Os trabalhos de caracterização, nesse trecho final da serra de Maracaju, encontram-se de há muito interrompidos, devido, em grande parte, às freqüentes e dilatadas ausências da Comissão Paraguaia Demarcadora de Limites. Contudo, a Comissão Paraguaia de Limites, chefiada pelo Almirante Curierry Yegros, participou, com a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, da XXI Conferência destinada a

caracterizar nossas fronteiras com o Paraguai. A finalidade específica da referida reunião é a de examinar e aprovar os desenhos da folha especial do deslinde das localidades de Paranhos-Ipehum, além da inauguração de 329 marcos construídos na fronteira dos dois países.

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Em continuação aos trabalhos iniciados em 1954, foi retomada a fronteira ao longo da Corixa Grande. Assim é que se demarcou um trecho de 85 km, com 6 marcos construídos e 1.300 km² de área levantada. Com a cooperação do Ministério da Aeronáutica, foi observada e fotografada uma área de 5.000 km² ao longo da fronteira.

FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA

A Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (1ª Divisão) concentrou as atividades demarcatórias de campanha nos setores da Cordilheira de Pacaraima e de Parima. Coube à expedição à Pacaraima alcançar a região em que se situam as nascentes dos formadores dos rios Surubai e Ericó e, sobre ela, reconhecer e demarcar, na exata expressão de seu curso, a linha de limites definida pelo *divortium-aquarium* do Amazonas e do Orinoco. Grandes foram as dificuldades encontradas na penetração, processada através da bacia do rio Branco, com o efeito contínuo dos percalços criados pelos rápidos e pelas cachoeiras que caracterizam os leitos dos rios Raricuera, Uraricaparai, Bricó e Surubai. Não menos pontilhadas de perigos, desenvolveram-se as operações técnicas de pesquisa do divisor-fronteira, em cujo empenho de reconhecimento e exploração foram percorridas e levantadas topograficamente, em extensão superior a 150 km, as vertentes e contravertentes que, ao longo do áspero

e movimentado perfil da serra, evidenciam e definem a presença daquele divisor. Assim é que se alongou a materialização da linha de limites em mais de 40 km, desenvolvidos num sentido geral de Sudoeste, para além do ponto terminal da demarcação realizada no ano anterior. Outra expedição, constituída em proporções de maior vulto e suprida, conseqüentemente, de recursos de mais alta monta, movimentou-se em direção da Cordilheira Parima, para proceder à demarcação no trecho que, das nascentes do rio Catrimane, se distende com desenvolvimento inicial de Sudoeste para Nordeste e, posteriormente, de Sudeste para Noroeste, formando o amplo recôncavo de que emanam as mais remotas vertentes do Orinoco. A missão atribuída a essa expedição concretiza uma das mais penosas e graves incumbências.

BRASIL-GUIANA FRANCESA

A fronteira do Brasil com a Guiana Francesa era a única que não tivera ainda iniciada a respectiva demarcação. Desde muito vinha o Governo brasileiro mantendo entendimentos com o da França, por intermédio da Embaixada em Paris, no sentido de que fôsem realizadas, por parte dos dois países, as providências de cumprimento da sentença arbitral do Conselho Federal Suíço, de 1º de dezembro de 1900. Como medida preliminar realizou-se, em 1953, uma expedição de reconhecimento ao curso do Oiapoque e à região de seus formadores. Os dados então recolhidos muito se prestaram para as conclusões de ordem técnica que completaram aquêles entendimentos em atuação direta da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (1ª Divisão) e da Delegação francesa que, em setembro último, a ela se veio reunir, no Rio de Janeiro, para constituição da Comissão Mista Brasileiro-Francesa de Demarcação da Fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Da Conferência realizada por essa Co-

missão Mista, entre os dias 13 e 20 de setembro último, resultou a fixação de normas e processos a serem adotados para a melhor, mais rápida e precisa realização dos futuros trabalhos de demarcação. Como medida fundamental ficou assentada a execução da cobertura aerofotográfica de toda a zona da fronteira, desde a foz do Oiapoque até o ponto de junção dos limites do Brasil com a Guiana Francesa e a Guiana Holandesa.

AÇÃO CULTURAL

A Divisão Cultural, em 1955, não pôde desenvolver todo o seu programa, mantendo o mesmo ritmo do exercício anterior, nem criar novas atividades, em virtude de dispor de uma verba apenas suficiente para os seus compromissos.

A dotação para o intercâmbio cultural, que figurava no Orçamento do Ministério das Relações Exteriores, para o exercício de 1954, com Cr\$ 12.640.000,00, foi reduzida, em 1955, para Cr\$ 12.000.000,00. Mas, durante o ano, devido ao plano geral de economia, a Divisão Cultural reduziu a sua verba em 42%, bloqueando cinco milhões de cruzeiros.

No correr do ano, não obstante a supressão forçada de grande parte de atividades altamente proveitosas que a Divisão Cultural vinha realizando, um determinado número de despesas extraordinárias tornou imprescindível a movimentação de parte da verba bloqueada, num montante de Cr\$ 1.500.000,00. Com êsse reforço, a Divisão Cultural pôde manter o auxílio concedido a bolsistas brasileiros; aumentar as mensalidades insuficientes dos estrangeiros; manter a concessão de prêmios de viagem aos melhores alunos dos Institutos do Prata, e adquirir material de difusão reclamado pelas Missões diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras.

CONVITES A PERSONALIDADES ESTRANGEIRAS

Entre as medidas de economia que, por serem de mais vulto, impunha a situação, enquadrava-se a supressão dos convites que vinham sendo feitos pela Divisão Cultural a personalidades estrangeiras de renome para darem cursos de extensão ou pronunciarem conferências no Brasil. Esses convites, que no ano anterior haviam atingido o número de 25, foram totalmente suprimidos, mantendo-se, apenas, o que fôra feito em 1954 ao célebre clínico espanhol Professor Carlos Ximenes Dias, que não pudera aceitá-lo na ocasião.

CADEIRAS DE ESTUDOS BRASILEIROS

Outra medida que a Divisão Cultural se viu obrigada a adotar foi a supressão das Cadeiras de Estudos Brasileiros que haviam sido criadas nas principais Universidades estrangeiras. É pensamento da Divisão Cultural reencetar tais cursos logo que desapareçam as circunstâncias que a forçaram a suprimi-los.

BÔLSAS DE ESTUDO

Em compensação, outros fatores vieram forçar a Divisão Cultural a um aumento de despesas que não foi possível evitar. Um deles foi o maior número de bôlsas de estudo concedidas em cumprimento de dispositivos nos acôrdos culturais assinados pelo Brasil.

Em consequência de um estudo sôbre a difícil situação financeira dos bolsistas estrangeiros no Brasil, foram majoradas as mensalidades das bôlsas a êles concedidas, excetuando-se apenas os que recebiam facilidades de alojamento e refeições.

Durante o ano foram recebidos pela Divisão Cultural trinta e nove bolsistas oriundos da Alemanha, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, França, Grã-Bretanha, Grécia, México, Estados Unidos, Nicarágua, Paquistão, Paraguai, São Salvador e Uruguai, cujas especializações e pesquisas abrangiam vários campos, entre os quais Siderurgia, Arquitetura, Folclore, Literatura, História, Administração Hospitalar, Direito Trabalhista, Economia, Medicina, Psiquiatria, Odontologia, Agronomia, Química Industrial, Pedagogia, etc.

AUXÍLIO A BOLSISTAS BRASILEIROS

Por outro lado, pelo fato de ter o Banco do Brasil mantido a política de não autorizar remessas ao câmbio oficial de auxílios normalmente enviados pelas respectivas famílias aos beneficiários de bôlsas de estudo concedidas por governos estrangeiros, bôlsas essas cuja exigüidade tornava na maioria das vêzes insustentável a estada dos estudantes brasileiros no exterior, a Divisão Cultural manteve os auxílios financeiros que concedia aos referidos bolsistas. Levou em conta, no critério da seleção, porém, a natureza dos estudos e a comprovada necessidade do auxílio oficial.

Esses auxílios puderam ser mantidos até o fim do exercício, mediante a já referida movimentação de parte da verba congelada.

MISSÃO CULTURAL EM ASSUNÇÃO

A Missão Cultural Brasileira em Assunção prosseguiu normalmente o seu labor de difusão da cultura brasileira e assistência técnico-administrativa nos setores previstos pelo convênio que lhe sistematizou as funções; fornecendo professores à Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional

de Assunção, ao Instituto Paraguai-Brasil, à Escola Brasil e outras instituições, promovendo conferências e demonstrações artísticas para o grande público, bem como propiciando penetração nos meios científicos, até há pouco alheios à técnica e experiência brasileiras.

ACÔRDOS CULTURAIS

Durante o ano de 1955, foi assinado o acôrdo cultural entre o Brasil e o Peru; e aprovados pelo Congresso os têrmos do Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Nicarágua, estando em vias de ser realizada, em Manágua, a troca dos respectivos instrumentos de ratificação. No Ministério da Educação está em estudos o projeto de convênio cultural com a Itália, e, no Itamaraty, o projeto de convênio cultural entre o Brasil e a Costa Rica.

INSTITUTOS DE CULTURA DO RIO DA PRATA

Durante o ano de 1955, prosseguiram normalmente as atividades dos Institutos de Cultura de Assunção, Montevideu, Buenos Aires e Rosário. O Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro registra a maior procura, tendo a matrícula chegado já a atingir 714 alunos; o Instituto Cultural Paraguai-Brasil tem tido grande desenvolvimento, já sendo as suas instalações pequenas para abrigar todos os que desejam seguir os seus diversos cursos, pelo que a matrícula teve que ser limitada, provisoriamente, a 300 alunos. Nos cursos de Português e Estudos Brasileiros de Rosário, a matrícula foi, em 1955, de 243 alunos, enquanto que, no Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires, registrou-se a inscrição de 530 alunos.

PRÊMIO ITAMARATY

A fim de estimular o interêsse despertado por êsses cursos, a Divisão Cultural convidou os melhores alunos do Instituto de Assunção, Montevidêu, Buenos Aires e Rosário para uma viagem-prêmio ao Brasil, com passagem e hospedagem pagas pelo Itamaraty.

O programa dessas viagens compreende excursões e visitas a meios culturais, científicos e industriais do Brasil, no que são os estudantes acompanhados por funcionários da Divisão Cultural.

LICENCIATURA EM LÍNGUA E LITERATURAS PORTUGUÊSA E BRASILEIRA

Na Argentina, foi criada a «Licenciatura em Língua e Literaturas portuguesa e brasileira»; seriada em 5 anos, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Buenos Aires, sem prejuízo da Cátedra, já existente, de Cultura e Literatura Brasileiras. A iniciativa dessa realização, que não é nossa, representou, no entanto, uma nova oportunidade no desenvolvimento da nossa política cultural naquele país. Assim, foi aprovada a sugestão da Embaixada em Buenos Aires, no sentido de, atendendo à solicitação da Faculdade, serem designados, provisoriamente, para atender à parte prática do referido curso, professores dos Cursos de Estudos Brasileiros.

COLÉGIO EXPERIMENTAL PARAGUAI-BRASIL

Prosseguem satisfatoriamente as obras de construção do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, estabelecimento de ensino doado pelo Governo do Brasil ao Paraguai, que se destina à preparação profissional dos alunos da Faculdade de Filosofia, e que deverá constituir o padrão do que

de melhor podem oferecer a arquitetura e pedagogia brasileiras.

Contratado pela Comissão Construtora, esteve recentemente em Assunção o Professor Roberto Burle Marx, para a elaboração do projeto de jardins desse Colégio.

MATERIAL DE DIFUSÃO

Publicações — A Divisão Cultural, sempre dentro de seu programa forçado de compressão de despesas, reduziu, na medida do possível, as aquisições de publicações para difusão no exterior, e as encomendas a editôras estrangeiras com o fim de facilitar no exterior o conhecimento da melhor literatura nacional, de traduções de livros brasileiros, feitas em geral mediante o compromisso da compra de parte da edição.

Continua a distribuição regular às Missões diplomáticas e Repartições consulares de novos números das melhores revistas brasileiras de difusão artística, cultural e científica, dos folhetos «Brasil» em francês, inglês e espanhol, de monografias sobre o Brasil editadas pela DCI.

Ao ser liberada parte da verba, ficou a DCI habilitada a adquirir, para distribuição às Missões e Consulados, um número apreciável de obras de literatura dos mais conhecidos autores brasileiros.

DISCOS E PARTITURAS

Foi adquirida também, nessa mesma época, uma seleção de discos em *long-playing* de música clássica e folclórica brasileira, bem como seleções de partituras, a fim de atender a freqüentes pedidos das Missões e Consulados que se acham desprovidos dos materiais em apêço.

FOTOGRAFIAS E DIAPOSITIVOS

Na medida do possível foram atendidos os inúmeros pedidos de fotografias e diapositivos sobre o Brasil, feitos pelas nossas Representações no exterior.

CINEMA

O Itamaraty organiza uma filмотeca, de sorte a ficar em condições de atender às numerosas solicitações que recebe nesse sentido e, para isso, tem adquirido alguns documentários de valor, como «Let's See Brazil», produção do cinematografista americano Karl Robinson, sob os auspícios da National Geographic Society.

Participação em festivais — Em nome do Governo brasileiro, a DCI aceitou os convites para participação do país nos seguintes festivais:

a) VIII Festival Internacional de Cinema, em Cannes, ocorrido no período de 25 de abril a 11 de maio. A película inscrita foi o «Samba Fantástico», de Jean Manzon, a qual foi bem recebida pelo valor documentário que encerra. Como delegado brasileiro foi designado o Secretário Vinicius de Moraes.

b) XVI Exposição Internacional de Arte Cinematográfica (25 de agosto a 10 de setembro) e VI Exposição Internacional de filmes documentários e de curta metragem (16 a 25 de agosto). Foram exibidos, respectivamente, o filme de longa metragem «Mãos Sangrentas», da Cinematográfica Maristela S.A., de São Paulo, e o documentário «Epopéia do Ouro», produção de José Araújo Cotta, que focaliza a formação das cidades históricas mineiras, seu apogeu e declínio. Este documentário foi recebido com grande agrado tanto pelo público quanto pela crítica. O Delegado brasileiro àquela exposição foi o Cônsul José Boavista Macieira.

c) Primeira Mostra Internacional de Cinema Cultural, em Buenos Aires: a DCI providenciou a participação do Brasil através de filmes cedidos pelo INCE.

Foram tomadas as devidas providências para que a cinematógrafos estrangeiros, em visita ao país, fôsem concedidas facilidades para filmagem de documentários sôbre o Brasil.

SUBVENÇÕES DIVERSAS

A exemplo do que se tem verificado em anos anteriores, em 1955 a Divisão Cultural do Itamaraty providenciou a remessa de importantes subsídios às diversas instituições que se encârrgam de difundir a cultura brasileira no exterior. Assim, mereceram especial atenção por parte do Itamaraty os Institutos brasileiros de Cultura da Bacia do Prata: o Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires ampliou as suas instalações e encontra-se em plena fase de florescimento, com o número de matrículas grandemente aumentado, graças ao subsídio recebido e ao trabalho proficuo de seu corpo docente. A mesma situação promissora verificase no Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro de Montevideú e no Instituto de Cultura Paraguai-Brasil, de Assunção, apesar de os mesmos terem sido subsidiados com quantias relativamente módicas.

Outras entidades culturais e associações congêneres receberam, em 1955, auxílio financeiro do Itamaraty, através da Divisão Cultural, tais como o «Curso Livre de Português e Estudos Brasileiros», de Rosário, Argentina; o «Instituto Luso-Brasileiro», de Lisboa; o «Instituto de Estudos Brasileiros», de Coimbra; a «Anglo-Brazilian Society», de Londres; a «União Brasilo-Belga», de Bruxelas, e muitas outras.

No setor educacional o Itamaraty distribuiu diversas subvenções a algumas escolas que ostentam o nome Brasil

em capitais de países americanos e contribuiu com verbas destinadas ao prosseguimento das obras do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, à vista das obrigações contraídas pelo Governo brasileiro em convênio firmado com aquele país.

FESTIVAIS E EXPOSIÇÕES ARTÍSTICAS

Em virtude de compressão de despesas, a atuação da DCI no campo das artes, no corrente ano, verificou-se principalmente através da sua colaboração, sem ônus para o Tesouro, junto à organização de festivais e exposições. Citam-se, nessas circunstâncias, a Bienal de São Paulo, a Exposição do Mês Brasileiro em Paris, a Exposição Internacional de Caricaturas em Buenos Aires. Outrossim, numa tentativa de contribuir para a organização de um programa de Rádio-Televisão de Roma sobre o Brasil, a DCI coletou um variado material junto às diversas autoridades brasileiras. Foi dada também a colaboração financeira da Divisão a duas importantes iniciativas culturais da Legação do Brasil em Berna: Exposição de Gravuras e Desenhos em Lugano e a Exposição de Artes primitivas e modernas brasileiras em Neuchâtel.

CERIMONIAL

VISITANTES ILUSTRES

Entre as visitas ilustres de 1955 sobressaem as do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, e dos Príncipes da Igreja que compareceram ao 36.º Congresso Eucarístico Internacional, realizado nesta capital em julho de 1955, tendo à frente Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal D. Benedetto Aloisi Masella, Legado de Sua Santidade o Papa Pio XII.

O Senhor Santiago I. Rompani, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, acompanhado de sua Senhora, da Senhora e Senhor Ministro Ariosto González, Diretor do Departamento Econômico e Comercial do Ministério das Relações Exteriores do país vizinho, e das Senhoritas Martha Rompani Delmond, Dolly González Cuñarro e Martha Flores, chegou ao Aeroporto do Galeão no dia 8 de julho, onde foi recebido pelo Senhor Coronel José Canavarró Pereira, representante do Chefe da Nação, pelo Ministro das Relações Exteriores e Senhora Raúl Fernandes, pelo Ministro da Justiça e Senhora Prado Kelly, pelo Prefeito do Distrito Federal e Senhora Alim Pedro, pelo Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores e Senhora Camillo de Oliveira, pelo Encarregado de Negócios do Uruguai e Senhora de Ruiz Larramendy, pelo Chefe do Cerimonial do Itamaraty e pelo Introdutor Diplomático.

Foi pôsto à disposição do ilustre visitante o Secretário de Embaixada Ruy Barbosa de Miranda e Silva. —

O Senhor Santiago I. Rompani permaneceu no Rio de Janeiro até o dia 11 de julho, havendo naqueles dias visitado o Presidente Café Filho, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Prefeito do Distrito Federal, as Casas do Congresso, e comparecido ao jantar que lhe foi oferecido pelo Senhor e Senhora Raul Fernandes no Palácio Itamaraty.

Durante a sua permanência no Rio de Janeiro, o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Uruguai concedeu ainda uma entrevista coletiva à imprensa brasileira, na sede da Associação Brasileira de Imprensa.

No dia 11 de julho, acompanhado do Encarregado de Negócios do Uruguai e da Senhora de Larramendy, partiu para São Paulo em avião especial da Fôrça Aérea Brasileira. Na capital paulista foi alvo das mais expressivas homenagens por parte das classes conservadores do Estado bandeirante.

No dia 13 deixaram São Paulo com destino a Pôrto Alegre, onde foi Sua Excelência recebido pelo Governador do Estado, Senhor Ildo Meneghetti, e por altas autoridades civis e militares. Na Capital gaúcha, cumpriu o ilustre visitante um intenso programa de visitas e recepções, em que ficaram patenteados os sentimentos de simpatia daquele Estado para com o vizinho país.

Sua Excelência regressou a Montevidéu, viajando em avião especial da Fôrça Aérea Brasileira, no dia 15 de julho.

O 36.º Congresso Eucarístico Internacional converteu a capital do país em centro das atenções de tóda a Cristianidade e trouxe ao Rio de Janeiro figuras das mais expressivas da Santa Igreja Romana.

Sua Santidade o Papa Pio XII houve por bem escolher para seu Legado a *latere* o Eminentíssimo Cardeal Benedetto Aloisi Masella, que foi, pelo espaço de dezenove anos, Núncio Apostólico no Brasil, aqui tendo deixado a mais grata recordação.

Sua Eminência Reverendíssima chegou ao Rio de Janeiro pelo transatlântico «Augustus», no dia 16 de julho, e foi recebido com honras de Chefe de Estado. Aguardavam o Cardeal Masella no Cais do Pôrto Sua Excelência o Senhor João Café Filho, Presidente da República, acompanhado de Suas Eminências Reverendíssimas os Senhores Cardeais presentes no Rio de Janeiro, de Suas Excelências Senhores Presidente da Câmara dos Deputados, Vice-Presidente do Senado Federal, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado, altas autoridades eclesiásticas, civis e militares. Após as apresentações às autoridades e a revista à guarda de honra, Sua Eminência Reverendíssima dirigiu-se, em companhia do Presidente da República, em carro aberto, para o Palácio das Laranjeiras, onde ficou hospedado durante a sua permanência nesta Capital.

Foram colocados à disposição de Sua Eminência Reverendíssima o Ministro A.B.L. Castello Branco, Chefe do Cerimonial do Itamaraty, o General de Brigada Armando de Moraes Âncora, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Sílvio Borges de Souza Mota, o Coronel-Aviador Armando Serra de Meneses, o Senhor Renato Costa Almeida, Chefe do Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, o Senhor Fernando César de Bittencourt Berenguer, Introdutor Diplomático, os Secretários Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Paulo Henrique de Paranaguá, Carlos Fernando Leckie Lôbo e Jorge Paes de Carvalho, e o Senhor Emanuel Stumpf, do Serviço de Informações do Itamaraty.

O Cardeal Masella foi cercado, durante a sua estada nesta Capital, das mais expressivas manifestações de carinho e simpatia por parte de todos os setores da vida brasileira. No dia 18 de julho, pela manhã, após uma entrevista coletiva com os representantes dos jornais cariocas, realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa, Sua Eminência Reverendíssima visitou o Senhor Presidente da República no Palácio do Catete, onde foi recebido com honras militares.

Na tarde desse mesmo dia, o Cardeal Masella visitou o Senhor Prefeito do Distrito Federal no Palácio Guanabara e, no Palácio das Laranjeiras, recebeu o Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo brasileiro.

Durante a sua estada no Rio de Janeiro, o Cardeal Aloisi Masella visitou, ainda, ambas as Casas do Congresso e o Supremo Tribunal Federal.

O Eminentíssimo Cardeal Legado regressou a Roma no dia 27 de julho. Sua Eminência Reverendíssima recebeu em seu embarque as mesmas honras que lhe foram prestadas por ocasião da sua chegada. Sua Excelência o senhor João Café Filho, Presidente da República, acompanhou o Cardeal Aloisi Masella do Palácio das Laranjeiras ao Cais do Pôrto, onde apresentaram despedidas a Sua Eminência Reverendíssima os Ministros de Estado e as altas autoridades civis e militares.

Durante o Congresso Eucarístico Internacional, o Rio de Janeiro hospedou, entre outras figuras eminentes da Igreja, os Cardeais Adeodato Giovanni Piazza, Secretário da Sagrada Congregação Consistorial; Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa; Pierre Gerlier, Arcebispo de Lyon; Gregório Pedro XV Agagianian, Patriarca da Sílicia dos Armênios; Samuel A. Stritch, Arcebispo de Chicago; Francis Spellman, Arcebispo de Nova York; José Maria Caro Rodriguez, Arcebispo de Santiago do Chile; Teodósio Clemente Gouveia, Arcebispo de Lourenço Marques; Manuel Arteaga y Bétancourt, Arcebispo de Havana; Carlos Maria de la Torre, Arcebispo de Quito; John D'Alton, Arcebispo de Armagh (Irlanda); Benjamin de Arriba y Castro, Arcebispo de Tarragona; Fernando Quiroga y Palacios, Arcebispo de Santiago de Compostella; Cristando Luque, Arcebispo de Bogotá; José Wendell, Arcebispo de Munique; Maximo IV, Saigh, Patriarca de Antióquia dos Mesquitas, de Alexandria e de Jerusalém; José da Costa Nunes, Patriarca, Arcebispo Titular de Odessa,

Vice-Camerlengo da Santa Romana Igreja e Presidente do Comitê Permanente dos Congressos Eucarísticos Internacionais.

Visitaram igualmente o nosso país em 1955 :

Sua Excelência o Senhor Henry Holland, Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos para a América Latina.

Sua Excelência o Senhor Ralph Bunche, Subsecretário Geral das Nações Unidas.

Sua Excelência o Senhor Carlos Villaveces, Ministro da Fazenda da Colômbia.

Sua Excelência o Senhor Ichiro Kono, Ministro da Agricultura do Japão.

Membros do Comitê de Agricultura da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.

Deputado Luke William Burke Teeling, do Partido Conservador britânico.

HOMENAGENS NO ITAMARATY

Durante o ano de 1955, foram oferecidos almoços no Itamaraty aos seguintes Chefes de Missão, por ocasião de suas despedidas:

Sua Excelência o Senhor Max Attems, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Áustria.

Sua Excelência o Senhor Eduard A. Feer, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Suíça.

Sua Excelência o Senhor Shin Kimitsuka, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão.

Sua Excelência o Senhor Henrik Andreas Broch, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Noruega.

Sua Excelência o Senhor Humberto Nigro Borbon, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Costa Rica.

Sua Excelência o Senhor Raul Alvarado Trochez, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Honduras.

Sua Excelência o Senhor Giovanni Fornari, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Itália.

Sua Excelência o Senhor Georges B. Kapsambélis, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Grécia.

Sua Excelência o Senhor Doutor Giordano B. Eccher, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Uruguai.

Sua Excelência o Senhor General de Brigada David Shaltiel, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Israel.

Visitantes ilustres foram igualmente homenageados com almoços, jantares ou banquetes:

Sua Excelência o Senhor Henry Holland, Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos da América para a América Latina.

Senhor Coronel Renato B. R. Pereira, da Comissão Demarcadora de Limites.

Delegação Econômica Alemã.

Sua Excelência o Senhor Santiago I. Rompani, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai.

Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Benedetto Aloisi Masella, Legado Pontifício ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional.

Delegação Americana às Negociações sobre Energia Nuclear.

Turma de 1955 do Instituto Rio-Branco, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Foram prestadas ainda pequenas homenagens a visitantes ilustres, constantes de almoços e jantares no Copacabana Palace Hotel.

CREDENCIAIS E REVOCATÓRIAS

A Sua Excelência o Senhor Andrés Martínez Trueba, Presidente do Conselho Nacional de Governo da República Oriental do Uruguai, comunicando a concessão do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

A Sua Excelência o Senhor Andrés Martínez Trueba, Presidente do Conselho Nacional de Governo da República Oriental do Uruguai, acreditando o Senhor Walter Jobim, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Montevideu, para, na qualidade de Embaixador em Missão Especial, fazer a entrega do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

A Sua Excelência o General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, dando por finda a missão do Embaixador Olegário Mariano Carneiro da Cunha.

A Sua Excelência o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Heitor Lyra.

A Sua Excelência o Senhor General Carlos Ibañez del Campo, Presidente da República do Chile, dando por finda a missão do Embaixador Cyro de Freitas Valle.

A Sua Excelência o Senhor General Carlos Ibañez del Campo, Presidente da República do Chile, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Antônio de Vilhena Ferreira Braga.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, dando por finda a missão do Senhor Heitor Lyra.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Afrânio de Mello Franco.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Andrés Domingo Morales del Castillo, Presidente da República de Cuba, acreditando o Senhor General José Machado Lopes, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial para representar a Nação brasileira nas solenidades de posse do Major-General Fulgencio Batista, como Presidente da República de Cuba.

A Sua Excelência o Senhor Andrés Martínez Trueba, Presidente do Conselho Nacional de Governo da República Oriental do Uruguai, acreditando o Senhor Arthur Bernardes Filho Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário em Missão Especial para representar a Nação brasileira nas solenidades de posse do Conselho Nacional de Governo da República Oriental do Uruguai.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, dando por finda a missão do Senhor Carlos Maximiliano de Figueiredo.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor João Pizarro Gabizo de Coelho Lisboa.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comuni-

dade Britânica, dando por finda a missão do Senhor Hugo Manhães Bethlem no Paquistão.

A Sua Majestade Elizabeth II, Rainha do Reino Unido, de seus outros Reinos e Territórios e Soberana da Comunidade Britânica, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Paquistão o Senhor João Luis de Guimarães Gomes.

A Sua Majestade Hirohito, Imperador do Japão, dando por finda a missão do Senhor Júlio Augusto Barboza Carneiro.

A Sua Majestade Hirohito, Imperador do Japão, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Roberto Mendes Gonçalves.

A Sua Excelência o Senhor Juho Kusti Paasikivi, Presidente da República da Finlândia, dando por finda a missão do Senhor Roberto Mendes Gonçalves.

A Sua Excelência o Senhor Juho Kusti Paasikivi, Presidente da República da Finlândia, acreditando na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário o Senhor José Jobim.

A Sua Excelência o Senhor José Figueres, Presidente Constitucional da República de Costa Rica, dando por finda a missão do Senhor Afrânio de Mello Franco.

A Sua Excelência o Senhor José Figueres, Presidente Constitucional da República de Costa Rica, acreditando na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Mário da Costa Guimarães.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Heuss, Presidente da República Federal da Alemanha, dando por finda a missão do Senhor Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Heuss, Presidente da República Federal da Alemanha, acreditando na quali-

dade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o Senhor Abelardo Bretanha Bueno do Prado.

A Sua Santidade o Papa Pio XII, manifestando o com-
prazimento do Govêrno e do Povo brasileiros pela realização,
no Rio de Janeiro, do XXXVI Congresso Eucarístico Inter-
nacional.

A Sua Majestade Haakon VII, Rei da Noruega, acre-
ditando o Senhor Glauco Ferreira de Souza, Enviado Extra-
ordinário e Ministro Plenipotenciário em Oslo, para, na
qualidade de Embaixador em Missão Especial, representar
a Nação brasileira nas comemorações do Cinquentenário do
seu Reinado.

A Sua Excelência o Senhor Ricardo M. Arias E.,
Presidente da República do Panamá, dando por finda a
missão do Senhor Abelardo Bretanha Bueno do Prado.

A Sua Excelência o Senhor Ricardo M. Arias E.,
Presidente da República do Panamá, acreditando na quali-
dade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o
Senhor Aguinaldo Boulitreau Fragoso.

A Sua Excelência o Senhor General Alfredo Stroessner,
Presidente da República do Paraguai, dando por finda a
missão do Senhor Moacyr Ribeiro Briggs.

A Sua Excelência o Senhor General Alfredo Stroessner,
Presidente da República do Paraguai, acreditando na quali-
dade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário o
Senhor João Luis de Guimarães Gomes.

CARTAS DE GABINETE E DE CHANCELARIA

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo
Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, em res-
posta à Revocatória do Embaixador Dario Botero Isaza.

A Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gustavo Rojas Pinilla, Presidente da República da Colômbia, em resposta à Credencial do Embaixador Carlos Arango Velez.

A Sua Excelência o Senhor Antonín Zápotocky, Presidente da República Tcheco-Eslovaca, em resposta à Revocatória do Ministro Jan Cech.

A Sua Excelência o Senhor Antonín Zápotocky, Presidente da República Tcheco-Eslovaca, em resposta à Credencial do Ministro Jaroslav Kuchválek.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, em resposta à Revocatória do Embaixador James S. Kemper.

A Sua Excelência o Senhor Dwight D. Eisenhower, Presidente dos Estados Unidos da América, em resposta à Credencial do Embaixador James Clement Dunn.

A Sua Excelência o Senhor General Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, em resposta à Revocatória do Embaixador Emilio Diaz de Vivar.

A Sua Excelência o Senhor General Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, em resposta à Credencial do Embaixador Raul Sapena Pastor.

A Sua Majestade Hirohito, Imperador do Japão, em resposta à Revocatória do Embaixador Shin Kimitsuka.

A Sua Majestade Hirohito, Imperador do Japão, em resposta à Credencial do Embaixador Yoshio Ando.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Körner, Presidente da República da Áustria, em resposta à Revocatória do Embaixador Max Attems.

A Sua Excelência o Senhor Theodor Körner, Presidente da República da Áustria, em resposta à Credencial do Embaixador Clemens Wildner.

A Sua Excelência o Senhor Rodolphe Rubattel, Presidente da Confederação Helvética, em resposta à Revocatória do Ministro Eduard Feer.

A Sua Excelência o Senhor Rodolphe Rubattel, Presidente da Confederação Helvética, em resposta à Credencial do Ministro Roberto Maurice.

A Sua Excelência o Senhor Ricardo M. Arias E., Presidente da República do Panamá, em resposta à revocatória do Embaixador Gil Tapia Escobar.

A Sua Excelência o Senhor Ricardo M. Arias E., Presidente da República do Panamá, em resposta à Credencial do Embaixador Felipe O. Perez.

A Sua Excelência o Senhor General de Exército Juan Domingo Perón, Presidente da Nação Argentina, em resposta à Revocatória do Embaixador Juan Isaac Cooke.

A Sua Excelência o Senhor General de Exército Juan Domingo Perón, Prêsideinte da Nação Argentina, em resposta à Credencial do Embaixador José Amadeo Conte Grand.

A Sua Excelência o Senhor Camille Chamoun, Presidente da República Libanesa, em resposta à Credencial do Embaixador Adib Nahas.

A Sua Excelência o Senhor General Francisco Higinio Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa, agradecendo a acolhida do povo de Portugal durante a visita presidencial a êsse país.

A Sua Excelência o Senhor Josip Broz Tito, Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia, em resposta à Revocatória do Embaixador Ivan Vejvoda.

A Sua Excelência o Senhor Josip Broz Tito, Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia, em resposta à Credencial do Embaixador Rados Jovanovic.

A Sua Excelência o Senhor Julio Lozano Diaz, Chefe Supremo do Estado de Honduras, em resposta à Revocatória do Embaixador Raúl Alvarado Tróchez.

A Sua Excelência o Senhor Julio Lozano Diaz, Chefe Supremo do Estado de Honduras, em resposta à Credencial do Embaixador José Raúl Castro.

A Sua Excelência o Senhor Coronel Carlos Castillo Armas, Presidente da República da Guatemala, em resposta à comunicação de sua ascensão ao Governo da Guatemala, em 6 de novembro de 1954.

A Sua Majestade Haakon VII, Rei da Noruega, em resposta à Revocatória do Ministro Henrik Andreas Broch.

A Sua Majestade Haakon VII, Rei da Noruega, em resposta à Credencial do Ministro Nils Anton Jorgensen.

A Sua Majestade Paulo I, Rei dos Helenos, em resposta à Revocatória do Ministro Georges Kapsambélis.

A Sua Majestade Paulo I, Rei dos Helenos, em resposta à Credencial do Ministro Georges Argyropoulos.

A Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, em resposta à Revocatória do Embaixador Giovanni Fornari.

A Sua Excelência o Senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana, em resposta à Credencial do Embaixador Blasco Lanza d'Ajeta.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo VI, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, em resposta à Revocatória do Ministro Knut Richard Thyberg.

A Sua Majestade Gustavo Adolfo VI, Rei da Suécia, dos Godos e dos Vendos, em resposta à Credencial do Ministro Carl Jan Stentström.

PLENOS PODERES

Ao Senhor Professor Ernesto de Moraes Leme para, na qualidade de Chefe da Delegação Brasileira junto à Organização das Nações Unidas, assinar o III Protocolo de retificações e modificações das pautas do Acôrdio Geral de Tarifas e Comércio.

Ao Senhor Fernando Lôbo, Chefe da Delegação do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar junto à Repartição Sanitária Pan-Americana, o depósito do Instrumento brasileiro de ratificação do Acôrdio Sanitário Pan-Americano, concluído em Montevidéu em 13 de março de 1948.

Ao Senhor Doutor Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar com o Plenipotenciário boliviano a troca dos Instrumentos de ratificação do Acôrdio sobre transportes aéreos entre o Brasil e a Bolívia, firmado em La Paz em 2 de junho de 1951.

Ao Senhor Edgar Bandeira Fraga de Castro, Embaixador do Brasil em Lima, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar com o Plenipotenciário peruano a troca dos Instrumentos de ratificação do Convênio Cultural entre o Brasil e o Peru, firmado no Rio de Janeiro em 28 de julho de 1945.

Ao Senhor Vasco Tristão Leitão da Cunha, Embaixador do Brasil em Bruxelas, para, na qualidade de Plenipotenciário, notificar ao Governo belga a adesão do Brasil ao Acôrdio relativo à concessão de facilidades aos marinheiros mercantes para o tratamento de doenças venéreas, concluído e assinado em Bruxelas, em 1.º de dezembro de 1924.

Ao Senhor Doutor Raul Fernandes, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, na qualidade de Plenipotenciário, assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, juntamente com o Plenipotenciário britânico, o Acôrdo entre o Brasil e a Grã-Bretanha sôbre a prestação de serviço militar, a ser firmado na cidade do Rio de Janeiro.

Ao Senhor Embaixador Cyro de Freitas Valle para, na qualidade de Delegado, chefiar a representação permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, no Conselho de Segurança e, também, *ex-officio*, a qualquer órgão ou comissão das Nações Unidas, excluídas as Agências Especializadas, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados e aprovados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Doutor Francisco Xavier Rodrigues de Souza, Diretor do Serviço Meteorológico Nacional, para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar o Brasil no II Congresso da Organização Meteorológica Mundial, a iniciar-se em Genebra, Suíça, aos 14 de abril de 1955, podendo assinar, *ad referendum* do Congresso Nacional, os atos internacionais ali formulados com o voto do Brasil.

Ao Senhor Embaixador Cyro de Freitas Valle para, na qualidade de Chefe da Delegação, representar os Estados Unidos do Brasil na Reunião Comemorativa do Décimo Aniversário da Assinatura da Carta das Nações Unidas, a realizar-se na cidade de São Francisco.

Ao Senhor Ministro Jayme de Barros Gomes, para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Reunião Comemorativa do Décimo Aniversário da Assinatura da Carta das Nações Unidas, a realizar-se na cidade de São Francisco.

Ao Senhor Cônsul Geral Hygas Chagas Pereira para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na Reunião Comemorativa do Décimo Aniversário da Assinatura da Carta das Nações Unidas, a realizar-se na cidade de São Francisco.

Ao Senhor Doutor Manuel José Ferreira para, na qualidade de Chefe da Delegação dos Estados Unidos do Brasil, representar o Brasil na VIII Assembléia Mundial de Saúde, a realizar-se no México.

Ao Senhor Ruy Pinheiro Guimarães, Embaixador do Brasil em Manágua para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar com o Plenipotenciário nicaraguense, a troca dos Instrumentos de ratificação do Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Nicarágua, firmado no Rio de Janeiro, aos 12 de janeiro de 1953.

Ao Senhor Jacome Baggi de Berenguer Cesar, Embaixador do Brasil em Montevidéu, para, na qualidade de Plenipotenciário, efetuar, juntamente com o Plenipotenciário uruguaio, a troca dos Instrumentos de ratificação do Convênio sôbre Marcas de Indústria e de Comércio e Privilégios de Invenção entre o Brasil e o Uruguai.

Ao Senhor Embaixador Cyro de Freitas Valle para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na X Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a iniciar-se na cidade de Nova York, em 20 de setembro de 1955.

Ao Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na X Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a iniciar-se na cidade de Nova York em 20 de setembro.

Ao Senhor Ministro Henrique de Souza Gomes para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na X Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a iniciar-se na cidade de Nova York, em 20 de setembro de 1955.

Ao Senhor Doutor José Ferreira de Souza para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na X Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a iniciar-se na cidade de Nova York, em 20 de setembro de 1955.

Ao Senhor Embaixador Gilberto Amado para, na qualidade de Delegado, representar os Estados Unidos do Brasil na X Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, a iniciar-se na cidade de Nova York, em 20 de setembro de 1955.

ALTERAÇÕES NAS CHEFIAS DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS ACREDITADAS NO RIO DE JANEIRO

Deixaram as funções que desempenhavam no Brasil os seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Sr. Doutor Juan I. Cooke, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina.

Sua Excelência o Sr. Dr. Albert Freundt Rosell, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Peru.

Sua Excelência o Sr. Max Attems, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Áustria.

Sua Excelência o Sr. Dr. Eduard A. Feer, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Confederação Helvética.

Sua Excelência o Senhor Shin Kimitsuka, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão.

Sua Excelência o Senhor Giovanni Fornari, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Itália.

Sua Excelência o Senhor Georges B. Kapsambélis, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Grécia.

Sua Excelência o Senhor Knut R. Thyberg, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Suécia.

Sua Excelência o Senhor Dr. Giordano B. Eccher, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Uruguai.

Sua Excelência o Senhor General David Shaltiel, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Israel.

Sua Excelência o Senhor Doutor Carlos Arango Velez, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Colômbia.

Sua Excelência o Senhor Gil Tapia Escobar, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Panamá.

Sua Excelência o Senhor Doutor Raul Alvarado Tróchez, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Honduras.

Sua Excelência o Senhor Doutor Alfredo Tosi, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Costa Rica.

Sua Excelência o Senhor Doutor José Amadeo Conte Grand, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina.

APRESENTAÇÃO DE CREDENCIAIS

Apresentaram credenciais os seguintes Chefes de Missão:

Sua Excelência o Senhor Carlos Arango Velez, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina, 13 de janeiro de 1955.

Sua Excelência o Senhor Doutor Jaroslav Kuchválek, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da República da Tchecoslováquia, 11 de fevereiro de 1955.

Sua Excelência o Senhor James Clement Dunn, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário dos Estados Unidos da América, 10 de março de 1955.

Sua Excelência o Senhor Doutor Felipe O. Perez, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Panamá, 1 de abril de 1955.

Sua Excelência o Senhor Robert Maurice, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Confederação Helvética, 1 de abril de 1955.

Sua Excelência o Senhor Adib Nahas, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Líbano, 5 de abril de 1955.

Sua Excelência o Senhor Yoshiro Ando, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão, 5 de abril de 1955.

Sua Excelência o Senhor Doutor José Amadeo Conte Grand, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina, 14 de abril de 1955.

Sua Excelência o Senhor Doutor Raúl Sapena Pastor, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Paraguai, 28 de abril de 1955.

Sua Excelência o Senhor Doutor José R. Castro, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Honduras, 20 de maio de 1955.

Sua Excelência o Senhor Rados Jovanovic, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Federativa Popular da Iugoslavia, 2 de junho de 1955.

Sua Excelência o Senhor Nils Anton Jørgensen, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Noruega, 16 de junho de 1955.

Sua Excelência o Senhor Georges Argyropoulos, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Grécia, 7 de julho de 1955.

Sua Excelência o Senhor Marquês Blasco Lanza d'Ajeta, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Italiana, 18 de agosto de 1955.

Sua Excelência o Senhor Carl Jan Stenström, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Suécia, 13 de outubro de 1955.

Sua Excelência o Senhor Doutor Felipe A. Espil, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina, 10 de novembro de 1955.

CORTESIA INTERNACIONAL

No domínio da cortesia internacional, há a assinalar a visita do Presidente da República, Senhor João Café Filho, a Portugal em abril de 1955.

De longa data aguardava o Brasil a oportunidade de retribuir a visita que lhe fizera, em 1922, o Presidente da República de Portugal, Doutor Antônio José de Almeida. Finalmente, em 1955, o Brasil levou àquela república irmã a expressão dos fraternos sentimentos brasileiros, dando, assim, um cunho afetivo à obra de consolidação das relações luso-brasileiras, tão magnificamente consubstanciada no Tratado de Amizade e Consulta concluído entre os dois países em 16 de novembro de 1953.

Coube, ainda, ao Senhor João Café Filho encontrar-se, em Santa Cruz de la Sierra, com o Senhor Victor Paz Estensoro, Presidente da República da Bolívia, a fim de inaugurar a estrada de ferro Corumbá a Santa Cruz de la Sierra.

?

PERSONALIDADES AGRACIADAS COM A ORDEM
NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL

<i>Nomes</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
Professor André Leveillé, Diretor do "Palais de la Découverte" da Universidade de Paris	OFICIAL	13- 1-55
Senhor José de Carcer y Lassance, Ministro Conselheiro da Embaixada da Espanha no Brasil (<i>Promoção</i>)	GRANDE OFICIAL	21- 1-55
S. Ex ^o o Sr. Shin Kimitsuka, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Japão	GRÃ-CRUZ	3- 2-55
S. Ex ^o o Sr. Max Attems, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Áustria	GRÃ-CRUZ	3- 2-55
S. Ex ^o o Sr. Henrik Andreas Broch, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Noruega	GRÃ-CRUZ	26- 2-55
Senhor Manuel Augusto Garcia Viñolas, Adido Cultural à Embaixada da Espanha no Brasil	OFICIAL	18- 3-55

<i>Nomes</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
Senhor Robert E. Wagner, Prefeito da Cidade de Nova York	GRANDE OFICIAL	23- 4-55
Senhor Richard C. Patterson, Jr., Chefe do Departamento de Comércio da Prefeitura da Cidade de Nova York	COMENDADOR	23- 4-55
Senhor Joseph A. Jines, Presidente da "Reed Jones", Inc.	OFICIAL	23- 4-55
Senhor James C. Carson, Vice-Presidente do "Colonial Trust Bank" ..	OFICIAL	23- 4-55
Senhor Robert de Forest Boomer, Presidente da "American-Brazilian Association"	OFICIAL	23- 4-55
Senhor Millard Henlein, Secretário executivo da "Avenue of the Americas Association"	CAVALEIRO	23- 4-55
Senhor Othon Mathieu Eugene Loupart, Diretor Superintendente da "N. V. Philips (Gloeilampenfabriken", em Eindhoven, Holanda (<i>Promoção</i>) .	COMENDADOR	25- 4-55
S. Ex ^o o Sr. Raul Alvarado Tróchez, Embaixador Extraordinrio e Plenipotenciário da República de Honduras	GRÃ-CRUZ	6- 5-55
Senhor Doutor Gerhard Moltmann, antigo Primeiro Secretário da Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil	OFICIAL	6- 5-55

<i>Nomes</i>	<i>Pósto</i>	<i>Data</i>
Senhor S. O. Olof Landenius, Primeiro Secretário da Legação da Suécia no Brasil	OFICIAL	6- 5-55
Senhor Waling J. Dijkstra, Conselheiro Comercial da Embaixada dos Países Baixos no Brasil	COMENDADOR	6- 5-55
S. Ex ^a o Sr. Georges B. Kapsambélis, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Grécia	GRÃ-CRUZ	20- 5-55
S. Ex ^a o Sr. Knut R. Thyberg, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Suécia	GRÃ-CRUZ	27- 5-55
Senhor Thomas George Mackenzie	OFICIAL	3- 6-55
Professor James L. Poppen, do Departamento de Neurocirurgia de Lahey Clinic of Boston	OFICIAL	3- 6-55
Capitão Arthur S. Moura, do Exército dos Estados Unidos da América	OFICIAL	3- 6-55
Senhor Theodore William Mayer, Diretor Geral da Singer Sewing Machine Company	OFICIAL	3- 6-55
Senhora Dona Angelina del Barco Piñero, Professôra argentina	OFICIAL	3- 6-55
Senhor Francisco Curt Lange	OFICIAL	3- 6-55
Senhor Félix E. Etchegoyen, Advogado e professor argentino	COMENDADOR	3- 6-55

<i>Nomes</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
Senhor Doutor Antônio Ernesto Serrano Redonnet, Diretor da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires	COMENDADOR	3- 6-55
Senhor Georges Davy, Vice-Reitor da Faculdade de Letras da Universidade de Paris	COMENDADOR	3- 6-55
Senhor Felix Chomé	COMENDADOR	3- 6-55
Senhor Professor Max Thorek, Fundador e Secretário permanente de Colégio Internacional de Cirurgiões com sede em Chicago	COMENDADOR	3- 6-55
Doutor Albert Scharié, Diretor Geral da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira	COMENDADOR	3- 6-55
Doutor Javier T. Galiac, antigo Conselheiro da Embaixada da República Argentina no Brasil	COMENDADOR	3- 6-55
S. Ex. ^o o Sr. Embaixador Carlos Américo Amaya, Subsecretário de Relações Exteriores e Culto da Argentina	GRÃ-CRUZ	3- 6-55
S. Ex. o Sr. Embaixador Joaquim Ruiz-Gimenez, Ministro da Educação Nacional da Espanha	GRÃ-CRUZ	3- 6-55
S. Ex. o Sr. Luis Cubillos Achurra, Chefe do Cerimonial e Protocolo do Ministério das Relações Exteriores do Chile (<i>Promoção</i>).	GRANDE OFICIAL	10- 6-55

<i>Nomes</i>	<i>Pósto</i>	<i>Data</i>
Senhor Álvaro Drougett del Fierro, Subchefe do Cerimonial e Protocolo do Ministério das Relações Exte- riores do Chile	COMENDADOR	10- 6-55
Senhor Diego Molina Letelier, Advoga- do chileno	OFICIAL	10- 6-55
Senhor Joseph Cussen, Vice-Presidente da Companhia chilena de eletrici- dade	OFICIAL	10- 6-55
Senhor Enrique Javalquinto Markmann, Segundo Secretário da Legação do Chile	OFICIAL	10- 6-55
Senhor Douglas Gordon-Orr Campusa- no, Segundo Secretário da Legação do Chile	OFICIAL	10- 6-55
Senhor José Merry del Val Rámila, Agricultor chileno	CAVALEIRO	10- 6-55
Senhor Gustavo Loyola Vargas, Dire- tor da Escola Brasil de Homens de Barrancas (San Antônio)	CAVALEIRO	10- 6-55
Senhora Dona Marta Neumann Haem- merling, Auxiliar da Embaixada do Brasil em Santiago	CAVALEIRO	10- 6-55
Senhora Dona Olga Fergie Ruiz, Se- cretário do Instituto Chileno-Brasi- leiro de Cultura	CAVALEIRO	10- 6-55
Senhora Constance White	OFICIAL	10- 6-55

<i>Nomes</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
Reverendíssimo Padre Joseph Francis Thorning	OFICIAL	10- 6-55
Senhor Lourenzo Tous Febres Cordero	OFICIAL	10- 6-55
Professor Pierre Monbeig	OFICIAL	10- 6-55
Senhor Henrique Teixeira Queirós de Barros	OFICIAL	10- 6-55
Senhor Paul P. Roudakoff	COMENDADOR	10- 6-55
Barão Sten Gustaf Claes Oveson Ramel, Escudeiro de Sua Majestade o Rei da Suécia	CAVALEIRO	17- 6-55
Senhor Torsten Richard Lenk, Chefe de Museu "Livrust Kammaren", em Estocolmo	CAVALEIRO	17- 6-55
Senhor Felipe Campuzano, Conde de Mansilla, Subchefe do Protocolo do Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha	COMENDADOR	17- 6-55
Senhor José Luís Messia, Secretário Ge- ral do Instituto de Cultura Hispâ- nica de Madrid	COMENDADOR	17- 6-55
Senhor Francisco Abascal Fernandez, Cônsul honorário do Brasil em Se- vilha	OFICIAL	17- 6-55
S. Ex ^o o Sr. Ministro Eino Waligan- gas. (<i>Promoção</i>)	GRÃ-CRUZ	17- 6-55

<i>Nomes</i>	<i>Pósto</i>	<i>Data</i>
Senhor Manuel Abclend Martin, Auxiliar da Embaixada do Brasil em Havana	CAVALEIRO	17- 6-55
Senhor Manuel da Silva Guedes, Cônsul de Portugal em Antuérpia	OFICIAL	17- 6-55
Senhor Ernst Helmut Lorenz-Meyer ..	OFICIAL	17- 6-55
Senhor Raymund Héneiné, Chefe-Adjunto do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Líbano	OFICIAL	17- 6-55
S. Ex ^a o Sr. Dr. Pacifico Montero de Vargas, Subsecretário de Estado do Ministério das Relações Exteriores e Culto do Paraguai	GRANDE OFICIAL	17- 6-55
Senhor Doutor Ramiro Recaulde de Vargas, Diretor Geral do Ministério das Relações Exteriores e Culto do Paraguai	COMENDADOR	17- 6-55
Senhor Eduardo Peña	COMENDADOR	17- 6-55
Senhor Manuel Ferreira, Industrial paraguaio	OFICIAL	17- 6-55
S. Ex. o Sr. Ingvald Marillus Emil Smith-Kielland, Grande Marechal da Côrte de Sua Majestade o Rei da Noruega	GRÃ-CRUZ	23- 6-55
S. Ex ^a o Sr. Rasmus Ingvald Berentson Skylstad, Secretário Geral do Ministério Real dos Negócios Estrangeiros da Noruega	GRÃ-CRUZ	23- 6-55

<i>Nomes</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
S. Ex ^a o Sr. Embaixador Luciano Mascia	GRANDE OFICIAL	23- 6-55
S. Ex ^a o Sr. Vittorio Badini-Confaloniere, Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Itália. ...	GRANDE OFICIAL	23- 6-55
S. Ex ^a o Sr. Ministro Massimo Magistrati, Chefe da Direção Geral dos Negócios Politicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	GRANDE OFICIAL	23- 6-55
S. Ex ^a o Sr. Ministro Tristam Alvise Cippico, Subchefe do Cerimonial Diplomático da República e Chefe do Serviço do Cerimonial do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália	GRANDE OFICIAL	23- 6-55
Senhor Renato Silenzi, Chefe do Cerimonial da Municipalidade de Roma	COMENDADOR	23- 6-55
S. Ex ^a o Sr. Tsukasa Uyetsuka, Presidente da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Representantes do Japão	GRANDE OFICIAL	23- 6-55
S. Ex ^a o Sr. Yasumara Matsudaira, Grão-Mestre de Cerimônias da Côrte Imperial do Japão	GRANDE OFICIAL	23- 6-55
S. Ex ^a o Sr. Takeshi Usami, Grão-Mestre da Casa Imperial do Japão .	GRANDE OFICIAL	23- 6-55
S. Ex ^a o Sr. Takenobu Mitani, Cama-reiro-Mór do Imperador do Japão .	GRANDE OFICIAL	23- 6-55

<i>Nomes</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
Senhor Itsuo Goto, Chefe do Protocolo da Côrte Imperial do Japão	COMENDADOR	23- 6-55
S. Ex. o Sr. Dr. Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, Presidente da Assemblêia Nacional de Portugal ..	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Dr. Maximino José de Moraes Correia, Reitor da Universidade de Coimbra, Portugal	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
Senhor Doutor José Augusto Corrêa de Barros, Diretor Geral dos Negócios Econômicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Sr. Tenente-Coronel Álvaro da Salvação Barreto, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Senhor Doutor Domingos Cândido Braga da Cruz, Governador Civil do Pôrto, Portugal	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Senhor Doutor Filipe Charters Lopes Vieira da Câmara Oliveira, Secretário Geral da Presidência da República de Portugal	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Senhor Doutor Henrique Bacelar Caldeira Queirós, Diretor Geral Adjunto dos Negócios Políticos e da Administração interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal	GRANDE OFICIAL	8- 7-55

<i>Nomes</i>	<i>Pósto</i>	<i>Data</i>
Senhor Coronel Bento da França Pinto de Oliveira, da Casa Militar da Presidência da República de Portugal	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Senhor Doutor José Carlos Martins Moreira, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Portugal	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Senhor Coronel Mário Rafael da Cunha, Comandante Geral da Polícia de Segurança Pública de Portugal ..	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Senhor Capitão Agostinho Lourenço da Conceição Pereira, Diretor Geral da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, de Portugal	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Senhor Doutor Eduardo Brazão, Conselheiro de Legação	COMENDADOR	8- 7-55
Senhor Doutor José Beleza dos Santos, Diretor da Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal	COMENDADOR	8- 7-55
Senhor Professor Doutor Afonso Rodrigues Queiró	COMENDADOR	8- 7-55
Senhor Professor Doutor Eduardo Henriques da Silva Correia	COMENDADOR	8- 7-55
Senhor Engenheiro José Albino Machado Vaz, Presidente da Câmara Municipal do Porto, Portugal	COMENDADOR	8- 7-55
Senhor Tenente-Coronel Armando Nery Teixeira, Governador Civil de Braga, Portugal	COMENDADOR	8- 7-55

<i>Nome</i>	<i>Pósto</i>	<i>Data</i>
Senhor Doutor José Maria de Castro Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Portugal .	COMENDADOR	8- 7-55
Senhor Doutor Jorge Adolfo Braga de Oliveira, Secretário de Legação ..	COMENDADOR	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Dr. Joaquim Trigo de Negreiros, Ministro do Interior do Paraguai (<i>Promoção</i>).	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Coronel Fernando dos Santos Costa, Ministro da Defesa Nacional de Portugal (<i>Promoção</i>).	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Dr. Marcelo José das Neves Alves Caetano, Presidente da Câmara Corporativa de Portugal (<i>Promoção</i>).	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Dr. Vasco Pereira da Cunha, Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (<i>Promoção</i>).	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Ministro Carlos Pedro Pinto Ferreira (<i>Promoção</i>).	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Sr. Dr. Manuel Farrajota Rocheta, Diretor Geral dos Negócios Políticos e da Administração interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (<i>Promoção</i>).	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Sr. Coronel Augusto de Azevedo e Lemos Esmeraldo Carvalhais, Chefe do Protocolo do Exército de Portugal (<i>Promoção</i>).	GRANDE OFICIAL	8- 7-55

<i>Nome</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
Sr. Dr. José Luís da Silveira e Charters Coelho Trigueiros de Aragão, Secretário de Legação (<i>Promoção</i>).	OFICIAL	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Angel Gomez Garcia, Ministro de Obras Públicas da Bolívia	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Alcibiades Velarde Cronembold, Ministro da Agricultura, Pecuária e Colonização da Bolívia.	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Mário Tôrres Calleja, Ministro de Minas e Petróleo da Bolívia	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Nuffo Chavez Ortiz, Ministro de Assuntos Campesinos da Bolívia	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Dr. Frederico Gutierrez Granier, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Bolívia no Brasil	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
Sr. Alfonso Gumúcio, Presidente da Corporação Boliviana de Fomento	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Sr. José Paz Estenssoro, Presidente da «Yacimientos Petrolíferos» da Bolívia	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Sr. Ministro Jorge Escobari, Diretor Geral da Divisão da América Latina do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia	GRANDE OFICIAL	8- 7-55

<i>Nome</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
Sr. Ministro Cesar La Faye, Chefe do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores da Bolivia	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Sr. Antônio Mogro Moreno, Diretor Geral da Divisão de Limites do Ministério das Relações Exteriores da Bolivia	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Sr. Ministro Jorge de la Barra	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
Sr. Conselheiro Javier Santivañez	COMENDADOR	8- 7-55
Sr. Eduardo Hincjosa Acha, Gerente da «Yacimientos Petroliferos» da Bolivia	COMENDADOR	8- 7-55
Sr. Hernan Mancilla	OFICIAL	8- 7-55
Sr. Arturo Centella	CAVALEIRO	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Ministro Ariosto González, Diretor do Departamento Econômico e Comercial do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai	GRANDE OFICIAL	8- 7-55
S. Ex. o Sr. Santiago I. Rompani, Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai	GRÃ-CRUZ	8- 7-55
Sr. Mário Bresciani, Membro da Comitiva do Legado Pontifício	CAVALEIRO	29- 7-55
• Reverendissimo Monsenhor Mário Boehm, Representante do «Observatore Romano»	OFICIAL	29- 7-55

<i>Nome</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
Reverendíssimo Padre Luigi Castano, Membro da Comitiva do Legado Pontifício	CAVALEIRO	29- 7-55
Reverendíssimo Monsenhor Salvatore Capoferri, Cerimoniário Pontifício	COMENDADOR	29- 7-55
Conde Giovanni Chiassi, Camareiro Se- creto de Capa e Espada	OFICIAL	29- 7-55
Reverendíssimo Padre Mário Francone, Membro da Comitiva do Legado Pontifício	CAVALEIRO	29- 7-55
Reverendíssimo Monsenhor Mário Pio Gáspari, Primeiro Secretário da Nunciatura Apostólica no Brasil ..	OFICIAL	29- 7-55
S. Ex. Reverendíssimo Monsenhor Armando Lombardi, Arcebispo Ti- tular de Cesarea de Felipe, Núncio Apostólico no Brasil	GRÃ-GRUZ	29- 7-55
Conde Giuseppe Aloisi Masella, Membro da Comitiva do Legado Pontifi- cio	OFICIAL	29- 7-55
Reverendíssimo Monsenhor Antônio Mauro, Camareiro Secreto Supra- numerário	OFICIAL	29- 7-55
Reverendíssimo Monsenhor Pietro Mat- tioli, Auditor da Sacra Rota	GRANDE OFICIAL	29- 7-55
Príncipe Alessandro Odescalchi, Guar- da Nobre Pontifício	OFICIAL	29- 7-55

<i>Nome</i>	<i>Pôsto</i>	<i>Data</i>
Reverendíssimo Monsenhor Quirino Paganuzzi, Camareiro Secreto Supranumerário	OFICIAL	29- 7-55
Reverendíssimo Monsenhor Sante Portalupi, Conselheiro da Nunciatura no Brasil	GRANDE OFICIAL	29- 7-55
Comendador Giuseppe Scacchi, Camareiro Secreto Supranumerário de Capa e Espada	OFICIAL	29- 7-55
Reverendíssimo Cesare Zerba, Subsecretário da Sagrada Congregação dos Sacramentos	GRANDE OFICIAL	29- 7-55
Senhor Ivor Richard Cox, Presidente da «Metropolitan - Vickers Electrical Export Co. Ltd.»	OFICIAL	5- 8-55
Senhor Arthur Hugh Miller Thomas ..	OFICIAL	12- 8-55
Senhor Ruben Domingo Ruiz, Primeiro Secretário da Embaixada do Paraguai no Brasil	OFICIAL	12- 8-55
Senhor Harald Sverre Slotfeldt, Adido à Legação da Noruega no Brasil	CAVALEIRO	24-10-55
Senhor Doutor Vittorio Basile, Conselheiro Comercial da Embaixada da Itália no Brasil	COMENDADOR	2-12-55
S. Ex ^o o Sr. General-de-Brigada David Shaltiel, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Estado de Israel no Brasil	CRÃ-CRUZ	10-12-55

<i>Nome</i>	<i>Pósto</i>	<i>Data</i>
Senhor Luis Arroyo Aznar, Primeiro Secretário da Embaixada da Espanha no Brasil	OFICIAL	16-12-55
Senhor Antônio Elias Martinena, Segundo Secretário da Embaixada da Espanha no Brasil	CAVALEIRO	16-12-55
Senhor Anibal Ismael González, Segundo Secretário da Embaixada do Paraguai no Brasil	CAVALEIRO	16-12-55
Senhor Aage Wolf-Sneedorf, Secretário da Legação da Dinamarca no Brasil	OFICIAL	16-12-55

ASSUNTOS ECONÓMICOS E CONSULARES

RELAÇÕES ECONÔMICAS

O acontecimento mais relevante de 1955 nas relações econômicas do Brasil com o resto do mundo foi o estabelecimento do sistema de pagamentos multilaterais com vários países europeus.

A política anterior, de canalização do intercâmbio comercial e de pagamentos com a Europa, em faixas bilaterais, tinha por objetivo compensar os inconvenientes decorrentes dos profundos desajustamentos que sofreu o comércio internacional no pós-guerra, dentre os quais avultava a inconvertibilidade de grande número de moedas.

Nos últimos anos, entretanto, já a conjuntura internacional vinha sofrendo modificações. De um lado, a vigorosa recuperação dos países da Europa Ocidental e a conseqüente liberalização gradativa do seu comércio exterior, e, de outro, a maior flexibilidade que caracterizou a política de comércio exterior brasileira desde o advento da Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito, fizeram com que os Acôrdos de índole bilateral com diversos países da Europa fôssem perdendo as vantagens que anteriormente ofereciam ao Brasil. Sobretudo, tendo desaparecido nesses países a margem de discriminação em favor de nossos produtos, o sistema de comércio bilateral deixou de oferecer contrapartida vantajosa para o Brasil, e só guardou seus aspectos negativos, tais como a desvalorização unilateral da moeda-convênio brasileira, a profunda distorção do jôgo da oferta e procura e o incentivo a certos tipos de operações triangulares, com efeitos desfavoráveis sôbre as nossas rela-

ções de troca e sôbre o desenvolvimento normal do comércio exterior brasileiro.

O exame dêsse estado de coisas mostrou a conveniência de se procurarem novos meios de regulamentar o intercâmbio comercial e de pagamentos entre o Brasil e vários países da Europa.

Com êsse objetivo, foram realizados, desde 1954, entendimentos preliminares, no Rio de Janeiro e em várias capitais européias, com representantes alemães, britânicos, holandeses e belgas.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, GRÃ-BRETANHA, PAÍSES
BAIXOS, UNIÃO ECONÔMICA BELGO-LUXEMBURGUESA

Os Ajustes Administrativos de Pagamentos e Comércio firmados com a República Federal da Alemanha em 1 de julho, com os Países-Baixos, provisoriamente, em 16 de agosto e, definitivamente, em 29 de novembro, com a União Econômica Belgo-Luxemburguesa em 17 de novembro, assim como os entendimentos com a Grã-Bretanha concluídos em 16 de agosto, vieram dar corpo ao desejo comum de imprimir maior flexibilidade ao intercâmbio comercial e de pagamentos.

Os novos Acôrdos prevêm o comércio entre o Brasil e os referidos países europeus indistintamente em marcos alemães, libras esterlinas, florins holandeses e francos belgas. Estas moedas são livremente conversíveis entre si e transferíveis dentro de uma área de conversibilidade limitada. Obteve assim o Brasil flexibilidade na utilização dos recursos provenientes da sua exportação para aquêles países e, conseqüentemente, criou-se a possibilidade de escolher, nas melhores condições de preço e fornecimento, as importações provenientes daquela área.

Pelos novos Ajustes, a Alemanha e os Países-Baixos eliminaram os sistemas cambiais internos dos quais resultava a desvalorização unilateral de nossa moeda; em contrapartida, as exportações em marcos alemães, em florins holandeses e em francos belgas, foram equiparadas, especialmente quanto às bonificações, àquelas pagas em dólares americanos, tratamento de que já gozavam as exportações em libras esterlinas.

Os Governos do Brasil e da Alemanha resolveram manter e prestigiar a Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Econômico, criada em 1953, em virtude de reconhecerem que a mesma vem prestando valiosa contribuição à cooperação econômica entre os dois países.

Animados pelo exemplo dessa Comissão, os Governos dos Países-Baixos e da União Belgo-Luxemburguesa também previram, em seus Acôrdos com o Brasil, a criação de Comissões Mistas de Desenvolvimento Econômico.

Outrossim, foram criadas Comissões Mistas Comerciais entre o Brasil e, respectivamente, a Alemanha, os Países-Baixos e a União Econômica Belgo-Luxemburguesa, com a finalidade de acompanharem o comportamento do intercâmbio comercial e de pagamentos.

A importância dos países que integram a área de pagamentos multilaterais com o Brasil ressaia do fato de termos exportado para aqueles países, no ano de 1954, mais de 329 milhões de dólares e importado mais de 212 milhões. Estas cifras representam respectivamente 21,1% e 12,9% de nossa exportação e importação. No primeiro semestre de 1955 as referidas percentagens passaram a 17,1% e 14%.

ÁUSTRIA

Por julgar que o Ajuste Comercial austro-brasileiro de 12 de maio de 1950 não mais estava preenchendo suas finalidades originais de intensificação das relações econômicas

entre os dois países, o Governo brasileiro comunicou ao Governo austriaco que desejava fazer cessar a sua vigência em 31 de dezembro de 1955. Entretanto, estando programada para princípios de 1956 a visita ao Brasil de uma Delegação austriaca para estudar, com os representantes brasileiros, um novo regime de comércio e pagamentos capaz de abolir os inconvenientes do sistema até agora em vigor, e a fim de evitar uma interrupção no intercâmbio entre os dois países, as disposições daquele Ajuste foram prorrogadas, por troca de notas, em 31 de dezembro de 1955, até 31 de março de 1956.

FRANÇA

O Ajuste de Pagamentos firmado com a França, em 1946, foi denunciado, de comum acôrdo, em março de 1955, a fim de ser negociado novo instrumento que melhor atendesse aos interesses dos dois países. Não tendo sido possível ainda encetar tais negociações, entretanto, as disposições do referido Ajuste vêm sendo prorrogadas trimestralmente, a fim de que não sofra interrupção o regime de pagamentos com aquêlê país. A última troca de notas, efetuada em 31 de dezembro de 1955 prorrogou o Acôrdo até 31 de março de 1956.

Pelas mesmas razões, o Acôrdo de Comércio franco-brasileiro, embora não tenha sido denunciado, vem sendo também prorrogado apenas por períodos trimestrais, o último dos quais se estende igualmente até 31 de março de 1956.

Por decreto de 3 de março de 1955, o Governo francês elevou de 10% a taxa alfandegária sôbre o café de qualquer procedência, exceto o importado dos Territórios franceses de Além-Mar. Essa taxação, por decreto de 10 de junho de 1955, passou a ser de 20%, que é o limite permitido dentro

dos compromissos assumidos pelos membros do GATT: O Itamaraty segue com toda a atenção a política francesa de proteção ao café colonial, a fim de salvaguardar os interesses dos produtores brasileiros.

Estão em curso negociações com o Governo francês para a assinatura de novo Acôrdo de Resgate que solucione, no interesse de ambas as partes, o problema de créditos franceses no Brasil.

ITÁLIA

Os Acôrdos de Pagamentos e de Comércio com a Itália, firmados respectivamente em 1950 e 1952, estão em vigor até 1 de maio de 1956. Havendo expirado, em 31 de outubro de 1955, a validade das listas de mercadorias anexas ao Acôrdo de Comércio, foram as mesmas prorrogadas por mais três meses, até 31 de janeiro de 1956.

Desde 1952, e com o fim declarado de facilitar a eliminação do saldo devedor brasileiro, a Itália vem aplicando o sistema do "abbinamento", que consiste em vincular toda exportação para o Brasil à prova de importação de determinado montante de mercadorias brasileiras. O sistema em apreço redundou em desvalorização da moeda-convênio sobre o Brasil. Havendo sido restabelecido o equilíbrio da conta-convênio, em fins de 1955, o Governo brasileiro já solicitou ao da Itália a suspensão do «abbinamento».

OUTROS PAÍSES DA EUROPA

O estabelecimento do sistema de pagamentos multilaterais, e a sua possível repercussão sobre o comércio entre o Brasil e o resto da Europa, obrigou ao reexame de certos Acôrdos bilaterais já negociados, mas não firmados. Estes

incluem os negociados, em 1954, com a Espanha, a Grécia e a Tchecoslováquia, cuja assinatura foi sustada até que se possa melhor avaliar do efeito de suas estipulações sobre o comércio exterior brasileiro, frente à tendência cada vez mais liberal observada no intercâmbio europeu.

O comércio com aquelas três nações vem sendo conduzido nos termos de Ajustes firmados anteriormente, sem prejuízo para o respectivo intercâmbio, tanto que, no caso da Espanha, as exportações brasileiras atingiram níveis substancialmente mais elevados do que nos anos anteriores.

Quanto aos demais países da Europa com os quais o Brasil mantém Acôrdos bilaterais de comércio e de pagamentos, processou-se normalmente o intercâmbio, sendo especialmente de notar, no tocante a Portugal, a completa absorção dos "atrasados comerciais" brasileiros, em virtude da aplicação das disposições contidas nas notas complementares ao Acôrdo de Comércio, assinadas em Lisboa, em 1954.

JAPÃO

O intercâmbio com o Japão, no ano de 1955, revelou-se altamente satisfatório, havendo crescido em volume e em valor. As listas de mercadorias anexas ao Ajuste de Comércio, que vem sendo prorrogadas por períodos sucessivos de três meses, tiveram sua validade estendida até 31 de março de 1956.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

a) *Intercâmbio*

O intercâmbio entre o Brasil e os Estados Unidos da América mostrou-se mais ativo no ano de 1955 do que no de 1954. O tratamento cambial dispensado às exportações

brasileiras permitiu que se reanimassem as vendas de alguns produtos, mantendo os níveis da receita cambial, apesar do recuo verificado nas cotações do café e do cacau. Ao lado do aumento registrado nas exportações desses dois produtos, expandiram-se, entre outras, as de minério de ferro e sisal.

As importações brasileiras permaneceram contidas em seus níveis globais pelas disponibilidades de câmbio, de molde a facultar a amortização de parte das responsabilidades assumidas em exercícios anteriores. Houve também melhor participação dos produtos essenciais, como matérias-primas, combustíveis e maquinaria em geral, em resultado da aplicação mais selecionada de divisas escassas.

Em conseqüência, o balanço de comércio mostrou-se favorável ao Brasil. O saldo positivo foi, porém, absorvido por outros itens do balanço de pagamentos, mostrando-se este, como tradicionalmente, deficitário para o país.

b) *Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas*

Logo que teve conhecimento da legislação dos Estados Unidos da América sôbre disposição de excedentes agrícolas, que permite a venda de produtos contra pagamentos em moeda do país comprador, o Ministério das Relações Exteriores procurou assegurar fornecimentos substanciais de trigo ao Brasil, a fim de completar o abastecimento do País, parcialmente satisfeito pela produção nacional e pelas importações tradicionais da Argentina e do Uruguai.

Nessas condições, depois de determinadas as quantidades que os supridores habituais do Brasil poderiam fornecer, foi firmado, em 16 de novembro, o «Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas», pelo qual seriam importadas 500.000 toneladas de trigo em grão e quantidades menores de farinha de trigo, banha, cereais para forragens e fumo capeiro.

O Acôrdo prevê o pagamento dos produtos em aprêço em cruzeiros, a uma taxa de conversão fixa, acordada entre os signatários, e contempla a divisão em duas partes dos fundos provenientes do contravalor em cruzeiros da operação: 24 % dos cruzeiros pagos ao Govêrno americano serão despendidos pelo mesmo, no Brasil, para pagamento de despesas administrativas, financiamento de intercâmbio educativo e compra de produtos específicos; os restantes 76% serão emprestados, pelo prazo de 40 anos, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para execução de diversos empreendimentos básicos.

As importações previstas no Acôrdo estão sendo executadas mediante tomadas de preços, de modo a permitir a aquisição dos produtos aos níveis do mercado internacional.

c) *Energia Atômica*

Foi assinado no Rio de Janeiro, a 3 de agosto de 1955, o "Acôrdo de Cooperação sôbre Usos Civis de Energia Atômica entre o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o Govêrno dos Estados Unidos da América", pelo qual foram estabelecidas facilidades para o intercâmbio de informações sôbre projetos, construção e funcionamento de reatores de pesquisa, assim como sôbre problemas de saúde e de segurança relacionados com o funcionamento e uso daqueles aparelhos. Igualmente, foi prevista a troca de informações sôbre o uso de isótopos radiotivos na pesquisa física e biológica, na terapia médica, na agricultura e na indústria. Os Estados Unidos da América comprometeram-se, pelo mesmo instrumento, a fornecer o combustível necessário ao funcionamento dos reatores de pesquisa, a serem instalados no Brasil.

Na mesma data, foi celebrado com os Estados Unidos da América o «Programa Conjunto de Cooperação para o

Reconhecimento dos Recursos de Urânio no Brasil", que prevê a cooperação da Comissão de Energia Atômica, ou do Serviço Geológico daquele país, para a execução de um vasto programa de levantamento das províncias uraníferas brasileiras. Para execução do ajuste, o Govêrno dos Estados Unidos da América enviará geólogos, prestará informações técnicas, e fornecerá, à sua custa, o equipamento especializado, os suprimentos e sobressalentes, não disponíveis no Brasil, que sejam necessários à realização efetiva do reconhecimento do campo.

d) *Aquisição de Leite em Pó*

Foi assinado um contrato com a "Commodity Credit Corporation" para a venda, ao Ministério da Educação e Cultura, de 5 milhões de libras-pêso de leite em pó desnatado, a fim de ser distribuído a estabelecimentos de ensino no Brasil, para fins da Campanha da Merenda Escolar.

ARGENTINA

Foi firmado, em Buenos Aires, a 20 de janeiro, um Acôrdo mediante o qual o Govêrno brasileiro se compromete a comprar e o Govêrno argentino a vender, anualmente, no período de 1955 a 1957, a quantidade de um milhão e duzentas mil toneladas de trigo em grão, sempre que o saldo exportável argentino seja superior ou igual a três milhões de toneladas e desde que sejam criadas disponibilidades para a compra do cereal pelas importações argentinas no Brasil.

O Acôrdo em aprêço permitiu, assim, dentro dos princípios gerais dos Ajustes de Comércio e Pagamentos em vigor, uma garantia de suprimentos, durante três anos, correspondente a 50% do consumo brasileiro. Por outro lado,

ao garantir mercado para uma parcela substancial da produção argentina de trigo, o referido Acôrdo vem dar ao intercâmbio base estável e em alto nível, assegurando, em contrapartida, o escoamento de importantes quantidades de mercadorias brasileiras.

A fim de examinar o comportamento do intercâmbio Brasil-Argentina e recomendar as medidas tendentes ao seu estímulo, reuniu-se, em Buenos Aires, de 15 de agosto a 16 de setembro, a Comissão Mista Brasil-Argentina. Além de uma análise geral, foram debatidos aspectos específicos, tais como a execução do Acôrdo do Trigo, o comércio de frutas, o caso dos sucedâneos do café e os aspectos financeiros do intercâmbio.

No tocante às exportações brasileiras para aquêlê país, as autoridades argentinas manifestaram a intenção de, doravante, dar ao Brasil participação em tôdas as cotas gerais de importação a serem abertas pela Argentina, sem prejuízo das cotas especiais que já lhe eram reservadas.

A segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Argentina estava prevista para o mês de dezembro, no Rio de Janeiro, com o advento da reforma cambial na Argentina, entretanto, julgou aquêlê Govêrno mais profícuo enviar ao Brasil, não a seção argentina da referida Comissão, mas um grupo de técnicos, com o fim de esclarecer as autoridades brasileiras sôbre o alcance daquela medida e estudar as suas possíveis consequências sôbre o intercâmbio entre os dois países.

De 17 a 24 de dezembro, os representantes argentinos e brasileiros abordaram os diferentes problemas criados com a aludida reforma, havendo recomendado que a próxima reunião da Comissão Mista se efetue em fevereiro de 1956, quando já poderão ser melhor aquilatados os efeitos da nova política argentina sôbre o intercâmbio.

BOLÍVIA

Foi assinado no Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1955, o Acôrdio entre o Conselho Nacional do Petróleo e "Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos" para fornecimento ao Brasil de derivados do petróleo da Bolívia.

Havendo sido aprovado pelo Congresso Nacional e devendo ser ratificado, dentro em breve, o Convênio de Comércio com a Bolívia, firmado em 1953, foram tomadas providências para a organização da Comissão Mista Permanente, prevista no artigo V do referido Convênio, dada a necessidade da renovação das listas anexas ao mesmo.

CHILE

As relações econômicas com o Chile processaram-se de acôrdio com o regime estabelecido pelo Tratado de Comércio e Navegação de 1943, suplementadas, até agosto do corrente ano, pelo Convênio de Cooperação Econômica de 1947, cuja vigência cessou a 28 daquele mês, por ter sido denunciado pelo Brasil.

Aconselharam tal denúncia a evolução do intercâmbio e as mudanças estruturais que se vêm verificando na economia dos dois países, as quais recomendam a celebração de novos instrumentos mais consentâneos com as condições vigentes.

Conversações preliminares já foram levadas a efeito pela Missão Econômica que visitou Santiago no mês de outubro de 1955. Nos entendimentos havidos, patenteou-se o grande interêsse, de parte a parte, em elevar os níveis do comércio entre os dois países, aproveitando-se tôdas as oportunidades de trocas, que se apresentam em número cada vez maior.

Como primeiro passo para tal objetivo, as autoridades chilenas acordaram uma suplementação ao orçamento de divisas a fim de cobrir importações brasileiras, dentre as quais figuram, em quantidades apreciáveis, algodão e produtos manufaturados.

URUGUAI

O intercâmbio brasileiro-uruguaio tem crescido de modo substancial, nos últimos anos, devido às aquisições de trigo feitas pelo Brasil. Em princípios de 1955, foi negociado novo contrato para aquisição, naquele ano, de 300.000 toneladas de trigo.

A fim de examinar com as autoridades uruguaias o comportamento do intercâmbio entre os dois países, uma Missão Econômica brasileira foi enviada a Montevideú, em outubro de 1955. Nessas conversações, ficou evidenciada a possibilidade de manter equilibrado o intercâmbio, por existir no Uruguai mercado para os produtos brasileiros em nível capaz de compensar as compras maciças de trigo àquele país.

VENEZUELA

Em outubro de 1955 foi prorrogado, por mais um ano, o "modus-vivendi" que desde 1940 regula as relações comerciais do Brasil com aquele país.

Tendo em vista o prosseguimento das negociações realizadas no Rio de Janeiro em 1953, por ocasião da visita do Ministro de Fomento da Venezuela, foi organizada em Caracas uma Missão Econômica que deveria visitar os principais centros industriais brasileiros e negociar um acôrdo regulador do intercâmbio comercial entre os dois países. A visita da Missão Econômica venezuelana, originalmente programada para princípios de novembro, adiada para fevereiro de 1956.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS

No decorrer de 1955, o Brasil participou de várias reuniões internacionais de interesse econômico, promovidas pelas Nações Unidas e Agências Especializadas, de cujas agendas constaram itens de indiscutível relevância no âmbito da cooperação internacional, tais como energia atômica, financiamento para fins de desenvolvimento econômico, assistência técnica e a situação mundial dos produtos de base.

No setor da energia atômica, o Itamaraty cuidou, através da Delegação Permanente junto às Nações Unidas e da Embaixada do Brasil em Washington, da futura Agência Internacional de Energia Atômica, cuja criação fôra decidida pela Assembléia Geral em dezembro de 1954. O Brasil foi incluído no grupo de países encarregados de elaborar, em fevereiro de 1956, em Washington, o projeto de estatuto daquela nova Agência, a ser submetido a uma Conferência Internacional que será convocada especialmente para apreciá-lo.

Na X Assembléia Geral das Nações Unidas, o Brasil foi eleito membro da Comissão científica encarregada de estudar e coordenar as informações relativas aos efeitos da radiação atômica sobre a saúde e a segurança humana.

Ainda na mesma Assembléia Geral, o Brasil tomou parte ativa nos debates relativos aos projetos de criação de uma Corporação Financeira Internacional e de um Fundo

Especial das Nações Unidas para o Financiamento do Desenvolvimento Econômico. O primeiro organismo visa a estimular os movimentos internacionais de capitais privados, ao passo que o segundo se destina a suplementar as atividades do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, no que se refere à capitalização dos setores fundamentais das economias subdesenvolvidas, mediante financiamentos aos Governos. Os dois projetos, debatidos também na XIX e na XX Sessões do Conselho Econômico e Social da ONU, contaram com o apoio e colaboração do Brasil, no sentido de serem encontradas fórmulas para sua concretização.

Por ocasião da X Assembléia Geral, o Brasil foi eleito membro do Conselho Econômico e Social da ONU..

Membro da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (F.A.O.), desde sua criação, o Brasil fêz-se representar na VIII Sessão da Conferência e enviou observador às XXI, XXII e XXIII Sessões do Conselho Executivo, cuja Presidência independente foi ocupada, por dois mandatos consecutivos, de dois anos, o último dos quais terminou a 4 de novembro de 1955, pelo Professor Josué de Castro. Na VIII Sessão da Conferência, o Brasil foi eleito membro do Conselho, para o período de três anos a iniciar-se em 1957.

ACÓRDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO (G.A.T.T.)

Teve especial significado a realização da IX Sessão das Partes Contratantes do GATT, iniciada em fins de 1954 e terminada em março de 1955. Nela tratou-se da revisão do Acôrdo que fôra proposta no decurso da VIII Sessão, por iniciativa da Delegação brasileira. A revisão do Acôrdo se impunha, uma vez que o primitivo Acôrdo Geral era provisório, dependendo da ratificação da Carta de Havana para se tornar permanente. Como a Carta de Havana, que procurava atender ao problema da desigualdade econômica entre as nações, não foi ratificada por um número suficiente de Estados, o Acôrdo Geral vinha sendo periódicamente revalidado, desde 1948.

Durante a IX Sessão das Partes Contratantes, várias emendas foram votadas ao texto do Acôrdo; as de maior substância se processaram no tocante às restrições quantitativas para salvaguarda do balanço de pagamentos, às exceções à regra de não discriminação, aos subsídios ao comércio exterior, à assistência governamental para o desenvolvimento econômico, às modificações das listas e às negociações tarifárias. Com a reforma dessas e de outras cláusulas, passou o Acôrdo Geral a melhor atender às condições específicas dos países insuficientemente desenvolvidos. Foi também criada, por aquela revisão, a Organização de Cooperação Comercial, que responderá pela administração do Acôrdo Geral revisto.

A Delegação brasileira teve importante atuação nos trabalhos relacionados com a reforma do Acôrdo, tendo sempre em mira resguardar os interesses nacionais em face dos problemas de longo e curto prazo, entre os quais se inclui o da futura transposição, de específica para *ad-valorem*, da pauta tarifária brasileira.

Reconhecida a conveniencia da aceitação do Acôrdo revisto, foi o mesmo submetido ao Congresso Nacional para ratificação. Apenas uma reserva ao novo Acôrdo fêz o Governo brasileiro, a qual se prende à não aceitação do texto revisto do artigo VIII, que trata da supressão de certos documentos exigidos para importação de mercadorias, em particular as faturas consulares.

A adesão definitiva do Japão ao GATT foi um dos importantes acontecimentos ligados a êsse organismo internacional, durante o ano passado. Após a realização de negociações tarifárias entre o Japão e dezoito Partes Contratantes, foi aberto à assinatura até 11 de agosto o Protocolo das condições de adesão do Japão. Como mais de 2/3 das Partes Contratantes, inclusive o Brasil, se pronunciaram favoravelmente àquela adesão, passou o Japão a ser considerado membro permanente do Acôrdo com direito a tôdas as vantagens do seu novo «status». Entretanto, tendo em conta a situação particular decorrente do seu atual desarmamento tarifário, o Brasil invocou o artigo XXXV do Acôrdo Geral, a fim de suspender a concessão ao Japão da pauta convencional da tarifa brasileira, até que se concluam negociações entre os dois países, para definição das vantagens compensatórias a serem oferecidas pelo Governo japonês, em troca das 1.300 posições consolidadas pelo Brasil no GATT.

De 27 de outubro a 6 de dezembro de 1955, realizou-se a X Sessão das Partes Contratantes. Os debates em tôrno do relatório do Grupo de Trabalho sôbre Produtos de Base,

que em setembro de 1955 se reunira para apreciar um anteprojeto de acordo no qual se definiam as responsabilidades do GATT na matéria, constituíram o ponto alto daquela Sessão. Dadas as divergências de pontos de vista das diversas Delegações, ficou decidida a criação de novo comitê, incumbido de apresentar um projeto definitivo, sobre o qual se pronunciarão as Partes Contratantes na XI Sessão, a ser realizada, em Genebra, em outubro de 1956.

PRODUTOS DE BASE

Além do GATT, diversos organismos mantiveram em pauta o estudo das condições genéricas do comércio internacional de produtos de base. Realizaram-se, entre outras, reuniões da Comissão Interina de Coordenação dos Ajustes Internacionais sobre Mercadorias, das Nações Unidas; da Comissão de Produtos Essenciais da FAO; e da Comissão Consultiva Permanente para o Comércio de Produtos de Base, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Várias dessas reuniões mereceram atenção especial do Governo brasileiro. Assim, de maio a junho, celebrou-se a XXV Sessão do Comitê de Produtos Essenciais da FAO, que, após estudos feitos pelo Subcomitê sobre colocação de excedentes, apresentou à crítica dos Estados-membros os «Princípios sobre a Colocação de Excedentes Recomendados pela FAO». O Brasil apoiou as medidas tendentes a ajustar a oferta e a procura, antes pela expansão do consumo do que pela redução dos níveis de produção, e, por outro lado, salientou a necessidade de não interferir a colocação de excedentes nas correntes tradicionais do comércio mundial. Em outubro, realizou-se a XXVI Sessão do mesmo Comitê.

A Comissão Consultiva Permanente para o Comércio Internacional de Produtos de Base reuniu-se em Nova York, em janeiro-fevereiro e maio-junho de 1955, e em Genebra, de novembro a dezembro do mesmo ano. Durante essas sessões foram propostos estudos e consultas aos países interessados e delineada a orientação da Comissão no trato do problema.

COMITÊ CONSULTIVO INTERNACIONAL DO ALGODÃO

Das reuniões intergovernamentais sobre produtos específicos, cumpre destacar a XIV Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, realizada em junho último, em Paris, a qual se revestiu de particular importância em face da atual superprodução do produto. A Delegação do Brasil prestou declaração sobre a política cambial brasileira em relação ao mesmo, contribuindo assim para desfazer mal-entendidos a respeito, de parte de outros Governos interessados.

ACÔRDO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

Solicitado a tomar uma decisão definitiva sôbre se o ratificava ou não, o Govêrno brasileiro resolveu, em maio de 1955, retirar-se do Acôrdo Internacional do Açúcar, deixando, dessa forma, de ser membro do Conselho Internacional do Açúcar, com sede em Londres, organismo que administra aquêle pacto multilateral.

Quando da Conferência Açucareira Internacional, realizada em Londres, em 1953, havia o Brasil pleiteado uma quota de exportação anual da ordem de 400 mil toneladas, tendo-lhe sido atribuída tão sômente 175 mil, o que já se revelara insuficiente para o escoamento da safra de 1953/54. cota de exportação anual da ordem de 40 0mil toneladas, no ano seguinte, preferiu o Brasil desligar-se de um Acôrdo ao qual não estava vinculado definitivamente, e assim pôde vender, efetivamente, todo o estoque existente.

ACORDO INTERNACIONAL DO TRIGO

O Brasil fez-se representar na I Sessão da Conferência Internacional do Trigo, realizada em Genebra, de 26 de outubro a 16 de novembro de 1955, convocada pelas Nações Unidas com o objetivo de estudar a renovação ou modificação do atual Acôrdo Internacional do Trigo. Na Sessão em aprêço, as diversas delegações expuseram os seus diferentes pontos de vista, e as conclusões a serem formuladas serão objeto da II Sessão, a realizar-se em fevereiro de 1956.

No Conselho Interamericano Econômico e Social, particular atenção tem sido dispensada aos estudos da Subcomissão Especial do Café, realizados em consequência de recomendação aprovada na Conferência dos Ministros da Fazenda, reunida em Petrópolis, em 1954.

A referida Subcomissão terminou a primeira fase dos seus estudos, na qual focalizou a situação atual do mercado do café, tendo passado ao exame das soluções aconselhadas pela presente conjuntura.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA

Realizou-se em Bogotá, de agosto a setembro de 1955, com a participação do Brasil, o VI Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas. Dois temas tratados no mesmo merecem destaque:

a) o problema dos excedentes agrícolas, que deu origem a uma resolução, apoiada pelo Brasil, na qual foram consubstanciados princípios disciplinadores da colocação de tais excedentes, e influiu na criação de um Comitê para tratar do intercâmbio latino-americano;

b) os entendimentos multilaterais sobre a produção e comércio do café, objeto de uma resolução conjunta, de caráter prático, apresentada no Plenário por iniciativa do Brasil e unânimemente aprovada, na qual se apóiam os estudos em curso sobre o problema do café, da Comissão Especial do Café, do Conselho Interamericano Econômico e Social, com vistas à adoção de medidas de cooperação internacional capazes de reduzir de maneira substancial as flutuações do preço desse produto e mantê-las dentro dos limites satisfatórios para produtores e consumidores.

ACÓRDOS SOBRE TRANSPORTES AÉREOS

Durante o ano de 1955, chegaram à fase final das discussões os Acôrdos sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, e entre o Brasil e o Uruguai. Continuam sendo estudados os projetos de acôrdos bilaterais com o México, a Venezuela, a Colômbia e a República Dominicana.

Tornou-se realidade uma das rotas brasileiras previstas no Acôrdo com os Estados Unidos da América, por ocasião do início dos serviços da Viação Aérea Riograndense para Nova York. A expansão das linhas brasileiras para o mencionado país continua, tendo sido obtida por via diplomática a substituição da rota Rio de Janeiro-Miami-Nova Orleans, que cabia à Empresa de Transportes Aerovias Brasil, pela rota Rio de Janeiro-Miami-Chicago, a ser iniciada pela aludida empresa tão logo sejam preenchidas as formalidades de direito interno exigidas pelas autoridades americanas.

SERVIÇO CONSULAR

Ao iniciar-se o ano de 1955, foi estabelecida a subdivisão dos trabalhos da Divisão Consular nos seguintes setores especializados:

- a) *Consulados brasileiros*: jurisdição; criação; modificação; extinção; nomeação de Cônsules honorários e de Vice-Cônsules interinos; Cônsules brasileiros; cartas-patentes.
- b) *Consulados estrangeiros*: exequaturs e reconhecimentos provisórios.
- c) *Reconhecimento de firmas*.
- d) *Serviço militar e atos de registro civil*.
- e) *Importações*: licenças prévias; relações de bens; embarques de automóveis, geladeiras, etc....; petróleo; mandados de segurança; interditos possessórios.
- f) *Importação de armas, munições e produtos químicos*.
Estatísticas: renda consular e movimento de chancelaria.
- g) *Assuntos Gerais*: proteção de interesses de brasileiros; nacionalidade; naturalização; repatriação; heranças; assuntos relativos a direito marítimo e aeronáutico; faturas consulares e comerciais.
- h) *Arquivo. Dactilografia*.

Houve, em 1955, acréscimo de expediente em relação ao ano anterior, aumento êsse ocorrido, principalmente, no setor de importações, já que o Ministério das Relações Exteriores assumiu um papel de suma relevância, na parte relativa à isenção de licença prévia de importação, com a publicação do Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954, pelo qual foi regulamentada a execução da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior. Por outro lado, aumentaram consideravelmente as atividades jurídicas da Divisão Consular, o que veio, assim, contribuir para o seu desenvolvimento no decorrer do ano de 1955.

CONSULADOS BRASILEIROS

Quanto à reestruturação dos serviços consulares do Brasil na Índia, a medida foi efetivada em agosto, com a extinção do Consulado de carreira em Calcutá, onde foi criada uma Repartição consular honorária, e com a criação dos serviços consulares da Embaixada em Nova Delhi. A ruptura das relações diplomáticas indo-lusitanas e a subsequente posição do Brasil como protetor dos interesses portugueses na Índia, determinaram a modificação parcial da reestruturação em aprêço, com a manutenção provisória do Consulado de carreira em Calcutá e o adiamento da abertura do Consulado de igual categoria em Bombaim.

Foi proposta a reabertura de Repartições consulares que haviam sido fechadas durante a última Grande Guerra. Uma delas, o Consulado honorário em Luxemburgo, já foi recentemente reinstalado, com a designação de um novo titular para o posto. Outras duas Repartições consulares de carreira tiveram sua reabertura solicitada.

Três Repartições consulares tiveram alteradas as suas categorias: o Consulado de carreira em Zurique, que foi elevado a Consulado Geral, e os Vice-Consulados honorários em Gijon e Bilbao, que foram elevados à categoria de Consulados honorários.

Várias Repartições consulares foram criadas e extintas durante o ano de 1955. Entre as primeiras encontram-se o Vice-Consulado honorário em Savannah, nos Estados Unidos da América, o Consulado honorário em Leon, na Nicarágua, e o Consulado honorário em Thorshavn, na Dinamarca, enquanto que foram extintos o Consulado de carreira em Dublin e o Consulado honorário no Pireu. Além dessas alterações, já efetivadas, foi proposta a extinção do Consulado em Palermo, por não mais se justificar sua existência; e a criação de Repartições consulares nos portos venezuelanos de Caripito, Puerto La Cruz e Las Piedras, já que a ausência de Consulados naquelas cidades faz com que a Delegacia do Tesouro em Nova York deixe de recolher, anualmente, mais de meio milhão de dólares, quantia correspondente aos respectivos emolumentos consulares, que estão sendo pagos, atualmente, nas alfândegas brasileiras à taxa de câmbio oficial de Cr\$ 18,82. Também foi proposta a criação de Consulados honorários no pôrto de Wilmington, nos Estados Unidos da América, e na cidade de Paramaribo, na Guiana Holandesa.

O setor «Consulados Brasileiros» preparou a publicação denominada «Jurisdição Consular».

Expediram-se 44 cartas-patentes para representantes consulares brasileiros, bem como foi elaborada Circular às Missões diplomáticas no sentido de evitar a concessão de cartas-patentes a funcionários consulares que não sejam Chefes de postos, aos quais alguns países não concedem exequaturs.

RENDA CONSULAR

Foi o seguinte o total da renda consular arrecadada no exterior durante o ano de 1955, excluído o mês de dezembro:

Consulados de carreira:	Cr\$ (ouro)	6.139.041,00
Consulados privativos	Cr\$ (ouro)	27.159,00
Consulados honorários:	Cr\$ (ouro)	419.507,00
Vice-Consulados honorários:	Cr\$ (ouro)	48.083,00
		<hr/>
Total	Cr\$ (ouro)	6.633.790,00

Comparando a renda consular atual com a arrecadada durante o ano de 1954, verifica-se que houve um *declínio* de cerca de 1 milhão de cruzeiros ouro, diminuição essa justificada pelas restrições que vêm sendo impostas, à importação em geral, pelo atual plano econômico e financeiro governamental.

CONSULADOS ESTRANGEIROS

Foram concedidos 79 exequaturs a representantes consulares estrangeiros.

Publicou-se, no ano de 1955, a «Lista do Corpo Consular Estrangeiro», atualizada até 31 de dezembro de 1954, já estando sendo providenciada a elaboração de nova lista, devidamente atualizada até 31 de dezembro de 1955.

SERVIÇO MILITAR E ATOS DE REGISTRO CIVIL

Foi expedida a publicação «Atribuições dos Consulados no concernente ao Serviço Militar», do Ministério da Guerra, resenha de grande utilidade para as Missões diplomáticas encarregadas de serviço consular e Repartições consulares no exterior.

IMPORTAÇÕES

Pelo Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954, que dispõe sobre o intercâmbio comercial com o exterior, foi regulamentada a execução da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

Posteriormente, com a Lei n.º 2.410, de 29 de janeiro de 1955, ficaram proibidas a importação ou a introdução, sob qualquer título, de automóveis e barcos de passeio reputados de luxo, cujo preço no mercado de origem seja superior a 3.500 dólares.

No entanto, em vista do número crescente de automóveis que continuaram a ser importados, a título de trazida de bens, com amparo na legislação acima mencionada, e como começaram a surgir dúvidas e diversidade de interpretação, entre os funcionários consulares lotados no exterior, quanto ao modo de proceder na legalização dos documentos de embarque de veículos automotores, decidiu-se coordenar a orientação de tôdas as Missões diplomáticas encarregadas de serviço consular e Repartições consulares, submetendo a trazida de veículos automotores ao regime de consulta prévia à Secretaria de Estado, de acôrdo com a Circular n.º 2.218, de 21 de março de 1955.

Diminuiu, sensivelmente, assim, a introdução de bens considerados de luxo, como automóveis, geladeiras, aparelhos de televisão, de ar condicionado, máquinas de lavar roupa, de costura, etc...., bens êsses que, em virtude de sua alta procura no mercado interno brasileiro, vinham, com sua importação, acarretando uma considerável evasão de divisas do país.

Por iniciativa do Itamaraty, resolveram as autoridades administrativas interessadas na solução do assunto realizar reuniões semanais, a fim de serem estudados os problemas

relativos à uniformidade de interpretação da legislação em vigor. As decisões tomadas em conjunto pelos representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério das Relações Exteriores e do Banco do Brasil S.A. estão consubstanciadas em um Anteprojeto de Portaria interministerial, que baixa instruções baseadas nas deliberações constantes da Ata final das referidas reuniões.

Apesar dos resultados obtidos na órbita administrativa, também procurou-se uma estreita colaboração com o Poder Legislativo, no sentido de simplificar e restringir a legislação atual sobre a matéria.

A contribuição do Itamaraty no combate à importação irregular de automóveis, a título de trazida de bens, não se limitou aos campos administrativos e legislativos, atingindo, inclusive, a esfera do Poder Judiciário. Assim é que, nos casos de Mandados de Segurança impetrados contra atos do Senhor Ministro de Estado, tem sido, inicialmente, levantada a preliminar da incompetência da autoridade judiciária de primeira instância, ou seja, Juizes de Direito da Fazenda Pública.

Em resumo, a orientação que vem adotando o Itamaraty ao aplicar a legislação atual que regula o comércio exterior, tem como objetivo:

a) obrigar a execução do plano econômico-financeiro do Governo, pela obtenção de licença prévia de importação para as mercadorias não essenciais, classificadas na quarta e na quinta categorias;

b) evitar a compra de mercadorias com divisas adquiridas no mercado livre de câmbio, o que acarreta a desvalorização do cruzeiro;

c) incentivar a fabricação de veículos automotores e objetos de uso doméstico, pela transformação gradual das atuais usinas de montagem e instalação de novas fábricas.

Finalmente, decorreram, de modo normal, os pedidos de importação de armas, munições e produtos químicos, bem como os de importação de petróleo e derivados, todos eles formulados com a devida autorização do Ministério da Guerra e do Conselho Nacional do Petróleo, respectivamente.

OUTRAS QUESTÕES CONSULARES

O Itamaraty adotou um critério mais rígido, no sentido de somente efetuar repatriações de pessoas que se encontrem, realmente, em situação precária no exterior, a fim de evitar abusos e injustificável evasão de divisas do país. Casos interessantes, pelas condições especiais de que se revestem, são os de pedidos de repatriação de estrangeiras casadas com brasileiros já repatriados, e que se encontram no exterior em situação de indigência.

A fim de evitar desigualdade de tratamento entre os funcionários diplomáticos e consulares brasileiros lotados no exterior, continuam a ser negociadas as assinaturas de convenções consulares que venham solucionar a questão.

Além disso, o Itamaraty vem examinando a viabilidade de ser celebrado um acôrdo, por troca de notas, que regule a nacionalidade dos filhos de funcionários consulares brasileiros nos Estados Unidos da América, que, ao contrário do que sucede com os filhos de funcionários diplomáticos, ficam, em virtude de terem nascido naquele país, sujeitos à convocação para o serviço militar norte-americano.

Outro assunto que mereceu atenção especial do Ministro das Relações Exteriores foi o que surgiu com a nova lei de nacionalidade adotada por Israel, a qual entra em conflito com a nossa legislação atual sôbre a matéria. De acôrdo com o parecer do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, adquirem a nacionalidade israelense todos os imigrantes que, ingressados em Israel, não tenham repudiado aquela nacio-

nalidade, como lhes faculta a lei daquele país, motivo pelo qual êles incorrem, conseqüentemente, na perda da nacionalidade brasileira, de acôrdo com os artigos 22 e 23 da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949.

Finalmente, foram expedidas, durante o ano de 1955, diversas Circulares às Missões diplomáticas encarregadas de serviço consular e Repartições consulares no exterior, entre as quais se destacam as seguintes:

a) Circular nº 2.162, que remeteu instruções relativas à maneira de proceder nos casos de embarques simultâneos, por diferentes portos, de mercadorias destinadas ao Brasil, cobertas por uma só licença de importação.

b) Circular nº 2.212, que encaminhou a lista atualizada dos navios que gozam de regalia de pacote.

c) Circular nº 2.266, a respeito da legalização de relações de bens e da cobrança dos respectivos emolumentos consulares.

d) Circular nº 2.308, que remeteu as normas gerais que deverão reger o desembaraço alfandegário de mercadorias que apresentarem oscilações nos pesos, preços e quantidades constantes das respectivas licenças de importação.

e) Circular nº 2.321, segundo a qual não mais deve ser prorrogado o prazo de validade das licenças de importação, mesmo em caso de greve de portuários ou industriários.

PASSAPORTES

Durante o ano de 1955 foi dada particular atenção ao estudo e encaminhamento dos projetos de acôrdo sôbre a gratuidade de vistos temporários com a Alemanha, Finlândia, Grã-Bretanha, Países-Baixos e Suécia, e sôbre o visto de entrada múltiplo, com os Estados Unidos da América. O que beneficia a Alemanha foi levado a bom têrmo, estando já assegurada a gratuidade aos alemães que venham ao Brasil pelo prazo máximo de três meses, uma vez que aquêle país aboliu o visto em favor dos brasileiros que viajem para a Alemanha em idênticas condições. O acôrdo com os Países Baixos, idêntico ao concluído com a Alemanha, entrou em vigor a 1º de janeiro corrente. Acham-se em fase final mais dois acôrdos: com o Uruguai, para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos, e com a Bélgica, para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais.

Fêz-se nova distribuição de passaportes especiais, de acôrdo com o que preceitua o Regulamento de Passaportes, segundo o qual compete aos Consulados de carreira e Missões diplomáticas encarregadas do serviço consular a concessão de passaportes especiais, corrigindo-se assim a anomalia de expedirem tais passaportes Missões diplomáticas sem serviço consular e nas quais, por isso mesmo, êles eram apenas assinados, ficando o preparo e a cobrança dos emolumentos a cargo da Repartição consular local. Outrossim, acrescentou-se um parágrafo ao artigo 1.210 do Manual de Serviço, ficando dispensada a consulta prévia à Secretaria

de Estado para a prorrogação de passaportes especiais, no exterior, havendo urgência e nenhuma dúvida sobre o direito do interessado. Tal dispensa veio resolver situações antes difíceis, como a dos brasileiros que iam ao Canadá em fim de semana e às vezes necessitavam com urgência da prorrogação para a reentrada nos Estados Unidos da América.

A fim de prevenir possíveis enganos ou infrações dos regulamentos, a Divisão de Passaportes passou a fazer minucioso controle do volumoso expediente consular sobre movimento de vistos em passaportes estrangeiros, bem como sobre expedição e prorrogação de passaportes brasileiros, sendo para isso utilizados quadros que facilitam a fiscalização.

O XXXVI Congresso Eucarístico Internacional aumentou, como era de prever, o trabalho da Divisão, que expediu circulares sobre facilidades de visto aos peregrinos e sobre as principais solenidades do mesmo Congresso, tendo feito também algumas dezenas de declarações em passaportes de participantes que ingressaram no Brasil com visto em lista coletiva e desejavam voltar a seus países ou prosseguir viagem isoladamente.

O Brasil aceitou o tipo de visto em passaporte recomendado pela Organização Internacional de Aviação Civil (ICAC), com uma restrição, o que foi comunicado à Delegação brasileira junto à ONU.

Elaborou-se um resumo dos dispositivos vigentes em matéria de vistos em passaportes e imigração, para publicação no livro "Brasil", resumo esse também fornecido, a pedido, a algumas Missões diplomáticas estrangeiras.

Após haver estado em cogitação a retirada do Brasil do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, por medida de economia, o Presidente da República decidiu em favor da permanência do nosso país na men-

cionada organização internacional. Assim, o CIME foi autorizado a continuar as operações de pre-seleção dos candidatos à imigração na base anteriormente adotada. Foi dissolvida, contudo, a Comissão Brasileira de Seleção de Imigrantes, com sede em Milão.

Em certa época do ano, tôdas as listas de Mão-de-Obra e Mão-de-Obra Pré-Colocada, bem como as de dependentes, sob o patrocínio do CIME, passaram a transitar pela Secretaria de Estado, o que aumentou bastante o trabalho da Divisão de Passaportes. Gradualmente se voltou ao sistema antigo, de remetê-las diretamente às Missões CIME na Europa.

Foi enviada ao Presidente da República exposição de motivos, acompanhada de projeto de mensagens ao Congresso Nacional, sôbre a aprovação da Constituição do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias. Simultâneamente, o Ministro de Estado das Relações Exteriores comunicou ao CIME haver tomado conhecimento da Carta daquela organização e aceitá-la, devendo tal comunicação ser tomada como o exercício do direito estabelecido no art. 34 da mencionada Constituição.

Realizaram-se em 1955 as II e III Sessões do Conselho do CIME, a primeira de 27 de abril a 6 de maio e a última de 17 a 25 de outubro. Nas duas sessões o Instituto Nacional de Imigração e Colonização estêve presente, sendo a representação brasileira integrada por membros da Delegação em Genebra.

Em setembro de 1955, o Instituto de Imigração resolveu constituir um Serviço de Seleção de Imigrantes na Europa, sob a chefia do Senhor Paulo Ignacio de Almeida e integrado pelos Senhores Mar o Alves de Moraes Junior e Fernando Jorge da Rocha, respectivamente, selecionador profissional e selecionador médico.

Em outubro o Brasil foi eleito unânimemente para o Comitê Executivo do CIME.

Realizou-se em Genebra, no mês de maio, a I Sessão do Comitê Executivo do Fundo de Emergência das Nações Unidas para os Refugiados. O Brasil pertence ao Comitê Executivo e em outubro recebeu um apêlo do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados no sentido de uma contribuição governamental voluntária em benefício de 300.000 refugiados que aguardam amparo e localização. O Presidente do Instituto de Imigração prometeu uma contribuição, de valor a ser fixado posteriormente.

Houve também em Genebra uma Reunião do Sub-Comitê Permanente para os Programas, promovida pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados.

Expediu-se circular fixando critério uniforme para a prorrogação da permanência no exterior de estrangeiros portadores de carteiras modelo 19.

Foi emitido parecer sôbre a possibilidade da dispensa de atestados de saúde para os estrangeiros que venham ao Brasil em caráter temporário, em face do que estipula o Regulamento Sanitário Internacional, esperando-se para breve uma solução do assunto.

A fim de tornar mais eficiente e rápido o expediente da Divisão, foram tomadas certas providências, tais como a adoção de um protocolo interno, a organização de coleções de convênios e circulares de interêsse para a Divisão, e preparo de um modelo de requerimento, destinado às partes, para pedidos de visto permanente.

Embora haja sido adotado um critério mais restritivo do que nos anos precedentes, quanto à concessão de passaportes especiais, estêve bastante movimentado êsse setor,

bem como o da expedição de passaportes diplomáticos e de carteiras de identidade a funcionários estrangeiros não diplomáticos.

Também foram numerosas as declarações apostas em passaportes estrangeiros, quer para efeito de desistência das prerrogativas derivadas de visto diplomático ou oficial, quer para pagamento de emolumentos consulares ou retificação de visto. Outrossim, foram outorgados muitos vistos diplomáticos e oficiais.

A partir de fins de setembro, em conformidade com instruções do Departamento Econômico e Consular, a Divisão de Passaportes passou a não aceitar requerimentos de parentes dos candidatos a visto, que ora se dirigem diretamente às Repartições consulares competentes.

Tal providência resultou em sensível diminuição do volume de expediente.

A incineração dos passaportes peremptos processou-se normalmente.

Resolveu-se um caso antigo, de mil cadernetas de passaportes especiais com numeração repetida, mediante o acréscimo da letra A ao respectivo número, a fim de que possam ser utilizadas.

Expediram-se circulares mensais sobre extravio de passaportes brasileiros e cassação de permanência no Brasil.

Apesar de não pertencer à Divisão de Passaportes o representante do Itamaraty no Instituto de Imigração, foi estreito o contato mantido com aquele órgão.

Pelo Decreto nº 38.315, de 16 de dezembro de 1955, foi expedida nova regulamentação à Lei n.º 2.526, de 5 de julho de 1955. Os turistas cidadãos de países americanos que venham ao Brasil pelo prazo de trinta dias, prorrogável uma vez por igual período, são dispensados

do visto consular e do comparecimento às Repartições consulares, ficando tôda a fiscalização a cargo das próprias companhias transportadoras e das autoridades policiais competentes no Brasil. Espera-se que tal regulamentação, inovadora e liberal, venha a representar um passo decisivo para o incentivo às correntes turísticas provenientes do continente americano.

Parece finalmente normalizado o fornecimento de cadernetas de passaportes comuns à Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras do Departamento Federal de Segurança Pública.

Seguem os seguintes dados estatísticos complementares, que abrangem o período de 1 de novembro a 31 de dezembro de 1955:

Passaportes diplomáticos expedidos	298
Passaportes diplomáticos prorrogados	39
Passaportes especiais expedidos	1.173
Passaportes especiais prorrogados	93
Carteiras de identidade expedidas	138
Carteiras de identidade prorrogadas	180
Vistos diplomáticos	56
Vistos oficiais	121
Cartas de pedido de vistos	2.557
Declarações em passaportes estrangeiros	454
Declarações em passaportes brasileiros	6
Passaportes coletivos especiais	49

7

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PESSOAL

Para a execução de suas multiformes atribuições, o Ministério das Relações Exteriores, quer na Secretaria de Estado, quer no exterior, conta com apenas 1.466 funcionários, dos quais somente 437 fazem parte da Carreira de Diplomata.

Esse pessoal do Itamaraty acha-se distribuído da seguinte maneira:

Na Secretaria de Estado:

Diplomatas	162
Pessoal lotado na Secretaria de Estado	446
	608

No exterior:

Diplomatas	275
Ministros para Assuntos Econômicos	12
Cônsules Privativos	21
Auxiliares Contratados	439
Cônsules Honorários	50
Vice-Cônsules Honorários	61
	858

<i>Total geral: na Secretaria de Estado</i>	608
<i>no exterior</i>	858
	1.466

Ao findar o ano de 1955, o Ministério das Relações Exteriores possuía as seguintes Repartições no exterior:

Embaixadas	40
Delegação junto a Organismos Internacionais	3
Legações	17
Consulados Gerais	25
Consulados de Carreira	38
Consulados Privativos	21
Consulados Honorários	54
Vice-Consulados Honorários	20

Durante o ano findo, foram nomeados e empossados 33 novos Diplomatas, 20 dos quais aprovados em concurso direto e 13 em exames finais no Instituto Rio-Branco.

Preparou a Divisão do Pessoal projeto de decreto sobre a designação de funcionários da carreira de Diplomata para representarem o Brasil em Congressos e Conferências internacionais, bem como projeto de lei relativo à efetivação dos servidores da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Examinou, de igual modo, decreto que altera as épocas de provimento, por promoção, de cargos vagos das classes *L* e *M* da carreira de Diplomata.

Foi acompanhado em suas diversas fases o plano e o projeto da Reclassificação dos Cargos e Funções Públicas da União, ora em exame na Câmara dos Deputados.

Organizou-se e distribuiu-se, mensalmente, a "Lista de distribuição de pessoal na Secretaria de Estado". Foram, igualmente, editadas, "Lista de endereços" e "Listas de pes-

soal", bem como se organizaram e se publicaram novas Listas de antigüidade dos funcionários da carreira diplomática.

Foi objeto de particular diligência a preparação do Anuário de 1955, escoimado desta forma de certas falhas. De igual forma, o Anuário de 1956 foi aprontado e com idêntico cuidado.

Para fins pertinentes, estabeleceu a Divisão do Pessoal, o *curriculum vitae* de diplomatas cujos nomes foram indicados para a chefia de Missões diplomáticas do Brasil e submetidos à apreciação do Senado Federal.

A Divisão ocupou-se, igualmente, com a emissão de cartões de identidade funcional; organização de fichários para a concessão de salário-família; cálculos para gratificações adicionais por tempo de serviço; entrega a funcionários dos documentos de interesse dos mesmos: expediente para verificação do critério da antigüidade e o do merecimento, para fins de promoção ou de melhoria; estabelecimento de fichas de assentamentos individuais; concessão de certidões.

A Comissão nomeada para estudar e alterar, quando necessário, as Tabelas de milhas entre os diferentes postos diplomáticos, ao examinar a questão em todos os seus diferentes aspectos, tem tido como objetivo procurar corrigir as discrepâncias existentes e dar feição mais real a certas dificuldades de rota e de transporte.

Numerosos foram os estudos dos problemas relacionados diretamente com a vida funcional do pessoal do Itamaraty. Além desses trabalhos e de outras atribuições o quadro estatístico seguinte dá uma idéia de conjunto das atividades realizadas durante o ano de 1955.

ANO DE 1955

Expediente em Geral

a) Decretos	356
b) Portarias	190
c) Exposição de motivos	45
d) Expedientes à Secretaria da Presidência da República	30
e) Avisos	25
f) Notas	1
g) Expedientes à Alfândega (isenção de direitos e facilidades aduaneiras)	224
h) Despachos	181
i) Ofícios	378
j) Memorandos	1.027
k) Declarações	158
l) Informações para empréstimos na Caixa Eco- nômica Federal	156
m) Informações para empréstimos no Ipase	63
n) Cartas	82
o) Circulares	11
p) Instruções de Serviço	2
q) Telegramas	370
r) Cartas-Telegramas	1.165
s) «Curriculum Vitae»	10
t) Expedientes à Delegacia do Tesouro em Nova York	1.495

Dados sôbre Pessoal

a) Apresentações	170
b) Partidas	140
c) Falecimentos	9
d) Posse de funcionários	53
e) Exercício de extranumerários	—
f) Certidões	77
g) Despesa Pública	488
h) Fichas para salário-família (pessoal no exterior)	49
i) Fichas para salário-família (pessoal na Secretaria de Estado)	123
j) Registro de certidões	101
k) Cálculos para o efeito de remoções e férias extraordinárias	160

MATERIAL

Foi sobre a Divisão do Material que mais diretamente incidiu o sacrifício que se impôs o Ministério das Relações Exteriores, através do chamado "Plano de Economia do Itamaraty".

Continuaram insolúveis, portanto, os problemas crônicos do Ministério, já realçados no relatório de 1954: a instalação das Missões diplomáticas brasileiras em países de recente independência política ou devastados pela última guerra e onde é enorme a crise de habitação, problema esse que terá de ser resolvido, em grande parte, pela aquisição de prédios pelo Governo do Brasil; a absoluta falta de espaço na Secretaria de Estado, para a localização adequada dos seus vários serviços, ampliados com a participação cada vez mais intensa do Brasil na vida internacional. Tal problema permanecerá em suspenso enquanto não fôr construído o já projetado novo prédio do Ministério das Relações Exteriores. O reduzido número de funcionários da Portaria, em particular de empregados nos serviços de limpeza, conservação e asseio do Palácio Itamaraty e suas dependências e dos motoristas, cria uma situação de que não se pode descurar a Administração, tendo em vista as obrigações de representação do Ministério. E por fim, o pequeno número de automóveis, a serviço do Ministério merece ser assinalado entre os problemas a exigir solução.

Dentro das possibilidades limitadas, conseguiu, contudo, a Divisão do Material, além de atender às necessidades

normais dos diversos serviços do Ministério, no Brasil e no exterior, apresentar uma série de realizações, dentre as quais merecem ser assinaladas as seguintes:

a) reforma total do andar térreo e do 1º e 2º pavimentos do edifício da rua Visconde da Gávea, para instalação da Divisão Econômica;

b) revisão geral e reaparelhamento do sistema de distribuição de água nos prédios do Ministério, inclusive compra e instalação de modernas bombas centrifugas;

c) modernização do aparelhamento dos serviços de mimeografia, fotografia e fotostática, com a reforma dos tanques de chumbo.

Da Divisão do Material, finalmente, partiu a preposta inicial da criação do "Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty", para a guarda e exposição pública de móveis, objetos, alfaias e documentos de valor histórico, artístico ou diplomático existentes no Palácio Itamaraty, ou que venham a ser incorporados ao patrimônio do Ministério, proposta essa consubstanciada no Decreto n.º 38.312, de 15 de dezembro de 1955.

COMUNICAÇÕES

A Divisão de Comunicações expediu, em 1955, 3.642 malas diplomáticas para as Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações junto a Organismos internacionais, tendo sido de 3.664 o número de malas diplomáticas recebidas.

No mesmo período, foram expedidos 5.989 telegramas e recebidos 6.225, assim como foram expedidas 9.955 cartas-telegramas e recebidas 8.789.

Foram recebidos, revistos e protocolados, durante o ano de 1955, cêrca de vinte e cinco mil documentos.

Pela Seção de Expedição foram encaminhados 74.190 ofícios e cartas, e 25.975 impressos, com a despesa total de Cr\$ 263.916,70.

ORÇAMENTO

No desempenho normal de suas atribuições, compreendendo as medidas relacionadas com a previsão e execução orçamentárias, a Divisão do Orçamento desenvolveu, em 1955, a atividade que abaixo se resume.

CRÉDITOS ADICIONAIS

Foram solicitados ao Congresso Nacional os seguintes créditos suplementares, num total de Cr\$ 11.831.372,30 (onze milhões, oitocentos e trinta e um mil e trezentos e setenta e dois cruzeiros e trinta centavos):

	Cr\$
Suplemento às verbas 1 — 6 — 04 — 1 — 04 — 06 (Cr\$ 4.800.000,00) e 1 — 6 — 04 — 2 — 04 — 06 — 1 (Cr\$ 4.400.000,00) respectivamente Abono de Emergência para o pessoal permanente e em disponibilidade, e Abono de Emergência para o pessoal extranumerário	9.200.000,00
Suplemento à verba 3 — 3 — 25 — 11 — 2. Abono Especial Temporário aos Servidores Civis da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Primeira Divisão	746.092,30
Suplemento à verba 3 — 3 — 25 — 11 — 2. Abono Especial Temporário aos Servidores Civis da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Segunda Divisão	935.280,00
Suplemento à verba 3 — 1 — 04 — 04 — 3. Iluminação, força-motriz e gás	300.000,00

Suplemento às verbas 1 — 6 — 04 — 2 — 04 — 06 — 2. (Cr\$ 450.000,00) e 1 — 6 — 04 — 2 — 04 — 06 — 3 (Cr\$ 200.000,00). Abono de Emergência ao pessoal extranumerário de Missões Diplomáticas e Repartições consulares	650.000,00
Total	<u>11.831.372,30</u>

CRÉDITOS ESPECIAIS

Os créditos especiais solicitados somaram a importância de Cr\$ 105.860.000,40 (cento e cinco milhões, oitocentos e sessenta mil cruzeiros e quarenta centavos):

	Cr\$
Gratificação por serviço técnico ao Dr. Paulo Miranda	37.596,00
Gratificação por serviço, com risco de vida, a Nair Oliveira, no período de 9-3-54 a 31-12-55	22.404,40
Crédito Especial à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana	90.000.000,00
Pagamento das despesas decorrentes do reajustamento de salários na Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, no período de abril a dezembro de 1954	15.000.000,00
Regularização das despesas efetuadas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina, reunido em 1953, cujos gastos importaram em Cr\$ 1.800.000,00 e para os quais já foi autorizada a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 pela Lei n.º 2.365, de 7 de dezembro de 1954 ..	800.000,00
	<u>105.860.000,40</u>

ABERTURA DE CRÉDITOS ESPECIAIS AUTORIZADOS

O Ministério providenciou os expedientes necessários à abertura de todos os créditos adicionais autorizados em Lei:

	Cr\$
Lei n.º 2.272, de 26-7-55.	
Pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos do Petróleo	1.450.700,00
Lei n.º 2.387, de 4-1-55.	
Regularização das despesas de instalação e com o pessoal brasileiro da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Desenvolvimento Económico	800.000,00
Lei n.º 2.485, de 13-5-55.	
Regularização das despesas efetuadas com a execução e transporte até seu destino de um monumento a José Bonifácio, oferecido à cidade de Nova York	1.500.000,00
Lei n.º 2.486, de 13-5-55.	
Regularização das despesas efetuadas com a construção de um pedestal para a estátua do Barão do Rio-Branco, em Uruguaiana, Rio Grande do Sul	250.000,00
Lei n.º 2.487, de 13-5-55.	
Regularização das despesas efetuadas com a contribuição do Brasil para o programa ampliado de Assistência Técnica da O.N.U., no exercício de 1953.	850.000,00
Lei n.º 2.272, de 26-7-55.	
Regularização da antecipação feita à Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo	2.675.341,10
Lei n.º 2.292, de 23-8-54.	
Despesas decorrentes das visitas ao Brasil do Presidente da República do Peru e do Ministro das Relações Exteriores do Equador	3.000.000,00

EMPENHOS E ADIANTAMENTOS

O total de empenhos extraídos se elevou a 127, no valor de Cr\$ 30.180.324,30.

REQUISIÇÃO DE ADIANTAMENTOS

Foram requisitados 38 adiantamentos, no valor total de Cr\$ 20.225.928,00.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

À Diretoria da Despesa Pública foram remetidas 37 prestações de contas, no total de Cr\$ 23.753.586,70; e à Diretoria Geral do Departamento Federal de Compras, 5 prestações de contas, no total de Cr\$ 312.500,00.

PLANO DE ECONOMIA NA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA 1955

Em cumprimento à determinação de ordem geral, no sentido de que os Ministérios e demais órgãos da Administração se comprometessem, no exercício de 1955, a reduzir os gastos de modo a combater, na execução orçamentária, o *deficit* previsto, foi preparado o "Plano de Economias" do Itamaraty — de acordo com o qual deixaram de utilizar-se Cr\$ 54.432.705,00 de seu Orçamento de Despesa. Releva notar que parte desse saldo correspondeu a uma economia em dólares — US\$ 1.179.127.80.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

BIBLIOTECA

A Biblioteca tem procurado manter seu acervo atualizado através de compras efetuadas nas livrarias dessa Capital ou através das Missões diplomáticas. As encomendas feitas por intermédio das Missões brasileiras no exterior muito beneficiam o serviço de aquisição, pois os livros são comprados diretamente nas editôras.

Serviço de entrada

O serviço de entrada continua elaborando, mensalmente, a «Bibliografia Mensal» que é distribuída pelas seções do Ministério, Missões diplomáticas nacionais e estrangeiras, Repartições públicas e estudiosos interessados em acompanhar as novas aquisições da Biblioteca. Entraram, durante o ano de 1955, 1.156 obras, total relativo a 1.759 volumes e folhetos sobre vários assuntos, tendo sido dispensada especial atenção à aquisição de obras sobre política, direito, história e economia.

Classificação e catalogação

No intuito de aperfeiçoar o serviço de classificação foi encomendado, à Embaixada em Haia, a última edição da «Classification décimale universelle», publicada pela Fédération Internationale de Documentation (6, Willem Witsenplein).

Além dos trabalhos normais de catalogação têm merecido particular atenção as pesquisas sobre autores. Ao mesmo tempo que se elabora o fichário de identidade, indicando a entrada do autor, a ser adotado em definitivo pela Biblioteca, processa-se a uniformização dos autores, mediante correção das entradas já existentes, nos catálogos de autor, título, assunto, topográfico e coleções.

A Biblioteca do Itamaraty pretende, para melhor atender às necessidades do Ministério e ao número sempre crescente de seus consulentes, organizar um catálogo dicionário (autor, título e assunto), numa só ordem alfabética e ao alcance do leitor.

Serviço de empréstimo

O movimento sempre crescente do Serviço de Empréstimo levou-o a ampliar seus trabalhos e colocá-los sob a responsabilidade de uma bibliotecária e uma bibliotecária-auxiliar, que se incumbem não só do empréstimo de livros aos consulentes do Itamaraty, e outras bibliotecas, mas também da distribuição de obras ofertadas. A Biblioteca tem procurado, na medida do possível, atender aos pedidos formulados pelas Missões diplomáticas, Repartições oficiais e particulares. Em 1955 a Biblioteca atendeu a 4.508 consulentes que requisitaram 6.833 obras.

Periódicos

O inventário da Seção de Periódicos tem prosseguido normalmente, e, a fim de completar as coleções existentes na Biblioteca, foram solicitados vários números do «Bulletin of the Department of State»; do «Diplomatic relations of the United States»; e do «Anuario de historia del derecho español», respectivamente às Embaixadas em Washington

e Madrid. Foram incorporados ao acervo da Biblioteca os seguintes periódicos: «Cuadernos hispanoamericanos» e o «Annuaire Européen».

Encadernação

A Biblioteca deu especial cuidado ao problema de encadernação. Como a oficina do Ministério, por falta de pessoal, apenas encadernou 1.263 volumes, fôí necessário enviar os demais para oficinas particulares onde foram encadernados 401 volumes em brim, 103 volumes três quartos em couro e restaurados 78 volumes do «Jornal do Comércio».

Restauração

Os três exemplares do Barléus pertencentes à coleção Varnhagen, a exemplo do Rugendas e do Debret, foram enviados à Embaixada em Londres a fim de que a firma «Sangorski & Stuccliffe», que havia anteriormente restaurado e reencadernado as obras acima citadas se incumbisse desse trabalho. Todavia, após examinar os referidos exemplares, a citada firma declarou estarem em tão mau estado que seria aconselhável sua incineração, aproveitando-se-lhes, somente, as gravuras. Tratando-se, porém, de exemplares de obra rara e valiosa, resolveu a Biblioteca confiá-los aos cuidados da Embaixada em Roma, a fim de que fôsse consultado, naquela capital, o «Instituto de Patologia del Libro», órgão especializado em restaurar livros considerados perdidos.

Visitas

A Biblioteca recebeu a visita do Doutor Sérgio Buarque de Hollanda, Diretor do Museu Paulista, que teve conhecimento, por intermédio do Senhor Manoel Bandeira, da existência, nesta Biblioteca, da obra «Sir Juana Ines de la Cruz».

Também o Doutor Wanderley Pinho consultou os «Códices Gaspar de Souza e Conde da Torre», solicitou cópias fotostáticas e autorização para copiar trechos dos referidos códices para a seção de História do Brasil da Biblioteca da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia.

Colaboração

A Biblioteca do Itamaraty tem procurado entrar em contacto com várias Bibliotecas do Distrito Federal e dos Estados a fim de colaborar, na medida do possível, enviando duplicatas, completando coleções ou ainda fornecendo obras, sob empréstimo, para cursos ou exposições. Obedecendo a tal diretriz foram-lhes enviadas, depois de cuidadosa seleção, várias duplicatas.

Estantes

Com o considerável desenvolvimento da Biblioteca, o espaço para localização de livros tornou-se insuficiente, motivo pelo qual foram instaladas, em 1954, estantes no 2.º e 3.º andares do Armazém de livros, completando assim a pequena área disponível para esse fim. Todavia, o andar térreo, onde estão localizados os periódicos, acha-se completamente lotado, não existindo lugar para novas estantes. Dessa maneira, o porão foi adaptado para que ali fôssem arrumadas as coleções menos consultadas. A instalação, que inicialmente era bastante deficiente em virtude de compor-se de estantes de madeira, possui agora, a exemplo do Armazém de livros, estantes de aço. Tal medida muito beneficiou a seção de periódicos, permitindo que os *Diários Oficiais*, *Diários do Congresso* e *Diários da Justiça*, coleções que tomam muito espaço, fiquem convenientemente arrumadas e com fácil acesso para consulta.

Biblioteca da O. N. U.

Com o movimento crescente da Biblioteca de obras publicadas pela O.N.U. e com o aumento cada vez maior de seus consulentes, em grande parte das Divisões Política e Econômica, vê-se a Biblioteca do Itamaraty novamente na contingência de procurar ampliar o local destinado àquele setor.

BIBLIOTECA
MOVIMENTO NO ANO DE 1955

	OBRAS GERAIS			PERIÓDICOS		
	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS
Assinaturas de procedência nacional.....	—	—	—	1	33	48
Assinaturas de procedência estrangeira.....	3	4	—	1	410	1.091
Compradas no Brasil.....	697	836	20	8	45	10
Compradas no estrangeiro.....	13	43	—	1	23	6
Doações de procedência nacional.....	274	270	230	8	284	202
Doações de procedência estrangeira.....	213	285	114	—	70	212
Permutas de procedência nacional.....	—	—	—	—	—	—
Permutas de procedência estrangeira.....	—	—	—	—	—	—
Soma do mês — ANO.....	1.200	1.447	370	14	830	2.220
Transporte do mês anterior.....	—	—	—	—	—	—
SOMA.....	1.200	1.447	370	14	830	2.220
BAIXAS.....	44	80	8	—	—	36
TOTAL LIQUIDO.....	1.156	1.367	362	14	830	2.184
Acervo (vols. + folhetos).....		1.750			3.023	
TOTAL GERAL.....			4.782			

	DIAS ÚTEIS	CONSULENTES	VISITANTES	VOLUMES		
				ENCADERNADOS	RETRAVIADOS	INQUISITADOS
DURANTE O MÊS.....	300	4.508	—	1.203	—	6.833
TRANSPORTE.....	—	—	—	—	—	—
TOTAL.....	300	4.508	—	1.203	—	6.833

DISTRIBUIÇÃO DE IMPRESSOS

Durante o ano de 1955 o Depósito de Impresses atendeu a elevado número de pedidos de publicações editadas pelo Ministério, e de livros existentes no Depósito para distribuição.

Tais pedidos, num total de 3.089, constaram de livros de direito, de assuntos sociais, comerciais, de história geral, relatórios, publicações periódicas e folhetos.

Eis o quadro comparativo de distribuição de impressos desde 1951 até 1955.

A N O	1951	1952	1953	1954	1955
Obras gerais.....	9.890	7.314	4.939	5.601	4.368
Periódicas.....	1.443	1.455	1.071	3.128	1.553
Relatórios do M nistério.....	94	374	941	78	106
Folhetos diversos.....	507.370	512.356	811.142	176.899	167.062

MAPOTECA

Prosseguiram normalmente as atividades da Mapoteca no decorrer de 1955, assim discriminadas:

Foram registradas e incorporadas às suas coleções cartográficas, as seguintes peças, adquiridas por compra ou doação:

Mapas e cartas geográficas	307
Atlas	6
Impressos diversos (livros, catálogos, etc.)	10
Total	323

Somados êsses números ao acervo já existente, ficou a Mapoteca, ao findar o ano, com o seguinte patrimônio:

Mapas e cartas geográficas	12.346
Atlas	248
Impressos diversos (livros, catálogos, etc.)	206
<hr/>	
Total	12.800

Catálogo

O novo catálogo móvel da Seção, que vem sendo elaborado desde 1950 e que deverá substituir o existente, já arcaico e bastante incompleto, foi acrescido, no decorrer de 1955, com mais 540 fichas descritivas, organizadas segundo as normas atualmente em uso e adotadas para a classificação e catalogação do material geográfico.

Movimento de consultas e requisições

Além das consultas realizadas na própria Seção, cujo número tem aumentado nestes últimos anos, e dos empréstimos facultados quase que exclusivamente a funcionários do Ministério ou às Comissões Demarcadoras de Limites, atende também a Mapoteca, na medida de suas possibilidades, aos pedidos de mapas, vindos do exterior, principalmente das nossas Missões diplomáticas e Repartições consulares, ou ainda de instituições e universidades estrangeiras.

No entanto, as requisições mais comuns são as de fotocópias de mapas antigos ou de originais.

Em 1955, as diferentes modalidades de consulta ou requisições abrangeram o total de 576 peças.

Exposições

De 1.º de janeiro a 22 de setembro figuraram na «Exposição Histórica de São Paulo no quadro da História do Brasil» 162 peças cartográficas pertencentes às coleções

da Mapoteca — as mais valiosas do seu acervo — no valor de Cr\$ 2.085.700,00.

A Exposição em aprêço teve caráter internacional e dela participaram Portugal, Espanha, França, Áustria e Itália.

Independente do empréstimo, elaborou a Mapoteca um catálogo das peças cedidas, o qual foi incluído no catálogo geral da Exposição.

Atendendo ao convite que lhe dirigiu a Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia, a realizar-se no Rio de Janeiro, em agosto do corrente ano, participou a Mapoteca, no decorrer de 1955 de diversas reuniões da Sub-Comissão responsável pela Exposição Cartográfica e Geográfica que será realizada por ocasião daquele certame. Para tal Exposição a Mapoteca contribuirá com inúmeras peças do seu acervo, representativas da evolução do conhecimento geográfico de várias regiões do Brasil.

Contribuições ao XVIII Congresso Internacional de Geografia

Elaborou a Mapoteca, no decorrer de 1955, duas monografias a serem apresentadas à Seção XI — Geografia Histórica e Política do próximo Congresso Internacional de Geografia, intituladas:

1) «Trabalhos geográficos e cartográficos elaborados pelas Comissões luso-espanholas Demarcadoras dos Limites na América Meridional, decorrentes do Tratado de Madrid de 1750»;

2) «Trabalhos geográficos e cartográficos elaborados pelas Comissões luso-espanholas Demarcadoras dos Limites na América Meridional, decorrentes do Tratado de S. Ildefonso, de 1777».

Atendendo a uma solicitação do Sr. Waldemar Lefèvre, Diretor do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, organizou a Mapoteca, durante o ano de 1955, o «Catálogo dos mapas do Estado de São Paulo existentes na Mapoteca do Itamaraty», constante de 300 fichas descritivas, trabalho esse que se destina a integrar uma bibliografia geográfica sobre São Paulo a ser apresentada, por aquele Instituto, ao próximo Congresso Internacional de Geografia.

História da formação territorial do Brasil

Sob esse título foi apresentado no mês de agosto o plano de um trabalho a ser publicado futuramente em volumes, e cujo conteúdo se dividirá em duas partes: a primeira dedicada ao relato dos episódios que, cronologicamente, durante quatro séculos e meio, assinalaram o descobrimento, conquista, defesa, legitimação e demarcação da área territorial que hoje constitui o Brasil; a segunda, compreendendo a documentação histórica e cartográfica correspondente, e bibliografia.

Dando início à realização desse trabalho, realizou-se durante o ano de 1955 o levantamento preliminar da documentação cartográfica a ser incluída e descrita, num total de 7.000 mapas; e o relacionamento da documentação histórica (manuscrita ou impressa) e da bibliografia, referente a cada volume, num total de 15.000 fichas.

PUBLICAÇÕES

O número de obras e trabalhos editados em 1955 pela Seção de Publicações do Serviço de Documentação foi de cinquenta e sete, com três mil e trinta páginas e a tiragem global de quarenta e dois mil e noventa exemplares.

Da relação abaixo constam não só as obras e trabalhos impressos durante o ano próximo findo, mas também as que se encontram em fase final de composição:

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS INTERNAS DE CARÁTER ADMINISTRATIVO

Anuário de 1955 (458 páginas).

Tabela Explicativa do Orçamento da Despesa do Ministério das Relações Exteriores (20 páginas).

LISTAS DIPLOMÁTICAS

Doze — de janeiro a dezembro (1.248 páginas).

Lista do Corpo Consular Estrangeiro (76 páginas).

ATOS INTERNACIONAIS

15 — Convenção de Direito Internacional Privado. (134 págs.).

21 — Convenções de Direito Internacional Público. (76 págs.).

319 — Protocolo de Torquay ao Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio. (38 págs.).

325 — Brasil-Islândia — Ajuste de Comércio.

326 — Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas. (44 págs.).

339 — Brasil-Portugal — Acôrdo sôbre Transportes Aéreos. (19 págs.).

349 — Brasil-Suíça — Substituição dos Quadros de Rotas Anexos ao Acôrdo sôbre Transportes Aéreos Regulares de 10 de agosto de 1948. (12 págs.).

350 — Convenção Internacional para a Marcação de Ovos no Comércio Internacional. (21 págs.).

351 — Protocolo Modificativo da Convenção Assinada em Bruxelas a 5 de julho de 1890. (24 págs.).

352 — Convenção (n.º 92) relativa ao Alojamento da Tripulação a Bordo (revista em 1949). (45 págs.).

353 — Brasil-França — Modificações introduzidas no quadro de rotas anexo ao acôrdo sôbre transportes aéreos entre o Brasil e a França, firmado em Paris a 27 de janeiro de 1947. (12 páginas).

348 — Brasil-Portugal — Modificações introduzidas no quadro de rotas II anexo ao Acôrdo sôbre Transportes Aéreos de 10 de dezembro de 1946 (8 páginas).

354 — Brasil-Itália — Modificações introduzidas no quadro de rotas anexo ao acôrdo sôbre transportes aéreos entre o Brasil e a Itália, firmado no Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 1951. (8 páginas).

355 — Brasil-Uruguai — Prorrogação do prazo de vigência do Tratado de Comércio e Navegação de 25 de agosto de 1933. (6 págs.).

356 — Brasil-Espanha — Prorrogação do prazo de validade do ajuste de comércio de 24 de agosto de 1952. (6 páginas).

357 — Brasil-Portugal — Tratado de Amizade e Consulta. (6 páginas).

358 — Brasil-França — Prorrogação do prazo de validade do acôrdo comercial de 1953. (6 páginas).

359 — Brasil-Itália — Modificações no ajuste de pagamentos concluído entre o Banco do Brasil e o Ufficio Italiano dei Cambi, em 5 de julho de 1950. (6 páginas).

360 — Brasil-Japão — Prorrogação do prazo de validade das listas de mercadorias do ajuste administrativo de comércio de 12 de setembro de 1952. (8 páginas).

361 — Brasil-Alemanha — Retificação do acôrdo sôbre as convenções dos acôrdos a respeito de marcas de fábrica, propriedade industrial e direitos autorais concluídos no Rio de Janeiro a 4 de setembro de 1953. (6 páginas).

362 — Convenção Internacional, assinada em Sèvres a 6 de outubro de 1921, que modificou a convenção do metro, firmada em Paris a 20 de maio de 1875, e seu regulamento anexo. (32 páginas).

363 — Tratado de Comércio e Navegação Fluvial de 12 de agosto de 1910 (Brasil-Bolívia). (28 páginas).

364 — Brasil-Estados Unidos da América — Ampliação e Prorrogação do Acôrdo para a realização do programa de cooperação em matéria de saúde, de 27 de dezembro de 1950, e do acôrdo de 14 de março de 1942. (9 páginas).

365 — Acôrdo para a revisão e renovação do Acôrdo Internacional do Trigo, concluído em Washington a 13 de abril de 1953, por ocasião da segunda parte da VIII Sessão do Conselho Internacional do Trigo. (77 páginas).

365 — Acôrdo Sanitário Panamericano. (15 páginas).

367 — Protocolo anexo ao Código Sanitário Panamericano, concluído em Havana a 24 de setembro de 1952 por ocasião da sexta reunião do Conselho Diretor da Organização Sanitária Panamericana. (8 páginas).

368 — Acôrdo relativo à concessão de facilidades aos marinheiros mercantes para o tratamento de doenças venéreas. (12 páginas).

369 — Brasil-Chile — Convênio de Trânsito de passageiros e turismo entre o Brasil e o Chile firmado no Rio de Janeiro em 4 de julho de 1947. (8 páginas).

370 — Protocolo de emenda da Convenção para a repressão de tráfico de mulheres e crianças. (23 páginas).

371 — Brasil-Suécia — Acôrdo para proteção das marcas industriais e comerciais. (8 páginas).

372 — Brasil-Reino Unido — aplicação administrativa do acôrdo sobre o Serviço Militar. (6 páginas).

373 — Carta da Organização dos Estados Americanos. (34 páginas).

DIVERSOS:

"As Nações Unidas" — Henrique de Sousa Gomes (20 páginas).

III volume dos Anais do I Congresso Nacional de Folclore (357 páginas).

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional n.º 13-14, ano VII (148 páginas).

Bibliografia de História do Brasil (1950-1967 págs.).

Processos Técnicos de Compilação Bibliográfica — Irene Menezes Dória (30 páginas).

Euclides da Cunha no Itamarati — Renato Almeida
(18 páginas).

Pareceres da Consultoria Jurídica.

Bibliografia de História do Brasil (1951).

Programa da visita ao Brasil do Cardeal Aloysio Ma-
sella.

Programa da visita ao Brasil do Ministro das Reia-
ções Exteriores do Uruguai.

OBRAS EM ANDAMENTO

Ilmar Penna Marinho — Tratado sobre a Nacionalidade
(1.º e 2.º volumes).

Fernando Azevedo — Cultura Brasileira.

Livro Primeiro do Brasil.

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacio-
nal (ns. 15 e 16).

Afonso Toledo Bandeira de Mello — O Espírito do
Pan-Americanismo.

Além de dirigir a edição das obras e trabalhos mencio-
nados, cuidou a Seção de Publicações de encadernações espe-
ciais e, sobretudo, contribuiu com uma parte de sua verba
para a restauração de obras raras da Biblioteca do Minis-
tério e para a publicação de boletins do Serviço de Informa-
ções intitulados «Itamaraty».

ARQUIVO HISTÓRICO

O Arquivo Histórico prosseguiu na sua dupla função
de atender aos consulentes que, em número crescente, pro-
curam sua valiosa documentação, e de organizar os serviços
de catalogação, além das atividades burocráticas do forne-
cimento de certidões. Para preservação dos documentos con-
tinua a ser feita a sua encadernação sistemática.

O movimento de consultas foi de 1.574 volumes enca-
dernados e de 38.000 documentos.

Estão em estudos os meios de defender os documentos em guarda no Arquivo, quer pela refrigeração de seus depósitos, quer pela microfilmagem.

Foram enviados à Exposição "France et Brésil" organizada pelos "Archives Nationales" em Paris, preciosos documentos relativos às nossas relações com a França, entre os quais o decreto de nomeação por D. João VI do primeiro cônsul do Brasil em Bordeaux, em 1820, e as cartas de ratificação do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, entre Brasil e a França, assinadas nas Tulherias por Carlos X, em 19 de março de 1826, e do contrato de casamento da Princesa Francisca-Carolina, filha de D. Pedro I, com o Príncipe de Joinville, assinado por Luis Felippe, nas Tulherias, em 30 de abril de 1843.

GABINETE FOTOGRAFICO E FOTOSTÁTICO

O Gabinete Fotográfico e Fotostático atendeu, no 1.º semestre do ano passado, a 21 pedidos de cópias fotostáticas, num total de 703 provas no tamanho 46 × 64 cm.

Para a Divisão Cultural foram feitas e entregues, no mesmo período, 7.500 provas no tamanho de 18 x 24 cm.

No segundo semestre foram atendidos 28 pedidos, num total de 326 cópias fotostáticas no tamanho de 46 x 64 cm, além de 2 pedidos de reproduções e cópias fotográficas no total de 54 provas tamanho 18 x 24 cm.

Para a Divisão Cultural foram feitas ainda no referido período 1.600 provas em tamanho 18 × 24 cm.

Movimento geral durante o ano de 1955:

Pedidos fotostáticos	49
Cópias	1.029
Pedidos fotográficos	4
Cópias	9.640

MECANOGRAFIA

Além dos trabalhos de rotina, isto é, preparação de despachos, despachos verbais, notas, notas-verbais, cartas, exposição de motivos, avisos, decretos, portarias, pareceres, leis, e de decretos, quase todos com anexos em vários idiomas, dos quais a Seção possui elementos de controle, foram elaborados outros tantos expedientes, tais como acordos internacionais, cópias avulsas, expedientes de caráter sigiloso e muitos outros que, pela sua natureza, não foi possível fazer constar do quadro estatístico anexo.

A Seção de Dactilografia funciona das 9 às 19 horas, portanto 10 horas ininterruptamente.

Depois das 18 horas permanece na sala, de plantão, uma funcionária, que só se retira com a saída do Secretário Geral ou com autorização de seu gabinete.

Nas modificações havidas no sistema de trabalho cumpre ressaltar a inovação no registro de entrada e saída do expediente, anteriormente efetuado em livro especial, o que exigia o tempo integral de uma funcionária e não oferecia grandes facilidades, quando se necessitava informar se determinado expediente havia ou não passado pela Seção. Foi adotado o sistema de interpolação de uma cópia amarela a mais em todos os trabalhos dactilográficos, para ficar arquivada em pastas correspondentes às Divisões ou Departamentos em que se originou a minuta. Essa medida de caráter experimental, pelos bons resultados obtidos, pela

segurança e rapidez com que se pode informar do recebimento, execução ou destino de determinado trabalho, pelo tempo que se ganhou e, sobretudo, pela aquisição de mais uma funcionária para o serviço, antes ocupada unicamente com o registro de entrada e saída, passou a ser definitiva. Com o arquivamento das "amarelinhas", que é sempre feito no fim do dia e em apenas alguns minutos, evita-se a repetição de um expediente, em virtude da existência indevida de duas minutas idênticas.

Foram criados dois fichários a fim de auxiliar a revisão dos expedientes que chegam. São eles o fichário de nomes e endereços das autoridades, e o de assinaturas e rubricas dos funcionários redatores de minutas.

O primeiro destina-se a verificar e corrigir os nomes, títulos e endereços dos destinatários. Para ser mantido em dia, é constante a vigilância exercida nas modificações ministeriais, nas chefias e nas presidências das autarquias, nas autoridades estaduais e até mesmo nas internacionais. Da sua eficiência não se tem beneficiado apenas a Dactilografia: diversas Divisões dele, constantemente, se têm valido.

O segundo, o de rubricas e assinaturas, foi criado para evitar os erros na indicação das iniciais do responsável pela redação das minutas e para identificar o funcionário a quem se deve dirigir no caso de se ter que dirimir dúvidas sobre algum expediente. Para organizá-lo, foram distribuídas fichas a todos os funcionários do Itamaraty, solicitando-se-lhes a devolução com a sua assinatura e rubrica, a fim de serem arquivadas de acordo com a lotação. Com esse fichário desapareceram as dúvidas quanto à identidade dos redatores e, sobretudo, já não aparecem nas cópias dos anexos, remetidos do exterior, as fastidiosas e imperdoáveis indicações: *assinatura ilegível*.

O «Manual de Dactilografia» organizado com o concurso das funcionárias do Serviço e que teve como escopo reunir em um livro as diversas determinações sobre a execução dos mais variados expedientes, permitiu que muitas funcionárias, recém-admitidas, abreviassem o seu tempo de aprendizagem e que muitos trabalhos adquirissem uniformidade. Pela utilidade das informações a todos os que trabalham em máquina de escrever, foi tirado um número de exemplares superior ao requerido pela Seção de Dactilografia, a fim de atender a pedidos de diversos chefes de Divisões e Departamentos.

MOVIMENTO DA SEÇÃO DE DACTILOGRAFIA

	Número de expedientes	Número de páginas
Gabinete do Ministro de Estado	109	156
Secretaria Geral	20	42
Departamento Político e Cultural	2	4
Divisão Política	1.351	2.095
Divisão Cultural	423	612
Divisão do Cerimonial	507	805
Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais	730	988
Divisão de Fronteiras	48	93
Departamento Econômico e Consular	41	222
Divisão Econômica	3.063	5.030
Divisão de Passaportes	1.847	2.595
Divisão Consular	2.637	3.493
Departamento de Administração	50	111
Divisão do Pessoal	253	421
Divisão do Material	26	48
Divisão do Orçamento	84	180
Divisão de Comunicações	8	17
Arquivo	2	4
Serviço de Documentação	15	28
Biblioteca	3	7
Mapoteca	2	4
Seção de Publicações	3	5

Serviço Jurídico	6	82
Serviço de Informações	1	3
Instituto Rio-Branco	4	9
Comissão Nacional de Assistência Técnica ..	21	29
Serviço de Segurança Nacional	26	39
Ordem Cruzeiro do Sul	22	28
Instituto Brasileiro de Cultura e Ciência	2	3
Serviço de Conservação do Patrimônio	12	18
Comissão de Reparações de Guerra	4	41
Diversos	386	584
Total	<u>11.708</u>	<u>17.796</u>

ARQUIVO

O espaço reservado no Itamaraty ao Arquivo é quase o mesmo que em 1930. Naquela época, entretanto, existiam, talvez, 10.000 maços; hoje há, certamente, mais de 100.000.

A fim de minorar tal situação mudou-se a posição dos armários, conseguindo-se colocar mais sete armários de aço no «arquivo de maços».

Essa medida não resolveu o problema e foram tomadas várias outras providências.

ARQUIVO DE MAÇOS TRANSFERIDOS

No novo «Arquivo de Maços Transferidos» foram colocadas caixas de metal com um total de 4.896 maços transferidos.

Com essa medida, as instalações do Arquivo estão em condições de funcionar normalmente 3 ou 4 anos mais.

Os «dossiers» transferidos para o novo «Arquivo de Maços Transferidos» foram preparados, colocados em capas apropriadas e numeradas, eliminadas as duplicatas e multiplicatas de documentos sem importância, e recortados os artigos de jornais referentes ao assunto.

MUDANÇA DA "CARTEIRA DE ENTRADAS"

A «Carteira de Entradas» foi instalada na sala de espera da Divisão de Passaportes, voltando a ficar subordinada à Divisão de Comunicações.

Foram as seguintes as vantagens da referida mudança:

a) colocada em local mais acessível; o público, para dar entrada em seus documentos, não terá mais que percorrer quase todo o Ministério;

b) ajudou a resolver o problema da falta de espaço no Arquivo.

MÁQUINA PARA CÓPIAS FOTOSTÁTICAS

A carência de pessoal se faz notar, principalmente, no serviço de dactilografia.

Diariamente entram no Arquivo cerca de 60 a 80 documentos que são copiados à máquina para distribuição pelas respectivas Divisões.

Essa tarefa era feita por 3 dactilógrafas que, pelo vultoso número de papéis, não conseguiam manter em dia o trabalho.

Para resolver tal problema foi adquirida uma máquina fotostática "Cormac", já utilizada pela Delegação do Brasil junto à O.N.U. e pelo nosso Consulado Geral em Nova York com resultados satisfatórios.

Pela sua simplicidade, facilidade de manejo, rapidez (30 segundos para cada cópia), segurança, perfeição e fidelidade da cópia, a referida máquina tem sido usada com ótimos resultados.

ESTATÍSTICA

As estatísticas existentes no Arquivo eram, muitas vezes, falhas e não obedeciam a um critério uniforme. Desde 1952 com o controle feito através de novos protocolos, foi possível apresentar dados mais precisos.

Eis a estatística das atividades do Arquivo no último quinquênio:

	1950	1951	1952	1953	1954	1955 (10 meses)
Assuntos						
M. consulta- dos	8885	9064	9230	9570	8878	7936
M. revistos .	534	1327	980	58	1650	1502
M. transferi- dos	513	1441	—	—	1937	470
M. extravia- dos	9	6	—	—	5	—

ÍNDICE DECIMAL PARA A CLASSIFICAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA

Em 7 de abril de 1952, por portaria do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador João Neves da Fontoura, foi criada a Comissão de Revisão do Índice Decimal para a Classificação da Correspondência do Ministério das Relações Exteriores (C.R.I.D.).

A C.R.I.D. foi integrada não só pelas classificadoras do Arquivo, mas também por funcionários da carreira especializados nos diversos assuntos a serem tratados.

A C.R.I.D. não conseguiu, porém, em virtude da saída para o exterior de alguns dos seus membros, terminar os seus trabalhos.

A última edição do «Índice Decimal para a Classificação da Correspondência» é de 30 de setembro de 1934, data em que foram introduzidos no mencionado «índice» os últimos acréscimos e modificações.

O grande número de organismos internacionais, a proliferação de Comissões nacionais e internacionais, bem como

a crescente subdivisão do trabalho através de novas especializações, exigiam a reorganização de C.R.I.D., a fim de ultimar o trabalho imperioso de atualização do «Índice de Classificação Decimal».

Assim sendo, por portaria de 22 de julho de 1954, foi nomeada nova «Comissão para a Revisão do Índice de Classificação Decimal».

A referida Comissão chegou à conclusão de que se impunha, mais do que uma simples revisão, uma verdadeira reforma sistemática do Índice. Do exame pormenorizado do atual Índice Decimal para a Classificação da Correspondência, de sua comparação com similares estrangeiros e seguindo as normas da primeira Comissão, foram adotadas as seguintes diretrizes gerais:

a) evitar mais de uma classificação para assuntos diversos, mas de diferenciação abstrata, ou dependente de ponto de vista;

b) dar a mesma classificação a assuntos que, embora distintos do ponto de vista teórico ou metodológico, constituem, na prática, meras fases de um processo uno;

c) repudiar o atual sistema de classificação da mesma matéria em mais de uma classe, e adotar uma distribuição da matéria por classes, em função exclusiva de sua natureza, evitando, assim, que um assunto esteja em mais de uma classe;

d) suprimir as classes supérfluas e criar uma classe para os «Organismos e Conferências Internacionais»;

e) organizar um resumo do «Índice Decimal para a Classificação da Correspondência» para uso das Missões diplomáticas, Repartições consulares e Delegações permanentes do Brasil junto aos Organismos Internacionais, que facilitará não só a classificação dos documentos mas, principalmente, a organização de seus arquivos.

Após um ano de trabalho, terminou a tarefa da Comissão.

MICROFILMAGEM

A arquivística, com o correr dos tempos, vem sofrendo transformações radicais não só na sua parte técnica, mas também na científica. Hoje em dia, não se compreende mais o arquivo, cheio de papéis e documentos, ocupando enorme área. Nos tempos modernos, com carência de espaço e de tempo, milhões de documentos são arquivados em pequenas caixas, em filmes de 16 mm. e 35 mm. Em poucos metros de filme podemos fotografar milhares de documentos.

O sistema de «microfilmagem» é atualmente usado pela maioria dos grandes arquivos e, sem dúvida, seria solução ideal para o Arquivo do Itamaraty, principalmente na parte que diz respeito ao Arquivo Histórico para facilitar a consulta dos documentos e a sua preservação. Por isso mesmo estão em andamento estudos destinados a instalar o mais breve possível esse melhoramento técnico nos serviços de documentação do Itamaraty.

O LIVRO "BRASIL — 1955"

O livro "Brasil", que vem sendo oficialmente editado pelo Itamaraty desde 1932, tem sofrido interrupções na sua periodicidade, o que, de certo modo, é natural, dadas as circunstâncias de sua elaboração, lenta e trabalhosa. A última edição em português foi de 1948. Entretanto, dessa data para cá têm sido publicados volumes resumidos, que correspondem em média a 50 % do texto de grande formato, o que se fez em francês, inglês, espanhol, alemão e italiano. Essas edições tiveram grande aceitação e se acham totalmente esgotadas.

No mesmo interregno, foram feitas edições em forma de extrato, com tiragens amplas, em várias línguas também, tiragens destinadas a mais larga divulgação possível, por serem pouco onerosas.

Impunha-se, porém, uma nova edição portuguesa, cujo texto e cujos dados fôssem modernizados na medida do possível, já que de regra cada edição portuguesa vem sendo, como é compreensível, a matriz ou fonte das edições em línguas estrangeiras, bem como dos resumos e extratos.

A recente edição — de 1955 — tem como feição característica o fato de abarcar, em grande amplitude, o maior número de aspectos da situação, recursos e possibilidades do Brasil contemporâneo. Do mesmo passo, refundiu-se a sua apresentação material, que vem em corpo reduzido, tanto do ponto de vista dimensional, quanto do tipográfico e da facilidade do manuseio, com vistas à maior

eficiência. Vem, também, enriquecida e atualizada na documentação fotográfica e nas ilustrações, em gráficos e diagramas. É de toda a conveniência que tais características venham a ser adotadas, senão definitivamente, pelo menos por largo lapso de tempo, com as melhoras ocasionais que ditar a experiência.

Dentro das limitações orçamentárias com que foi redigido, composto e impresso, o livro, na sua presente feição, acusa um excelente rendimento.

"Brasil — 1955" apresenta-se com cerca de 700 páginas de impressão maciça — consentânea com seu caráter de livro de consulta e informação —, traz quatro tricromias fora do texto e dois mapas do Brasil, um em cores e um em preto. A sua edição foi de 10.000 exemplares. No momento, correm os trabalhos de tradução para edições integrais em inglês e espanhol, que deverão ser lançadas no ano fluente.

A procura tem sido intensa, mais do que esperável, o que evidencia que, como publicação do Ministério das Relações Exteriores, o livro já se firmou no conceito geral, tanto dentro quanto fora das nossas fronteiras. São inúmeras as solicitações de particulares, associações e instituições do país e fora d'ele, o que tem compelido a um esforço de racionalização e hierarquização para um eficaz critério de distribuição.

Da atual edição portuguesa preconiza-se que 70 % sejam destinados à distribuição no Exterior, por intermédio das Missões diplomáticas e Repartições consulares e de quantas agências, órgãos ou entidades oficiais brasileiras no estrangeiro. Esse critério de distribuição é o que deve prevalecer, já que o livro, precipuamente, se destina à divulgação, no exterior, das coisas brasileiras.

DIVERSOS

INSTITUTO RIO - BRANCO

Funcionamento dos Cursos

Durante o ano letivo de 1955 o Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1º e 2º anos) e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

Não houve modificações nesse Curso, o qual foi ministrado de acôrdo com o currículo aprovado pelo Decreto nº 35.096, de 19 de fevereiro de 1954.

a) 2º Ano do C.P.C.D.

O 2º ano do C.P.C.D. iniciou-se no mês de março, com 19 alunos, dos quais seis se desligaram mais tarde por terem ingressado na Carreira através do Concurso de Provas.

Concluíram o Curso os seguintes alunos, relacionados de acôrdo com a classificação obtida:

Pedro Hugo Fabrício Belloc.

José Bonifácio Lourenço de Andrada.

Victor Augusto Nunes Vasseur.

João Tabajara de Oliveira.

Jorge Pires do Rio.

Michael Joseph Corbertt.

Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro.

Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa.

Gil Roberto Fernando de Ouro Preto.

Odilon de Camargo Penteado.

Luiz Carlos Barreto Thedim.

Marco Aurélio dos Santos Chaudon.

Antônio Arruda Câmara Filho.

O decreto de nomeação dos novos diplomatas foi assinado a 23 de dezembro. A entrega dos diplomas teve lugar a 28 do mesmo mês, no Ministério das Relações Exteriores, em cerimônia presidida pelo Doutor Nereu Ramos, Presidente da República, sendo paraninfo da turma o Embaixador Gilberto Amado e orador o aluno Marco Aurélio dos Santos Chaudon.

Com a nomeação dessa turma eleva-se a 152 o número de funcionários da Carreira de Diplomata formados pelo Instituto Rio-Branco desde 1947.

As matérias do 2º ano do C.P.C.D., em 1955, estiveram a cargo dos seguintes professores:

Português — Professor Carlos Henrique da Rocha Lima.

Francês — Professora Louise Jaquier.

Inglês — Professor John Mulholland.

Política Econômica — Professor Jayme Magrassi de Sá.

Política Internacional — Doutor João Baptista Barreto Leite e Professor Mário Pedrosa.

Direito Internacional Público — Secretário Carlos Calero Rodrigues.

Direito Internacional Privado — Desembargador Oscar Accioly Tenório.

b) 1.º Ano do C.P.C.D.

O ano letivo, iniciado com 17 alunos, foi concluído com 16, em virtude da aprovação de um no Concurso de Provas.

Após as provas finais, os alunos do 1º ano do C.P.C.D. foram classificados na seguinte ordem, de acôrdo com o aproveitamento verificado:

Sérgio Paulo Rouanet.

Amaury Bier.

Eduardo Portela Neto.

Sérgio da Veiga Watson.

Luiz Cláudio Pereira Cardoso.

Pedro Carlos Neves da Rocha.

Antônio Amaral de Sampaio.

Paulo Cardoso de Oliveira Pires do Rio.

Ivone Magno Pantoja.

Asdrubal Pinto de Ulysséia.

Muri'o de Miranda Bastos Júnior.

Luiz Emery Trindade.

Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto.

* Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza.

Cláudio Cabussu Tourinho.

Enaldo Camaz de Magalhães.

* Octavio Eduardo Guinle.

(*) Alunos que deverão prestar exame em segunda época por não terem obtido, em Geografia, a nota final mínima, exigida pelo Regulamento.

Foram os seguintes os professores que se encarregaram de ministrar as matérias do 1º ano do Curso:

Português — Professor Jesus Belo Galvão.

Francês — Professora Louise Jaquier.

Inglês — Professor John Knox.

História Diplomática do Brasil e Mundial — Professor Carlos Delgado de Carvalho.

Geografia Econômica — Professor Hílgard O'Reilly Sternberg.

Economia Política — Professor Jayme Magrassi de Sá.

Direito Constitucional e Administrativo — Professor Hamilton Leal.

Direito Civil e Comercial — Professor José Cândido Sampaio de Lacerda.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

A exemplo dos anos anteriores, foi realizado, de 28 de abril a 7 de julho, o Curso de Aperfeiçoamento para Diplomatas previsto no Regulamento do Instituto. O currículo do Curso regeu-se pela Portaria Ministerial de 21 de junho de 1954, ficando o Corpo Docente assim constituído:

Prática Diplomática (Problemas Internacionais).

Coordenador das conferências e debates — Embaixador Henrique de Souza Gomes;

Prática Diplomática (Organização e Métodos de Trabalho),

Secretário Benedito Roque da Mota;

Prática Consular — Cônsul Geral Alfredo Polzin;

Tratado e Política Econômica do Brasil e Estudos Brasileiros — Professor Jayme Magrassi de Sá.

Foram aprovados os 20 alunos inscritos *ex-officio*, na seguinte ordem de classificação:

Mauro da Costa Lobo.

Adhamar Soares de Carvalho.

Antônio Patriota.

Fernando Abbot Galvão.

Marcel Maria Tarrise da Fontoura.

Ayrton Gonzalez Gil Dieguez.

} Geraldo Egidio da Costa Holanda Cavalcanti.

Agenor Soares dos Santos.

Marcelo Raffaeli.

Antônio Carlos de Souza Tavares.

Luiz Paulo Lindenberg Sette.

João Clemente Baena Soares.

Antônio Conceição.

Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho.

Márcio Rêgo Monteiro.

Felix Baptista de Faria.

Ney Moraes de Mello Mattos.

Oswaldo Biato.

Joaquim Ignacio Amazonas Mac-Dowell.

Marcel Dezon Costa Hasslocher.

Exame Vestibular

Os programas de Português, Francês e Inglês do Exame Vestibular anualmente realizado para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata sofreram, neste ano, algumas modificações, destinadas a tornar mais objetiva a parte refe-

rente às respectivas literaturas. O novo programa foi aprovado pela Portaria Ministerial de 5 de abril de 1954. As inscrições ao referido Exame permaneceram abertas de 11 de abril a 11 de julho. O exame de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, realizado, como de hábito, pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional, foi feito durante os meses de julho e agosto. Atuaram como observadores do Itamaraty na prova coletiva de julgamento deste exame a Senhora Vera Regina do Amaral Sauer e o Senhor Carlos Calero Rodrigues, funcionários da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

Com as desistências e reprovações no exame psico-físico, foram chamados a prestar a primeira prova intelectual — a de Português — 94 candidatos, dos quais 74 lograram aprovação. Nas provas escritas subsequentes, foi o seguinte o resultado dos exames:

Francês: 73 candidatos — 42 aprovados;

Inglês: 42 candidatos — 33 aprovados;

História Mundial Moderna: 33 candidatos — 28 aprovados;

Geografia: 24 candidatos — 23 aprovados;

Economia: 23 candidatos — 17 aprovados;

Noções Fundamentais de Direito — 17 candidatos — todos aprovados.

Com a realização das provas orais de Português, Francês, Inglês e Cultura Geral encerrou-se o Exame Vestibular, tendo alcançado a média de conjunto exigida os 17 candidatos abaixo, classificados na seguinte ordem, os quais terão direito à matrícula no 1º ano do C.P.C.D. em 1956:

Sérgio de Queiroz Duarte.

Ivan Veloso da Silveira Batalha.

Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.

René Luiz Cavé Rainho.

Marcos Castrioto de Azambuja.

Laura Maria Malcher de Macedo.

René Haguenauer.

Sérgio Martins Thompson Flôres.

Luiz Orlando Carone Gelio.

Bernardo de Azevedo Brito.

Livieto Justino de Souza.

Alvaro Bastos do Vale.

Leonardo M. de Albuquerque Cavalcanti.

Carlos Antonio Bettencourt Bueno.

José Maria Diniz Ruiz de Gamboa.

Moacir Moreira Martins Ferreira.

Cecilia Maria Prada.

Integraram as bancas examinadoras do Exame Vestibular os seguintes professores:

Português — Professores Celso Ferreira da Cunha e Ernesto de Faria Junior;

Francês — Professor Louis Viala e Professora Raymonde Vasconcelos;

Inglês — Professora Carmem Saraiva e Professor Peter Alexander;

História do Brasil — Professor José Honório Rodrigues;

História Mundial Moderna — Professor Américo Jacobina Lacombe;

Geografia — Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães;

Elementos de Economia Política — Professor Carlos Haroldo Porto Carreiro de Miranda;

Noções Fundamentais de Direito — Doutor Elmano Cruz;

Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Professor Renato Costa Almeida.

Concurso de Provas

A fim de prover o restante das vagas criadas pela Lei nº 2.060, de 5 de fevereiro de 1953, o Instituto Rio-Branco, a exemplo do que aconteceu em 1954, fez realizar em 1955 novo Concurso de Provas para preenchimento de cargos na classe inicial da carreira.

As inscrições para o Concurso em aprêço mantiveram-se abertas de 15 de julho de 1954 a 14 de janeiro de 1955.

Inscreveram-se 92 candidatos. Com as desistências e reprovações no exame de sanidade e capacidade física, psíquica e moral, foram submetidos à primeira prova intelectual, em 14 de março, 69 candidatos.

O Concurso encerrou-se em 23 de maio, com a aprovação de 20 candidatos, que foram nomeados para a carreira por decreto de 30 de junho de 1955. Os novos diplomatas são os relacionados abaixo, na ordem de classificação obtida no Concurso:

Marina de Barros e Vasconcelos.

Edmundo Radwanski.

Marina de Moraes Leme.

Rodrigo Amaro de Azeredo Coutinho.

Regina Victoria Castelo Branco.

José Murilo de Carvalho.

Isócrates de Oliveira.

Guilherme Weinschenck.
Mozart Janot Júnior.
André Guimarães.
Antônio Carlos Diniz de Andrada.
Paulo Tarso Flecha de Lima.
Rogério Corção Braga.
Luiz Horácio de Oliveira Lacerda.
Mário Wilson Fernandes.
Jorge Alberto Nogueira Ribeiro.
Mário Andrade Corrêa.
Hélcio Tavares Pires.
Francisco Hermógenes de Paula.
Hersyl Castelo Branco de Pereira Franco.

Integraram as bancas examinadoras do Concurso de Provas os seguintes professores:

Português — Professores Jesus Belo Galvão e Silvio Edmundo Elia;

Francês — Professoras Louise Jaquier e Marcela Mortara;

Inglês — Professores John Knox e John Mulholland;

Direito Internacional Público — Embaixador Hildebrando Accioly e Secretário Carlos Calero Rodrigues;

Direito Internacional Privado — Professor Oscar Accioly Tenório;

História do Brasil — Professor José Honório Rodrigues;

História Moderna e Política Mundial Contemporânea — Professor Mecenas Dourado;

Geografia Econômica — Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães;

Economia Política — Professor Jayme Magrassi de Sá;
Noções de Direito Constitucional e Administrativo —
Professor Hamilton Leal;

Noções de Direito Civil e Comercial — Professor José
Cândido Sampaio de Lacerda;

Cultura Geral — Ministro João Guimarães Rosa e Pro-
fessor Renato Costa Almeida.

Pesquisas e Publicações

Ainda em 1955 esta seção sofreu restrição de verba e em conseqüência foram interrompidas as pesquisas e retardadas as publicações.

Acha-se em fase final de impressão a obra: "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri — (1750)", Parte 1.^a, T. II — (histórico), de autoria do Professor Jaime Cortesão, e iniciou-se a revisão das primeiras provas da Parte 4.^a, T. II — Negociações — (volume de documentos), da mesma obra.

Foram organizados os anuários de 1953, 1954 e 1955.

Pela seção foram ainda executados os trabalhos de rotina: distribuição e remessa das obras anteriormente editadas, controle dos cartões de retorno, correspondência, atualização de listas e organização de fichário das pessoas interessadas nas publicações editadas pelo Instituto. A seção se encarregou ainda do controle e distribuição das conferências pronunciadas no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

Biblioteca

Obedecendo ao critério que vem seguindo a Biblioteca do Instituto Rio-Branco, foi feita em 1955 uma seleção no material bibliográfico nela existente, principalmente na seção de periódicos.

Entre compra e doação, foram adquiridos 135 livros, 3 mapas e algumas revistas nacionais e estrangeiras.

Procedeu-se depois aos seguintes trabalhos:

- 1) Organização do Fichário Kardex, para periódicos;
- 2) Classificação dos livros pelo Sistema Decimal de Melvil Dewey, por se adaptar perfeitamente ao caráter geral da Biblioteca que, além do mais, tem um acervo bibliográfico que não ultrapassa 2.600 volumes;
- 3) Aquisição de fichas do Serviço de Intercâmbio de Catalogação. Já foi encomendada a parte referente à Economia.

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

O Serviço de Informações tem várias atribuições dentro do escopo geral de informar as repartições brasileiras no exterior sobre o que ocorre no Brasil e, mais especificamente, na Secretaria de Estado. Por outro lado, mantém contato com a Imprensa, Rádio e Televisão nacionais, a fim de fornecer-lhes a versão oficial das atividades do Ministério das Relações Exteriores. Dupla missão, portanto, necessária à divulgação da ação do Itamaraty.

As informações enviadas às Missões Diplomáticas e Repartições Consulares no exterior são feitas por meio de um Boletim Radiotelegráfico diário com a súmula dos acontecimentos de maior importância ocorridos no País, e de outro Boletim com as mesmas notícias em linguagem menos resumida, enviado por via aérea.

Completa esse trabalho informativo o Boletim Itamaraty, mais longo, enviado mensalmente, que comporta artigos e notícias de maior envergadura, ementários legais, levantamentos econômicos, análises do trabalho do Brasil nos organismos internacionais, etc.

Para conhecimento da Secretaria de Estado são feitos um Boletim Diário, um resumo-índice e coleções de recortes dos principais jornais do Rio e de S. Paulo.

A tendência geral do momento é de um crescente interesse do público por todos os aspectos das relações internacionais.

MUSEU HISTÓRICO E DIPLOMÁTICO

Por Decreto n.º 38.312, de 15 de dezembro de 1955, foi criado o Museu Histórico e Diplomático, no Ministério das Relações Exteriores, para guarda e exposição pública de móveis, objetos, alfaias e documentos de valor histórico, artístico e diplomático existentes no Palácio Itamaraty, ou que venham a ser incorporados ao patrimônio do Ministério.

Visou esse ato a resguardar o valioso acervo que se foi acumulando no Palácio Itamaraty, desde que, há pouco mais de cinquenta anos, passou a ser a sede do Ministério das Relações Exteriores e que vai sendo constantemente acrescido.

Tal ato comemorou o centenário da construção do Palácio, terminada em 1855, para residência dos Condes de Itamaraty. Adquirido pelo Estado, foi, com o advento da República, Palácio Presidencial, até o quadriênio governamental de Prudente de Moraes, quando a Presidência da República se instalou no Palácio do Catete, adquirido à Família Nova Friburgo. Data de então a passagem do Ministério das Relações Exteriores para a nobre casa da rua Larga de São Joaquim, posteriormente acrescida de várias dependências para uso da Chancelaria, da Mapoteca e dos Arquivos.

O Museu, agora criado, não só resguardará devidamente os objetos, móveis e documentos de valor histórico, artístico e diplomático existentes no Palácio Itamaraty, mas também permitirá a sua exposição pública, contribuindo, de tal forma, para preservar o sentimento de veneração e respeito que todos devem ao nobre passado do Brasil.

SERVIÇO JURÍDICO

Durante o ano de 1955, o Consultor Jurídico, Embaixador Hildebrando Accioly, além de ter respondido a numerosas consultas verbais de vários serviços da Secretaria de Estado, emitiu pareceres escritos, sobre os seguintes assuntos:

Promulgação de atos internacionais ratificados em 1949 e 1950.

Cobrança de impostos de renda, nos Estados Unidos, relativamente a bolsistas brasileiros e funcionários da Companhia do Vale São Francisco.

Serviço militar de indivíduos com a dupla nacionalidade do Brasil e Estados Unidos.

Consulta da Embaixada americana sobre o pagamento do "imposto único" criado pela lei que instituiu o Fundo Federal de Eletrificação.

Problemas jurídicos de aplicação do Tratado do Rio de Janeiro, de 1947.

Conferência de plenipotenciários, para a redução ou eliminação da apatridia, no futuro.

Vigência de lei nacional nos Estados estrangeiros.

Convenções de Bruxelas, de 1952, relativas à competência civil e à competência penal em matéria de abaloamento.

Tutela de um filho ilegítimo de mãe brasileira, nascido no Japão.

Pactos internacionais sobre os direitos do homem.

Demarcação da fronteira Brasil-Guiana francesa.

Projeto de Convenção sobre execução das sentenças arbitrais internacionais.

Projeto da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, sobre o mar territorial e o alto mar.

Limites Brasil-Bolívia.

Côrte Permanente de Arbitragem. Imposto sobre a renda.

Criação de um museu artístico, histórico e diplomático no Itamaraty.

Consulta sobre direito de sucessão. Lilly Altemeyer-Tholey.

Acôrdo de resgate franco-brasileiro.

O Dr. Amílcar de Araújo Falcão, Assistente Jurídico, emitiu pareceres escritos, referentes aos seguintes assuntos:

Situação dos empregados da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Ingresso na Carreira de Diplomata e no C.P.C.D. de funcionários extranumerários e servidores de autarquia que tenham ultrapassado o limite de idade:

Documentos apresentados por Blas Torres Filho.

Comissão de inquérito integrada por aposentado. Impossibilidade. O Cônsul Geral Raul Conrado e a Comissão de Inquérito constituída para apurar os fatos de que trata o Processo n.º 5/1954.

Concessão de auxílio para despesas de viagem de funcionário de carreira de diplomata ou de pessoa de sua família.

5
Exercício de função gratificada por aposentado. Situação do Diretor do Instituto Rio Branco e do Encarregado do Depósito de Impressos.

José Fabrino de Oliveira Baião. Readmissão e tempo de serviço para aposentadoria.

Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Aposentadoria compulsória de Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

Dispensa de pessoal da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra.

Procuração outorgada pelo falecido Ministro João Alberto Lins de Barros.

Isenção de licença de importação.

Ação movida por Antônio Brandão Mendes.

Auxílio para transporte do Secretário Frederico Carlos Carnaúba.

Reversão do auxiliar de Consulado José Delamare Garcia.

Restituição de bens alemães.

Direito das sucessões estrangeiro.

Diplomata casado com funcionária pública. Secretário Antonio Houaiss.

Prova de nacionalidade de Marina de Moraes Leme.

Antenor Alves dos Santos. Sua condenação criminal e sua projeção sobre o "status" de funcionário ou servidor público.

Contagem de tempo de serviço retribuído pela verba 3.

Auxiliar de Consulado classe N. Gratificação de representação no exterior e remuneração no país.

Ministro Ilmar Penna Marinho. Gratificação de representação.

Mandado de segurança.

Importação de automóveis. Comissão oficial de caráter efetivo. Sérgio Montagna.

Salário família de José Enéas Ferraz Filho.

Tempo de serviço de Francisco Tomaz Borges Filho.
Nivaldo Carneiro Teles Ferreira.

Importação de automóveis isenção de licença prévia concedida por equidade. Major Álvaro Menezes Paes.

Membro do Conselho Nacional de Economia. Proibição de exercício cumulativo de outro cargo ou função pública. Ministro Hélio Cabal.

Consolidação da tabela de Emolumentos Consulares. Princípio da reserva da lei.

Troca de Notas Reversais, dispondo sobre cartas rogatórias.

João Carvalho de Moraes: Sanção disciplinar de disponibilidade.

Licença especial: poder da administração para fixar o termo inicial de sua fruição. Embaixador Nemésio Dutra.

Gratificação adicional por tempo de serviço Hugo Gauthier de Oliveira Gondim.

Aluguel de casa para o Consulado Geral em Paris — contrato não registrado perante o Tribunal de Contas (artigo 77 § 1.º da Constituição) — omissão de consulta à Secretaria de Estado (art. 53 do Decreto n.º 360 de 3-10-35) — Responsabilidade civil e administrativa. O mandatário.

Auxílio funeral: Embaixador Caio de Melo Franco.

Cônsul privativo: ajuda de custo Lauro Willeroy França e Armando Moraes Barbosa de Amorim.

Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. Gratificação adicional por tempo de serviço.

Salv guarda do patrimônio artístico-histórico-diplomático do Itamaraty.

Embaixador dos Estados Unidos da América: publicação de um suplemento de jornais.

Vinda da Senhora Vicenza Pedicini para o Brasil.

Cônsules Privativos — Classificação em símbolos correspondentes. Requerimento de Antônio Carlos de Miranda Corrêa Jr. e outros.

Carta rogatória: busca e apreensão de menor. República do Uruguai. Jorge Galeano Massera.

Convenção Internacional para a unificação de regras relativas à penhora conservatória de navios de navegação marítima.

COMISSÃO DE ESTUDO DOS TEXTOS DA HISTÓRIA DO BRASIL

No correr do ano de 1955, a Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil continuou regularmente seus trabalhos de crítica e pesquisas históricas. Entretanto, a falta de verba não lhe permitiu maior amplitude de atividades.

Foram realizadas 29 sessões e apresentados 150 pareceres escritos.

A Imprensa Nacional fez entrega dos 1.500 exemplares da Bibliografia de História do Brasil de 1950 que tem sido distribuída fartamente. Os originais da Bibliografia de 1951 já foram enviados à Imprensa Nacional, estando em última prova. A de 1952 acha-se em final de preparo, e a de 1953, em elaboração.

Foi pedida e incluída no Orçamento Geral a verba de Cr\$ 300.000,00 para atender às despesas com os trabalhos atinentes à Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil no exercício de 1956.

Na sessão de encerramento de 1955, presidida pelo Ministro de Estado, tratou-se novamente do plano de pesquisas históricas no estrangeiro:

INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (IBECC)

O Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, que funciona no Itamaraty, como Comissão Nacional da Unesco, continuou nas suas diversas atividades, quer no referente ao intercâmbio cultural, quer nas esferas nacionais, através de suas comissões especializadas.

Os seus Estatutos foram modificados e as alterações havidas aprovadas pelo Decreto n.º 38.383, de 9 de dezembro de 1955. Dever-se-ia ter reunido, em 1955, o Seminário Latino-Americano de Ensino de Ciências Sociais, promovido pela Unesco, mas sua realização ficou adiada para 5 de março vindouro, nesta capital. Caberá ao IBECC organizá-lo. Outros seminários internacionais estão programados.

Publicou o IBCC o II Volume de *Pintura Brasileira*, reprodução a cores de telas brasileiras, para divulgação no estrangeiro, e o III Volume dos *Anais do I Congresso Brasileiro de Folclore*, realizado nesta capital em 1951.

A ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONARIOS DO MINIS- TÉRIO

A Associação dos Funcionários do Ministério das Relações Exteriores, fundada em 1901, prestou aos seus associados, no decorrer de 1955, os benefícios a que têm direito, diligenciando no sentido de aumentar seu quadro social.

Com os novos Estatutos, a entrarem em vigor, e o estímulo dos seus sócios, espera a Associação poder oferecer maior número de realizações em 1956.